

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB DEPARTAMENTO  
DE EDUCAÇÃO - DEDC / CAMPUS I

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E  
CONTEMPORANEIDADE – PPGEDUC

IALA SERRA QUEIROZ

EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR: PROCESSO EDUCATIVO  
SOCIOAMBIENTAL NO ANTIGO QUILOMBO CABULA

SALVADOR-BAHIA

2017

# EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR: PROCESSO EDUCATIVO SOCIOAMBIENTAL NO ANTIGO QUILOMBO CABULA

Linha 3 - Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável

Dissertação apresentada à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC), como requisito para obtenção de grau Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Francisca de Paula Santos da Silva

Salvador - Bahia

2017

FICHA CATALOGRÁFICA  
Biblioteca Professor Edivaldo Machado Boaventura. UNEB – Campus I  
Bibliotecária: Célia Maria da Costa CRB: 5 / 918

Queiroz, Iala Serra

Educação e participação popular: processo educativo socioambiental no antigo quilombo do Cabula / Iala Serra Queiroz. – Salvador, 2017.  
161f.

Orientadora: Francisca de Paula Santos da Silva.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade- PPGEDUC, 2017.

Contém referências e apêndices.

1. Educação comunitária. 2. Educação - Aspectos sociais - Bahia. 3. Política ambiental - Bahia. 4. Quilombolas – Educação – Bahia. I. Silva, Francisca de Paula Santos da. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I.

CDD: 370.115

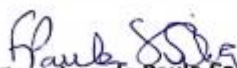
Autorizo a reprodução total ou parcial desta Dissertação, para fins acadêmicos desde que seja citada a fonte.

## FICHA DE APROVAÇÃO

# EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR: PROCESSO EDUCATIVO SOCIOAMBIENTAL NO ANTIGO QUILOMBO CABULA

**IALA SERRA QUEIROZ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 03 de maio de 2017, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



Profa. Dra. Francisca de Paula Santos da Silva  
Universidade do Estado da Bahia - Uneb  
Doutorado em Educação  
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil



Profa. Dra. Zanna Maria Rodrigues de Matos  
Secretaria do Meio Ambiente - SEMA  
Doutorado em El Medio Ambiente Natural y Humano en las Ciencias  
Universidade de Salamanca, USal, Espanha



Prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Doutorado em Educação  
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil



Prof. Dr. Elizário Souza Andrade  
Universidade do Estado da Bahia - Uneb  
Doutorado em História  
Universidad de Oviedo, UO, Espanha

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.” Eduardo Galeano

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus e a Espiritualidade Maior que me deram sabedoria e energia nos momentos mais difíceis de realização deste trabalho.

Meus pais, Alda Maria Serra e Djalma Souza Queiroz, que mesmo de longe sempre acreditaram em mim e contribuíram de todas as formas para a minha educação, tanto moral quanto acadêmica.

Meu companheiro, Neandro Souza Pereira, meu filho Enzo Serra Queiroz Pereira e os que estão por vir, pelo amor e pela paciência.

A minha orientadora, Francisca de Paula, que com o seu jeito compreensível e acolhedor me guiou de forma justa e solidária, dando-me as ferramentas necessárias para o desenvolvimento deste trabalho.

A Ione Santana, a Negrana Reis, Sandoval dos Santos, Márcia Oliveira, Graça Falcão, Pedro Paulo, Creilton Passos, Cíntia Novaes, Enéas Andrade, Antônio Jorge, Joice Cristina, Angela Bacelar, Elias Lobo, Cristiano Souza, Ton Messias, Thito Lama, Ronaldo Torres, Pastor Eli Moura, Francisco Xavier dos Santos (Sr. Chiquinho – *in memoriam*), Raimundo Santos, Roudineli Oliveira, Janice Nicolin, Andréia Sena, Almir Souza, Joelma Lopes, Danúbia Souza, Mãe Clemilda Santana, Dilson Silva, D. Maísa de Assis, Grazielle Peixoto, Mãe Stella de Oxóssi, Pai Cícero, Mariana Mascarenhas, D. Elenice, Egídio Reis, Elson Cardoso, Nivaldo Santos, Joanice e todos que de alguma forma contribuíram para que este trabalho fosse realizado, com suas falas, suas histórias, seus trabalhos e suas militâncias.

A todos os professores do Mestrado que contribuíram com a minha formação, em especial a Professora Edite Farias e Antônio Dias que me mostraram a verdadeira essência da educação.

A todos os meus colegas e amigos do Mestrado, pelo apoio nos momentos felizes e nos mais difíceis, em especial a Katiane Alves, Ivana, Luciana Martins, Helaine Souza, Caio Henrique, Gerusa, Joelma, Mary Galvão, Dona Hildete, Professor Alfredo Matta, Thaís Souza, Marília Paz, Ariana Bahia, Vanessa, Simone Neves, Edson Barreto.

A Sônia Lima que com sua dedicação e amor sabe secretariar com muita ética o Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEDUC/UNEB e todos os colaboradores pela competência no suporte de nossas necessidades acadêmicas.

A toda a equipe do Grupo de Pesquisa Sociedade Solidária, Educação, Espaço e Turismo – SSEETU/UNEB que com seus múltiplos conhecimentos deram sua grande contribuição nessa jornada.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o exercício da participação popular dos grupos e movimentos sociais do Antigo Quilombo Cabula, buscando observar a dimensão educadora deste exercício dentro dos grupos sociais comunitários, de modo que esses espaços sejam um canal de diálogo e mobilização para a resolução de conflitos socioambientais. Para tanto, buscou-se responder o questionamento de como se configuram os processos de participação popular, nos grupos e movimentos sociais, do Antigo Quilombo Cabula enquanto espaços comunitários, e, em que medida eles são educadores e se mobilizam colaborativamente para o agir socioambiental. Sendo assim, a pesquisa teve como base epistemológica a *dialogicidade* na compreensão da dialética materialista freireana, qualitativa na classificação de pesquisa-participante, que envolveu diálogos e vivências nas comunidades participantes, observações, questionários, entrevistas, análises de documentos, rodas de diálogos e visitas técnicas, onde foram mapeadas iniciativas de grupos e movimentos sociais que atuam na área socioambiental; além dos conselhos comunitários do Antigo Quilombo Cabula; identificou-se a dimensão educativa desses espaços; identificou-se junto com os grupos e os movimentos sociais os conflitos socioambientais existentes na localidade do Antigo Quilombo Cabula; verificou como as políticas públicas ambientais estão sendo aplicadas ou não nesta localidade, bem como contribuiu no fortalecimento de um espaço educador que contemple reflexões sobre a temática socioambiental. Com a análise dos dados e com as vivências e diálogos, conclui-se que é diverso o número de grupos e movimentos sociais que atuam nesta localidade, com o mesmo propósito, porém desarticulados entre si e com dificuldade de atuarem em rede, além disso verificou-se que as políticas públicas ambientais não se materializam de forma efetiva, tendo como exemplo principal o descaso com o Horto Florestal do Cabula. No entanto, é legítimo o esforço feito pelos grupos sociais em estar discutindo em suas pautas de lutas, os conflitos socioambientais de forma conjunta, com a contribuição do projeto de Turismo de Base Comunitária, cujo principal objetivo é aproximar as comunidades do Antigo Quilombo Cabula, dando-lhes condições alternativas para gerir o local na busca de uma melhor qualidade de vida.

**Palavras-chave:** Participação Popular. Educação. Conflitos Socioambientais. Diálogo. Políticas Públicas Ambientais.



## ABSTRACT

The present work aims to analyze the exercise of popular participation of groups and social movements of the Antigo Quilombo Cabula, seeking to observe the educational dimension of this exercise within community social groups, so that these spaces are a channel for dialogue and mobilization for resolution of social and environmental conflicts. In order to do so, it was tried to answer the questioning of how the processes of popular participation, in the groups and social movements, of the Antigo Quilombo Cabula as community spaces are configured, and, to what extent are they educators and mobilized collaboratively for the socio-environmental action? Thus, the research was based on epistemological dialogue in the understanding of freireana materialist dialectics, qualitative in the classification of research-participant, involving dialogues and experiences in the participating communities, observations, questionnaires, interviews, analysis of documents, dialogues and visits Techniques, which mapped initiatives of groups and social movements that work in the socio-environmental area; Besides the community councils of the Antigo Quilombo Cabula; The educational dimension of these spaces was identified; It was identified along with the groups and the social movements the socioenvironmental conflicts existing in the locality of the Antigo Quilombo Cabula; Verified how environmental public policies are being applied or not in this locality, as well as contributed to the strengthening of an educational space that contemplates reflections on the socio-environmental theme. With the analysis of the data and with the experiences and dialogues, it is concluded that there is a diversity of groups and social movements that work in this locality, with the same purpose, but disarticulated with each other and with difficulty to network, The public environmental policies do not materialize in an effective way, having as main example the neglect with Horto Florestal do Cabula. However, it is legitimate the effort made by social groups to discuss their socioenvironmental conflicts together with the contribution of the Community Based Tourism Project, whose main objective is to bring the communities of the Antigo Quilombo Cabula closer together, Giving them alternative conditions to manage the place in search of a better quality of life.

**Keywords:** Popular Participation. Education. Socio-environmental conflicts. Dialogue. Environmental Public Policies.

# SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO .....	15
<b>CAPÍTULO II – ANTIGO QUILOMBO CABULA.....</b>	<b>24</b>
2.1 Localização e História.....	24
2.2 Aspectos Políticos-Administrativos.....	33
2.3 Panorama Social, Econômico, Cultural e Ambiental.....	43
<b>CAPÍTULO III. POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS.....</b>	<b>56</b>
3.1 Política e Meio Ambiente.....	56
3.2 Meio Ambiente como Política Pública na Bahia.....	59
3.3 Políticas Ambientais no Antigo Quilombo Cabula.....	67
3.3.1 Conflitos Socioambientais no Antigo Quilombo Cabula.....	68
3.4 Política e Participação no Processo de Solução. Emergência de Mobilização Organizada em Rede, em Conselho.....	76
<b>CAPÍTULO IV. CONSELHO, ESPAÇO COMUNITÁRIO E EDUCAÇÃO.....</b>	<b>83</b>
4.1 Conselho Comunitário.....	83
4.2 Educação Popular, Comunitária.....	86
4.3 Mapeamento das Organizações Sociais e Populares no Antigo Quilombo Cabula.....	93
4.3.1 Participação e Vivências nas Comunidades do Antigo Quilombo Cabula.....	94
4.4 O Potencial Educador dos Grupos Sociais do Antigo Quilombo Cabula.....	103
<b>CAPÍTULO V. PROCESSO EDUCATIVO DE ESPAÇO COMUNITÁRIO SOCIOAMBIENTAL.....</b>	<b>107</b>
5.1 Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania.....	112
5.2 Grupo Diversidade e Resistência do Beiru.....	116
5.3 Projeto Cidadão.....	120
5.4 Grupo Arte Consciente.....	124
5.5 Sociedade Cruz Santa do Axé Apô Afonjá.....	130
5.6 Associação dos Moradores do Conjunto do Doron.....	134
CONCLUSÕES.....	139
REFERÊNCIAS.....	143
FONTES ORAIS.....	148
APÊNDICE A.....	150
APÊNDICE B.....	158

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Limites das Localidades do Antigo Quilombo Cabula mapeadas pelo Projeto de Turismo de Base Comunitária no Cabula e Entorno.....	23
Figura 2. Representação Histórica de um Quilombo do século XIX.....	24
Figura 3. Localizações das Pedreiras Abandonadas do Arraial do Retiro e do Cabula (Comunidade Amazonas).....	26
Figura 4. Freguesia Urbana de Salvador no Século XIX.....	42
Figura 5. Mapa da Área do 19º BC, 2011.....	51
Figura 6. Área de Proteção de Recursos Naturais – APRN Vales do Cascão Cachoeirinha.....	52
Figura 7. Bacias Hidrográficas de Salvador.....	53
Figura 8. Manifestação Popular contra o Massacre da Vila Moisés.....	67
Figura 9. Traçado da Linha Viva sobre o Bairro de Saramandaia.....	126
Figura 10. Imagem do Blog da Associação de Moradores do Conjunto Doron.....	136

## LISTA DE FOTOS

Foto 1. Ruínas da Represa do Prata.....	32
Foto 2. Ruínas do Programa Bahia Azul.....	32
Foto 3. Agricultor da Horta Comunitária de Pernambués.....	49
Foto 4. Local de Manejo das Hortaliças/Pernambués.....	49
Foto 5. Reunião da Comissão Socioambiental no Colégio Estadual Zumbi dos Palmares.....	74
Foto 6. Oficina de Horta Comunitária no Colégio Estadual Helena Magalhães, 2016.....	94

Foto 7. Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura – Reunião para implementação do Parque Theodoro Sampaio, na área do Horto da Mata Escura, 2016.....	95
Foto 8. Criação do Eixo Meio Ambiente no Grupo Diversidade e Resistência do Beiru – GBDR, 2015.....	97
Foto 9. Reunião do GBDR, 2015.....	97
Foto 10. Domingo Alternativo, Bairro do Beiru, 2016.....	97

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Mural de Propostas Encaminhadas da Prefeitura-Bairro Cabula/Tancredo Neves – 25/07/2015.....	32
Quadro 2. Vereadores que Atuam no Antigo Quilombo Cabula no período de 2008 a 2016.....	41
Quadro 3. Mapeamento dos Conflitos Socioambientais do Antigo Quilombo Cabula.....	72
Quadro 4. Mapeamento de Iniciativas e Organizações da Sociedade Civil do Antigo Quilombo Cabula 2015-2016.....	98

## LISTA DE ACRÔNIMOS E SIGLAS

APRN	Áreas de Proteção de Recursos Naturais
BIRD	Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CEASA	Centro Estadual de Abastecimento
CEPRAM	Conselho Estadual do Meio Ambiente
CETAS	Centro de Triagem de Animais Silvestres
CEEA	Cadastro Estadual de Entidades Ambientalistas
CIEA	Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CJ	Coletivo Jovem de Meio Ambiente
CMU	Centro de Missões Urbanas
CNMAD	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONDER	Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CONERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CONTRACS	Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviço
EA	Educação Ambiental
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
ETBCES	Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária
FBCBH	Fórum Baiano de Comitês de Bacias Hidrográficas
FDSME	Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura
FMI	Fundo Monetário Internacional

FUNRURAL	Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural
GAC	Gestão Ambiental Compartilhada
GAMBA	Grupo Ambientalista da Bahia
GERMEN	Grupo de Recomposição Ambiental
GRDB	Grupo de Resistência e Diversidade do Beiru
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Naturais Renováveis
INEMA	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídrico
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MP	Ministério Público
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PEA	Política Estadual de Educação Ambiental
PEEA	Programa Estadual de Educação Ambiental
PNPC	Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
RA	Regiões Administrativas
REBEA	Rede Brasileira de Educação Ambiental
REJUMA	Rede de Juventude e Meio Ambiente
SAC	Serviço de Atendimento ao Cidadão
SAVAN	Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultura
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SIGA	Sistema Integrado de Atendimento Regional
SINDILIMP	Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza Pública
SIM	Sistema de Informação Municipal de Salvador

SSEETU	Sociedade Solidária, Educação, Espaço e Turismo
TBC	Turismo de Base Comunitária
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UATI	Universidade Aberta à Terceira Idade
UCM	Unidade de Conservação de Domínio Municipal
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

## INTRODUÇÃO

A escolha do tema, participação popular e comunitária nas políticas socioambientais, está relacionada com atuação da autora no campo das políticas públicas de meio ambiente e de recursos hídricos, enquanto membro da equipe da Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais da Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia – SEMA, no período de 2011 a 2016. O trabalho consistiu em assessorar logística e operacionalmente os colegiados ambientais: Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM, Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH, Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA, Fórum Baiano de Comitês de Bacias Hidrográficas - FBCBH e a Conferência Estadual do Meio Ambiente.

Neste contexto institucional, marcado pela presença do Estado, a autora percebeu que muitas vozes, vindas principalmente de base comunitária, não ecoavam dentro dessas estruturas participativas. A vivência da autora dentro destes espaços públicos de participação, fez compreender, que a falta de conhecimento técnico, de informações técnicas, de incoerência nos discursos e a falta do exercício de alternância de poder das organizações ambientalistas, enfraqueciam a participação social dos movimentos socioambientais, principalmente das organizações de comunidades tradicionais, que muitas vezes não são compreendidas em suas falas, porque o outro, linguisticamente dominante, possui um discurso técnico e científico, que vai de encontro aos saberes tradicionais e os valores da oralidade. Isso gerava enfraquecimento nas estratégias de articulação entre os movimentos, e, por consequência, baixa influência nas tomadas de decisões de impacto social.

Nesse sentido, a autora busca sair do campo macro para vivenciar o exercício da participação no âmbito local, tendo na educação a mola propulsora para analisar os espaços comunitários, organizados politicamente a partir do pensar e do agir coletivo, objetivando o exercício da cidadania, uma cidadania que caminha para alcançar o pensar consciente, reflexivo, emancipatório e questionador dos modelos



hegemônicos, que são as principais barreiras para a participação dos diversos sujeitos, no sentido de avançar para a transformação social.

Já a dimensão educativa, se configura pela militância da autora no campo da educação ambiental, que entre os anos de 2006 a 2011, enquanto membro do Coletivo Jovem de Meio Ambiente - CJ, criado por meio do incentivo do Ministério do Meio Ambiente – MMA, com o objetivo de mobilizar as escolas para participar das Conferências Infanto-Juvenil de Meio Ambiente – CIJMA, abriu um campo de possibilidades de engajamento na temática ambiental, com atuação política na elaboração de políticas públicas ambientais com foco em juventudes. Além do CJ, a autora participa da Rede de Juventude e Meio Ambiente – REJUMA, Rede de Educação Ambiental da Bahia - REABA e da Rede Brasileira de Educação Ambiental – REBEA, que são espaços educadores de construção de processos de aprendizagem e de articulação entre os educadores ambientais, instituições e governos na busca da ampliação da participação popular, da cultura de paz, na superação das desigualdades e do que convencionou a chamar de sustentabilidade socioambiental.

Em 2015, a autora foi acolhida pelo Grupo de Pesquisa Sociedade Solidária, Educação, Espaço e Turismo – SSEETU da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Sua primeira experiência se deu quando na oportunidade, participou da organização do V Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária e a III Feira de Meio Ambiente e Saúde. Vivenciou neste evento, após rodas de diálogos sobre sustentabilidade, a formação de um grupo intitulado, Comissão Socioambiental. Entre conversas, diálogos e reuniões, a seguinte questão foi colaborativamente construída: as políticas públicas ambientais se materializam nas comunidades populares do Antigo Quilombo Cabula? Refletir sobre esse processo passou a fazer parte do caminhar deste coletivo. Compreender a relação dialética entre o que o Estado propõe e executa, e, o que a sociedade civil demanda e absorve, para a autora é insistir no movimento do exercício da participação, da solidariedade, da autonomia e da emancipação.

Cabe afirmar que desde a sua criação, o grupo de pesquisa vem construindo conhecimento sobre o Cabula e Entorno – que para efeito da pesquisa denomina-se

como Antigo Quilombo Cabula, cuja história revela que nesta localidade foi um quilombo, além disso, as atividades realizadas pelo SSEETU, que inclui oficinas, diálogos, participação de eventos promovidos pelas comunidades, e, os processos de escutas, têm revelado que elas reconhecem e legitimam esta região como o Antigo Quilombo Cabula, sendo assim a presente pesquisa adota como referência sociogeográfica o presente termo, sem desprezar o nome oficial conhecido como Miolo de Salvador. Este ponto será melhor caracterizado no Capítulo II, que discorre sobre o contexto Cabula.

Com essa compreensão e acolhimento, iniciou-se a trajetória da pesquisadora nas localidades do Antigo Quilombo Cabula. As constatações relacionadas às ações coletivas, de iniciativa dos movimentos sociais e outras mobilizações, em prol do coletivo, evidenciaram que as dificuldades e os conflitos socioambientais são semelhantes nas localidades que compreendem o Cabula, não obstante parte desses esforços não se materializam em políticas públicas ou outros tipos de arranjos institucionais de iniciativa do governo local e/ou do governo do Estado. O que se observa, são tentativas organizadas por grupos sociais, a exemplo do Projeto Cidadão, na Estrada das Barreiras; o Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura - FDSME; a organização Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania – PNPC, ambos na Mata Escura; o Grupo de Resistência e Diversidade do Beiru, que atua nos bairros do Beiru e no Arenoso. As lacunas deixadas pelo Estado, sobretudo, na garantia dos direitos sociais, dentre eles o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a garantia da qualidade de vida das populações, foram um dos principais aspectos de criação desses grupos, que traz em sua essência a dimensão da educação, enquanto processo de ampliação de consciência, tomada de decisão, organização política e articulação institucional, sejam por órgãos públicos locais, estaduais e federais ou até mesmo por meio de organismos internacionais, além da relação com sujeitos ligados ao sistema legislativo municipal.

Surge então o seguinte questionamento: **como se configuram os processos de participação popular, nos grupos e movimentos sociais, do Antigo Quilombo Cabula enquanto espaços comunitários, e, em que medida eles são educadores e se mobilizam colaborativamente para o agir socioambiental?** Para responder a

esta questão formulou o seguinte objetivo geral: **analisar o exercício da participação popular dos grupos e movimentos sociais do Antigo Quilombo Cabula, buscando observar a dimensão educadora deste exercício dentro dos espaços comunitários, de modo que eles sejam um canal de diálogo e mobilização colaborativa para a resolução de conflitos socioambientais.** Os objetivos específicos seguirão os seguintes passos:

**a) mapear iniciativas de grupos e movimentos sociais que atuam na área socioambiental;**

**b) conhecer os espaços comunitários do Antigo Quilombo Cabula;**

**c) identificar a dimensão educativa desses espaços;**

**c) identificar com os grupos e os movimentos sociais os conflitos socioambientais existentes na localidade do Antigo Quilombo Cabula;**

**d) verificar como as políticas públicas ambientais estão sendo aplicadas ou não nesta localidade;**

**e) contribuir no fortalecimento de um espaço educador que contemple reflexões sobre a temática socioambiental.**

Para a presente pesquisa, a autora adota a área delimitada do projeto, Turismo de Base Comunitária no Cabula – TBC Cabula, da Universidade do Estado da Bahia, denominada de Antigo Quilombo Cabula. O Antigo Quilombo Cabula é composto pelos seguintes bairros: Arenoso, Arraial do Retiro, Barreiras, Beiru, Cabula, Fazenda Grande do Retiro, Novo Horizonte, Doron, Engomadeira, Mata Escura, Narandiba, Resgate, Saboeiro, São Gonçalo do Retiro, Saramandaia, Sussuarana, e Pernambués. Tanto para o TBC, quanto para efeito do presente projeto, não adota o nome Tancredo Neves, e, sim Beiru por compreender que a identidade do bairro está diretamente ligada a simbologia histórica de resistência do negro Beiru, e, que por uma imposição classista, o bairro foi rebatizado com o nome Tancredo Neves, cuja relação com o local não expressa nenhuma identificação.

A localidade foi escolhida, primeiro por representar no espaço urbano, a ancestralidade, a luta e a resistência do povo negro, contra o processo perverso da escravidão, e, toda essa importância histórica é abraçada pela Universidade do Estado da Bahia. Segundo, pelas riquezas socioambientais existentes nela, e, que, em função da especulação imobiliária, adensamento populacional, apropriação indevida de seus recursos naturais tem experimentado a ampliação do desmatamento, do que ainda resta do bioma Mata Atlântica.

Os rios que banham esta localidade, fazem parte da Bacia Hidrográfica do Rio das Pedras e Pituaçu e da Represa do Prata, antigo manancial d'água que abastecia a cidade do Salvador. Esses corpos d'água por estarem poluídos, somados aos desmatamentos praticados, ameaçam os Terreiros de Candomblés, que adotam em suas práticas o uso das águas sagradas, das plantas, das árvores e suas folhas para expressão de sua cultura e religiosidade, cuja biodiversidade é parte indissociável de seus rituais e crenças. Além disso, esses elementos naturais, demonstram pouca capacidade de resiliência, e, que, portanto, necessitam de cuidado e preservação.

O caminhar da pesquisa tem como base epistemológica, a *dialogicidade*, refletida pelos os estudos de Paulo Freire (1987), que vem contribuir para a emancipação do sujeito, por meio da participação colaborativa, que enseja o diálogo, a comunicação do agir sobre os conflitos socioambientais existentes nesta região, e, que a partir daí possam vislumbrar propostas e ações que possibilitem a discussão coletiva e posterior redução destes conflitos e tensões. Freire (1987), nos ensina que o diálogo é uma relação não hierarquizada, ou seja, o diálogo se manifesta em redes, na relação horizontal, alimenta-se de amor, de esperança, de fé, confiança e humanidade, nessa perspectiva constituiu-se a pesquisa.

Para compreender e aprofundar o contexto socioambiental, a autora adotará a metodologia da pesquisa participante (BRANDÃO, 1981), para em conjunto com os sujeitos, buscar, partindo do coletivo e da realidade vivida, formas de resolução para enfrentar os conflitos socioambientais existentes no Antigo Quilombo Cabula, numa perspectiva de transformação social, do ponto de vista do desenvolvimento local, onde os sujeitos possam criar suas próprias bases materiais para a mobilização, engajamento, compromisso e responsabilidade. Aqui, a autora deixa registrada o seu

compromisso com as referidas comunidades populares, que acolheram a pesquisa e dela fizeram-se a sua prática, no que tange os aspectos socioambientais. Podemos afirmar que, passamos de uma relação sujeito-objeto, para uma relação sujeito-sujeito (BRANDÃO, 2005).

O estudo, adotou métodos e técnicas, que respeitosamente contribuíram para levantar dados que foram fornecidos e construídos em conjunto com sujeitos moradores do Antigo Quilombo Cabula. Visitas para vivenciar a dinâmica local e conhecer os artistas locais, as lideranças comunitárias, o povo de santo, pastores, missionários católicos, professores, estudantes, feirantes, crianças, moradores, agentes de saúde, autônomos, indivíduos, sujeitos que cederam seu tempo e seus conhecimentos para compor a dinâmica do projeto, e deram contribuições relevantes para esta pesquisa. As rodas de diálogos, as oficinas, as visitas técnicas, as conversas livres e o uso cuidadoso das entrevistas, fizeram parte da tessitura do trabalho. Além dos registros dialógicos, adotou-se técnicas convencionais, tais como: pesquisa bibliográfica (autores que trabalham com a temática socioambiental, educação popular, desenvolvimento local, participação social, controle social, emancipação, responsabilidade etc.) e documental (levantamento de grupos sociais existentes com caráter socioambiental, análises de documentos normativos, leitura e interpretação de atas e regimentos internos, etc.), a fim de compreender a estrutura administrativa dos grupos sociais e os processos de deliberações, bem como análise de documentos históricos.

Dessa forma, foram realizadas entrevistas com pessoas ligadas ao órgão ambiental do Estado da Bahia, que trabalham com participação e controle social, com representantes de grupos sociais que trazem em sua pauta as questões socioambientais e povos de santos cujos espaços sagrados são celeiros educativos na valorização ambiental e cultural. Essas pessoas estão de alguma forma, envolvidas com processos de educação e participação popular, atuando nas lacunas do estado, na busca de lidar com os conflitos de violência, falta de saneamento básico, falta de limpeza pública, tráfico de drogas, dentre outros que fazem com que pessoas se reúnam em seus espaços comunitários para construir uma nova ordem social e cultural.

Assim, foram realizadas 21 entrevistas: 5 com representantes das comunidades de terreiros, dentre elas: Terreiro Olufanjá situado no Beiru, Ilê Asé Ominija situado na Sussuarana, Terreiro de Luiz de Oxossi situado na Engomadeira, Sociedade Cruz Santa do Axé Opô Afonjá localizada no São Gonçalo do Retiro, Terreiro Bate Folha situado na Mata Escura; 1 representante da Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA; 1 representante do Movimento Slow Food que atua no bairro do Resgate e trabalha com produtos da sociobiodiversidade, provenientes dos remanescentes pomares do Cabula; 14 representantes de grupos sociais que atuam no Antigo Quilombo Cabula, são eles: Grupo Cultural Arte Consciente, situado em Saramandaia; Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura, situado na Mata Escura; Projeto Cidadão, situado na Estrada das Barreiras; Grupo de Resistência e Diversidade do Beiru, situado no Beiru e no Arenoso; Coletivo Beiru em Movimento, situado no Beiru; Associação Cultural do Saboeiro, situado no Saboeiro; Associação dos Moradores do Conjunto do Doron, situado no Doron; Sociedade Beneficente 10 de Julho, situado em Pernambués; Horta Comunitária de Pernambués; Associação dos Moradores da Rua dos Amazonas de Baixo, situado no Cabula V, na comunidade Amazonas; Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania, situado na Mata Escura; Odeart, situado na Estrada das Barreiras; Associação de Moradores do Bairro da Engomadeira, situado na Engomadeira; Centro de Direitos Humanos Franco Pellegrini, situado em Sussuarana.

Não foi possível mapear todas as 17 localidades do Antigo Quilombo Cabula, uma vez que os bairros Arraial do Retiro, Novo Horizonte, Fazenda Grande do Retiro, Narandiba não foram encontrados grupos sociais que atuam na área socioambiental. Os critérios de escolha foram baseados no trabalho e na atuação que estes grupos, movimentos, pessoas estão envolvidas e de que forma as questões socioambientais fazem parte de suas pautas.

Sendo assim, no **Capítulo 1, de Introdução** aborda a trajetória da autora, o problema de pesquisa e seus objetivos, além do processo metodológico. O **Capítulo 2**, intitulado, **Antigo Quilombo Cabula**, discorre sobre a localização e a história local para entender o presente e as perspectivas futuras, além dos aspectos político-administrativos, em seguida o panorama social, econômico, cultural, ambiental com o

auxílio dos estudos de Matta (2013), Nicolin (2016, Fernandes et al., (2013) e Reis (2003). No **Capítulo 3**, intitulado **Políticas Públicas Ambientais**, a autora se debruça sobre a análise das políticas públicas ambientais do estado da Bahia e como elas chegam nessas comunidades. Quais são as políticas públicas, representações, estruturas públicas e os conselhos existentes, para tanto adota os estudos de Leis (1999), Pádua (2002) e Preste (2000), que traçam o panorama histórico da crise ambiental, apontando as inúmeras tentativas de elaboração de políticas públicas por parte dos Estados Nacionais, além de Souza (2003), Habermas (2003), Goergen (2010) que nos auxiliaram na reflexão sobre a garantia da participação política através da solidariedade e da alteridade. No **Capítulo 4**, intitulado Conselho, Espaço Comunitário e Educação, conceitua conselho comunitário e como os sujeitos por meio do engajamento, compromisso e responsabilidade política, exercem sua participação, dentro das organizações sociais populares, inseridas no Antigo Quilombo Cabula. Nessa parte, também foram mapeados as iniciativas das organizações da sociedade civil, que atuam no Antigo Quilombo Cabula, na perspectiva de compreender a dimensão educativa desses grupos e movimentos. Para auxiliar nesta análise, discutimos educação popular, comunitária a partir dos conhecimentos de Gramsci (1987), Freire (1987), Gohn (2012), Demo (2002), Bourdieu (2011) e Mészáros (2008) que trazem em suas trajetórias de luta e pesquisa um olhar dialético da educação, e, um posicionamento firme sobre a luta de classe. No **Capítulo 5**, intitulado **Processo Educativo de Espaço Comunitário Socioambiental**, com base no conceito e vivência da educação popular, configura-se a metodologia que enseja a análise do processo educativo dos espaços comunitários, tendo em vista a temática socioambiental. Os estudos de Leff (2006), Adorno (2012) e Brandão (2005) nos auxiliaram nesta jornada. Além, de outros autores que com suas expertises contribuíram para qualificar o aprendizado e os saberes aqui construídos, bem como as entrevistas, depoimentos, conversas em rodas de diálogos que foram fundamentais para contextualizar e validar os elementos construídos ao longo desse processo.

Nesse contexto, espera-se que esta pesquisa, venha contribuir para a criação e o fortalecimento do trabalho em rede dos grupos, dos movimentos e indivíduos, que atuam no Antigo Quilombo Cabula, no aspecto socioambiental, bem como que este processo contribua com mais informações sobre a história, a geografia, a estruturação

das políticas públicas dentro dos bairros e os aspectos ambientais do Antigo Quilombo Cabula. Além disso, o processo ensejou que estes grupos conhecessem os órgãos colegiados ambientais do Sistema de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA. Acreditamos também ser de grande interesse e valia compreender melhor como os grupos estão atuando, onde eles atuam, com quais interesses eles atuam; quais são suas práticas e o que elas evidenciam; quais são as diferenças e o que eles têm em comum, e, que essas informações possam auxiliar os futuros pesquisadores e principalmente as próprias comunidades, no seus projetos, engajamentos e mobilizações.



## CAPÍTULO II – ANTIGO QUILOMBO CABULA

“Eu me vejo como um ser da natureza, mas me penso como um sujeito da cultura. Como alguém que pertence também ao mundo que a espécie humana criou para aprender a viver.” (BRANDÃO, 2002)

### 2.1 LOCALIZAÇÃO E HISTÓRIA

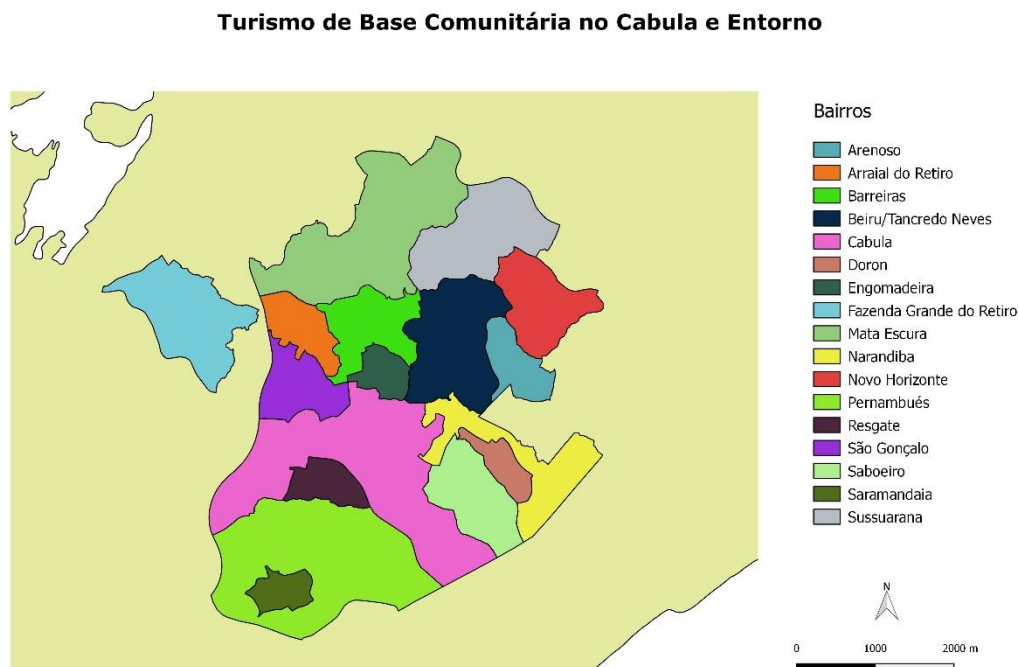
Quando Leonardo Boff, em seus escritos fala da casa comum, da nossa morada e que somos todos irmãos e irmãs dos humanos, das lesmas ou das estrelas fica evidente o que o Papa Francisco, na Encíclica sobre o Cuidado da Casa Comum, lançada em julho de 2015 quis chamar a atenção sobre o mal que estamos causando a nossa irmã e mãe Terra. A opressão, os saques, o uso indiscriminado, os maus-tratos com os elementos sagrados, a falta de respeito e cuidado uns com os outros, o ar e a água, a violência, o envenenamento dos solos, dos rios, afirma o Papa, nos levará a esquecer que nós mesmos somos Terra, e que, portanto, estamos nos autodestruindo.

Assim como Boff e o Papa Francisco, Brandão (2005), em seu livro "Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para pensar e praticar o município educador sustentável", traduz o cuidado com a morada, pois é nela que nos constituímos enquanto sujeitos - "somos alguém". Com essas palavras, estudar o Cabula que é lar e morada da autora. Lar e morada da UNEB. Lar e morada de várias pessoas e comunidades, é de certa forma mergulhar e compreender o contexto do Antigo Quilombo Cabula, que por sua vez é muito mais do que situar geograficamente este local. É dialogar, conversar e participar da dinâmica que dar movimento a este bairro, que foi morada dos índios Tupinambás, e que depois abrigou as primeiras aldeias de resistência do povo negro da Bahia, e, que posteriormente se tornou uma imensa área rural produtiva, e, desde a década de 1970, vivencia uma crescente urbanização, com serviços educacionais, econômicos, habitacionais, saúde e permeado por um intenso processo cultural, artístico e religioso vivido pelas comunidades aqui pertencentes.

Não é nossa intenção, fazer uma análise profunda da geografia do bairro e seu entorno, mas sim evidenciar quais são os elementos, os recursos sejam eles naturais, arquitetônicos, culturais, religiosos, sociais e econômicos e como eles dialogam com os espaços públicos de participação, como Prefeitura Bairro, audiências públicas, conselhos comunitários, grupos sociais, escolas, bem como com o Grupo de Pesquisa Sociedade Solidária, Educação, Espaço e Turismo – SSEETU, que desde 2006, vem construindo conhecimento sobre o Antigo Quilombo Cabula, com as comunidades populares e acadêmicas, por meio do projeto de Turismo de Base Comunitária no Cabula, conhecido por TBC Cabula.

Situado no miolo de Salvador – denominação dada pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), o Cabula compreende uma área urbana heterogênea e desigual, marcada pela presença de conjuntos habitacionais, comércios, além de instituições públicas. Composto pelos bairros: Arenoso, Arraial do Retiro, Barreiras, Beiru, Cabula, Fazenda Grande do Retiro, Novo Horizonte, Doron, Engomadeira, Mata Escura, Narandiba, Resgate, Saboeiro, São Gonçalo do Retiro, Saramandaia, Sussuarana, e Pernambués.

**Figura 1.** Limites das Localidades do Antigo Quilombo Cabula mapeadas pelo Projeto de Turismo de Base Comunitária no Cabula e Entorno



**Fonte: Elaborado por João Pena**

Sobre a formação histórica do bairro, antes de ser um Quilombo, a localidade era habitada pelos índios Tupinambás, antes da chegada dos portugueses. Já no século XVIII e XIX, surgiram os primeiros quilombos no Brasil, e, segundo Reis (2003), as principais áreas de ajuntamento da cidade do Salvador eram “[...] os atuais bairros de Nossa Senhora dos Mares e o de Cabula.” (REIS, 2003, p. 71), porque:

As colinas, matas, lagoas e rios aí localizados serviam de suporte ecológico ao desenvolvimento de uma coletividade africana relativamente autônoma, e semiclandestina. A cidade estava cercada de quilombos e terreiros religiosos, comunidades móveis destruídas aqui para ressurgirem adiante, alimentadas pelo fluxo ininterrupto de escravos que sabiam tirar proveito da mobilidade proporcionada pela escravidão urbana. (REIS, 2003, p. 70)

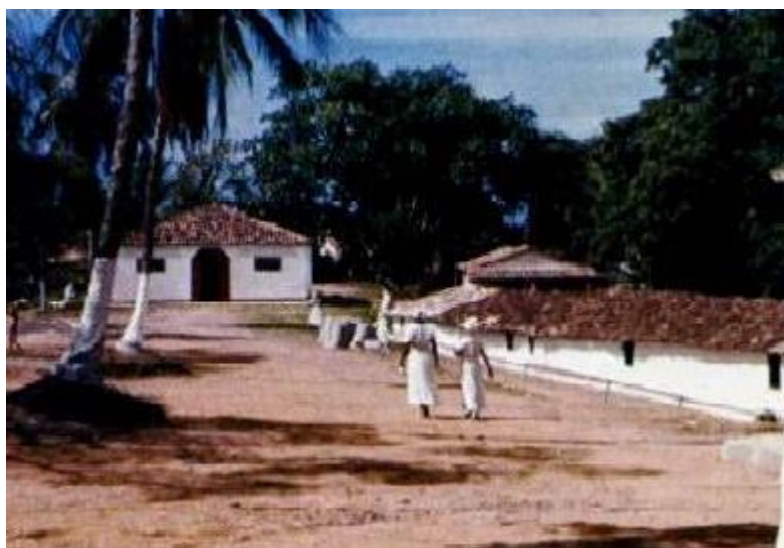
A localidade do Cabula e Entorno, neste período tinha como característica geográfica uma densa floresta de difícil acesso, local montanhoso e entrecortado por rios ideais para que muitos escravos fugissem para formar pequenos aldeamentos, conhecidos como quilombos, com o objetivo de ter uma vida livre e autônoma. A região

do Cabula abrigou um importante quilombo – o Quilombo do Cabula e o Quilombo do Urubu – daí ser denominada por muitos estudiosos e moradores como Antigo Quilombo Cabula. Segundo Nunes (2016):

Após a destruição do Quilombo do Cabula (1807) e do Quilombo do Urubu (1826), começaram a surgir as primeiras fazendas na região do Cabula, foi o começo da invasão dos brancos em terras que eram refúgio dos quilombolas, onde toda uma vivência e modos civilizatórios africanos já tinham sido construídos. (NUNES, 2016)

O termo em questão será adotado ao longo do projeto, a fim de convergir com o reconhecimento dos antigos moradores, no sentido de resgatar e preservar a história local e sua ancestralidade. Segundo Oliveira (200?), a ancestralidade não é apenas um elemento biológico de consanguinidade, mas o “[...] principal elemento de cosmovisão africana no Brasil.” Isso significa dizer que é um conjunto de práticas e representações, que dão sentido a cultura do povo-de-santo, muito presente na região do Antigo Quilombo Cabula, materializados pelos Terreiros de Mãe Stella de Oxóssi Ilê Axé OpôAfonja na região do São Gonzalo, Bate Folha na Mata Escura, Cajado de Prata no Beiru, Lua Cheia no Cabula, Terreiro Ilê Axé Ominijá em Sussuarana, dentre tantos outros.

**Figura 2 – Representação Histórica de um Quilombo**



Fonte: NUNES, 2016

Sobre a origem do nome Cabula, apresentam-se duas versões, segundo FERNANDES et al., 2013. Portanto, a primeira versão, afirma que o termo tem origem na língua africana *Bantu*, que significa mistério, segredo, algo que está escondido, velado. A segunda, também de origem africana, vem do *Quincongô Kabula*, ritmo religioso com ligação muito forte com os mistérios das matas. A ocupação do espaço Cabula, experimentou as influências de formações de pequenos povoamentos e da herança quilombola, formando hoje uma pluralidade de elementos representativos que dão valor a posição que a região ocupa em Salvador.

De acordo com Janice Nicolin (2016):

Cabula é uma territorialidade de Salvador que foi sociabilizada por africanos e descendentes na forma político-social de quilombos, sendo palavra originada da língua quicongo, língua dos povos Bacongôs que, no Brasil, foram denominados congo-angola”. (NICOLIN, 2016, p.34)

Num período mais recente, a região onde está localizado o Cabula e, segundo a nova delimitação, outros bairros como Resgate, Saboeiro, Doron e Narandiba, “[...] era conhecida por ser uma área com fortes características rurais e por suas plantações de laranjas [...]”. (SANTOS et al., 2010 *apud* FERNANDES et al., 2013, p. 59).

Já na década de 1940, as plantações de laranjas da região do Cabula foram acometidas por uma praga que destruiu as lavouras, dando início a um processo de declínio econômico. Acredita-se, que a incidência desses organismos daninhos, se deu em função do já iniciado processo de desmatamento, com vista à expansão horizontal desta localidade, no que diz respeito ao mau uso do solo. Assim, as áreas começaram a perder seu valor comercial. Não era mais viável manter a sua principal produção agrícola. Enquanto isso, a cidade do Salvador vivenciava um movimento de expansão, vendo nas localidades do Cabula e Entorno, um espaço propício para novas habitações. Outro fator que deu lugar as plantações de laranjas, foi o início da extração de minério por meio da instalação de pedreiras, localizadas na região do Arraial do Retiro e do Cabula. Segundo Nunes (2016):

Essas pedreiras tiveram minérios extraídos até a década de 80. Observa-se que com o findar do trabalho com as plantações de laranja, pelo menos na Fazenda São Gonçalo, muitos dos antigos quilombolas foram para o trabalho nas pedreiras, na extração de minério. (NUNES, 2016)

**Figura 3 – Localizações das Pedreiras Abandonadas do Arraial do Retiro e do Cabula (Comunidade Amazonas)**



Fonte: <http://www.urbanrecycle.com.br/pdr>

As pedreiras do Cabula foram abandonadas, uma vez que com as profundas escavações, atingiram o lençol freático, obrigando o abandono completo da área, sem a execução de um plano de recuperação dessas áreas. Em seu blog, Maiara Leão (2012) narra a sua história de vivência no Cabula e a sua relação com as pedreiras:

Eu morei no Recanto do Cabula, na Rua da Pedreira, onde na frente do meu quarto tinha uma pedreira e ainda tem apesar de eu não morar mais lá. A lagoa do tamanho de 3 campos de futebol, antes funcionava uma pedreira. E nos anos de 1970 ocorreu uma implosão que atingiu um lençol freático inundando o terreno. Antigamente pessoas carregavam pedras para fazer paralelepípedos. Muitas pessoas usavam a lagoa como lazer para nadar, como lá é muito fundo acabaram morrendo, tem um caminhão soterrado. Antes o Cabula era coberto de mato, não existia edifício, era um bairro de produção agrícola e aos poucos foi construindo edifícios e quando fui morar tinha poucos moradores, com o tempo foi aumentando. (LEÃO, 2012)

Assim, o Cabula e Entorno, possui uma localização estratégica (FERNANDES et al., 2013), uma vez que fica entre a Avenida Luiz Viana Filho, mais conhecida como Avenida Paralela ligando à BR 324, que dá acesso ao interior do estado. A ocupação a partir das políticas habitacionais para a formação do bairro é recente, data da década de 1960. Nesse período, já tinha a instalação de energia elétrica e água encanada de forma ainda muito precária (FERNANDES et al., 2003). Moradores relatam as

dificuldades vivenciadas por eles para terem acesso ao centro da cidade, por conta das estradas que eram de barro. As terras que hoje são a região do Cabula “[...] por volta do século XVI, foram doadas a Antônio de Ataíde e posteriormente arrendadas ao senhor Natal Cascão, que construiu a capela de Nossa Senhora do Resgate, atualmente conhecida como Igreja da Assunção.” (FERNANDES et al, 2013). O Cabula era uma região ocupada por muitos sítios e chácaras ainda presentes na geografia do bairro e seu entorno, mas constantemente ameaçadas pela especulação imobiliária. Muitos dos seus condomínios trazem em sua constituição a presença bucólica de uma região outrora vivida por densas paisagens naturais.

Em 1983, entre os governos de Antônio Carlos Magalhães (1979-1983) e João Durval Carneiro (1983-1987), foi lançado a edição do Plano Diretor do Distrito Industrial Urbano do Salvador - DINURB, numa tentativa de apontar diretrizes para a configuração da expansão das atividades industriais e de serviços da cidade do Salvador. O documento citado, relata no item Antecedentes Históricos, o processo de urbanização da cidade do Salvador e sua configuração, datada da década de 1940, aponta o fenômeno que ocorreu na região do Cabula, do que eles denominaram, de *invasão*:

Os últimos anos da década de 40 são, no particular, assinalados pelo início de um fenômeno de sociologia urbana até então desconhecido entre nós: a invasão. Com vasto e complexo apoio de causas que vão da real necessidade de morar até a especulação imobiliária, inclusive, de proprietários forçando políticas de desapropriações, passando por conotações de natureza política até por simples estímulos de vendedores de materiais de construção, vastas áreas de toda a capital passaram a ser ocupadas desordenadamente. É o tempo do Corta Braço e do início dos Alagados da Massaranduba. Os largos espaços vazios da área medulada pela Bahia-Feira despertavam, naturalmente, as atenções dos invasores. (BAHIA, 1983, p. 21)

O processo industrial da região do Nordeste, sobretudo em Salvador, deu início tardiamente, frente à região Centro-Sul do Brasil. Mesmo tardio, só foi possível esse processo, após a implantação do Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), conhecido como “cinquenta anos em cinco”, que estimulou a criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). O plano teve como principal objetivo, criar base político-econômica para inserir a região Nordeste no cenário da economia nacional e internacional. Nesse contexto, a área do Cabula,

quando foi formulado o Plano Diretor da década de 1980, e, anterior a isso, não era vista pelos formuladores da política econômica, como uma área propícia para a expansão industrial. Isso fica claro, quando analisado os dados de Distribuição das empresas, seguindo os locais de comercialização em Salvador, sendo que o Cabula possuía em 1982 apenas uma empresa local, o que reforça suas características de área rural e inexpressível processo de urbanização. (BAHIA, 1983, p. 36) Diante disso, podemos afirmar, que a região não era de interesse e preocupação dos órgãos públicos, responsáveis pelo planejamento urbano da cidade, uma vez que eram áreas que eles chamavam de “livres” e abrigavam operários das primeiras fábricas do complexo industrial de Pirajá. Assim:

Durante muito tempo a base da economia baiana foi constituída sobretudo pela atividade primário-exportadora e, por isso, a sua expansão dependia fundamentalmente do desempenho quase sempre oscilante do setor agrário. O crescimento econômico do Estado estava atrelado ao comportamento da produção agropecuária e sujeito, portanto, às flutuações decorrentes dos problemas climáticos e, principalmente, das oscilações dos preços internacionais dos produtos primários. Com a decadência da agricultura e o marasmo em que ficou mergulhada a agroindústria canavieira do Recôncavo, a Bahia atravessou a primeira metade deste século com sua economia praticamente estagnada. (BAHIA, 1983)

Ainda segundo o Plano Diretor,

Muitos dos novos núcleos surgiram também em função da ampliação da malha viária local e da construção de novos acessos rodoviários. Neste caso situa-se a construção do acesso às Represas da Mata Escura, do Prata e do Cachoeirinha pela Cia. Aquário da Queimada, que promoveu o crescimento de Mata Escura e Bate Folha. (BAHIA, 1983, p. 69)

Esta região, nasceu como núcleos espontâneos, “[...] que hoje abrigam uma considerável população, estiveram por longo tempo isolados, sem um maior relacionamento entre si, o que provocou dispersão na implantação dos equipamentos e serviços urbanos, refletindo-se no mau atendimento das suas necessidades básicas.” (BAHIA, 1983, p. 69). Em 1956, surgiu o Loteamento particular, Jardim Pampulha, na Estrada das Barreiras (BAHIA, 1983, P. 73). Já na região da Mata Escura, apresentava áreas livres e o trecho mais adensado localizava no Loteamento, denominado, Granjas Rurais Presidente Vargas. Essa área, situa nas bacias hidrográficas do Rio do Prata e da Represa da Mata Escura. No passado, esses



mananciais hídricos faziam parte do sistema de abastecimento d'água da cidade do Salvador, e por conta do crescimento populacional e da falta de aplicabilidade do plano diretor de 1983, a qualidade de suas águas ficaram comprometidas, o que gerou o abandono de sua estrutura.

A bacia do Pituaçu é formada pelo rio do mesmo nome, que percorre extensas áreas. Perto de sua foz recebe a contribuição do rio Cachoeirinha e toma o nome de rio das Pedras. Esta bacia drena igualmente áreas bastantes adensadas como Pernambués, Narandiba, São Gonçalo, Santa Luzia, Mata Escura, e parte de Campinas, Fazenda São José e Cajazeiras, além de Pau da Lima, em cujas imediações se inicia a sua formação. (BAHIA, 1983, p. 130)

Ainda sobre o Plano Diretor de 1983, já naquele período chama atenção para a implantação de um sistema de coleta, transporte e tratamento dos efluentes líquidos dos aglomerados urbanos situados ao redor das represas. O curioso é que nesse período da década de 1980, o Governo do Estado da Bahia, afirmava que as técnicas aplicadas para a proteção ambiental, eram a das mais avançadas e pioneiras no País, contudo nos dias atuais isso não se verifica, ao invés disso, temos o aumento da poluição da Represa do Prata e Cachoeirinha, devido a crescente processo de construções desordenadas, que além disso, em épocas de chuvas causam deslizamentos de terra e alagamentos, conforme Fotos 1 e 2. Por outro lado, podemos afirmar que foi uma das primeiras tentativas de introduzir, em documentos oficiais, propostas que alinhavam desenvolvimento industrial com proteção ambiental, que vale ressaltar que na lógica capitalista são incompatíveis.

**Foto 1 – Ruínas da Represa do Prata**



**Foto 2 – Ruínas do Programa Bahia Azul**



**Fonte: Autoria própria abril/2016**

## 2.2 ASPECTOS POLÍTICOS-ADMINISTRATIVOS

No que tange os aspectos administrativos do Antigo Quilombo Cabula, foi feito um breve levantamento das estruturas públicas existentes nas localidades que compõem esta localidade, sendo elas: Prefeitura Bairro denominada Cabula/Tancredo Neves, Conselho Tutelar, Centro Social Urbano de Pernambués e de Narandiba, Balcão de Justiça e Cidadania, Núcleo de Justiça Comunitária, Embasa – Empresa Baiana de Água e Saneamento, Tribunal de Justiça da Bahia, Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC. É por estas estruturas, que as políticas públicas sociais chegam às comunidades locais.

Com o objetivo de planejar e gerir a Cidade do Salvador, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2007, instituído pela Lei Municipal nº 7.400/2008 dividiu o município em Regiões Administrativas (RA), que estão amparadas pela Lei

Municipal nº 3688/1986, sendo que do Miolo de Salvador – denominação administrativa dada pela CONDER – pertence a Região do Cabula RA XI e a Região Beiru/Tancredo Neves – RA XIII (SALVADOR, 2005). Na gestão de Antônio Carlos Magalhães Neto (2013-2016), essas unidades territoriais/espaciais passaram a ser conhecidas como Prefeituras Bairros, no caso aqui estudado Prefeitura Bairro VII, Cabula/Tancredo Neves, com a implantação do Conselho Comunitário Cabula/Tancredo Neves, que tem como função identificar as demandas dos bairros, e fazer com que elas cheguem até os gestores públicos (AVANTE, 2015). Esse modelo substituiu o Sistema Integrado de Atendimento Regional (SIGA).

Assim, dentre esse levantamento iremos focar nas atividades promovidas pela Prefeitura Bairro Cabula/Tancredo Neves, que foi criada com o intuito de aproximar os serviços oferecidos pela Prefeitura a população de Salvador. Em 2015, houve a realização de audiências públicas, conhecidas como Ouvindo Nosso Bairro. O objetivo dessas audiências, de acordo pesquisa realizada no site da Prefeitura Municipal de Salvador é buscar sugestões, opiniões e propor soluções junto com as comunidades sobre as melhorias dos bairros. Contudo, segundo Antônio Jorge, do Projeto Cidadão que participou das audiências em 2015, afirma que: *“[...] parece que a uma coisa bem sutil [...]. Tem um pacote, então você termina colocando aquilo como uma coisa que a comunidade termina aceitando, e, outra, quanto mais você tem lideranças comunitárias atreladas a partidos, aí que já vem para aprovar. Não existe discussão.”* Percebe-se que ainda estamos longe de “romper com os processos decisórios real” (ROLNIK, 2016), isto é, esses espaços criados pelo poder público, são espaços que servem para legitimar processos de elaboração de políticas públicas, sem aprofundar no diálogo das demandas reais das comunidades. Quem ganha com esse processo, são empreendimentos ligados a construção civil, transporte, coleta de lixo dentre outros, que de fato detém o poder de decisão da política urbana. Observe que, no Quadro 1, em áreas temáticas (transporte e mobilidade), as propostas são mais numerosas e detalhadas.

Observe então, o Quadro 1, mencionado anteriormente, que revela a sistematização das propostas encaminhadas à Prefeitura-Bairro Cabula/Tancredo Neves, elaboradas em conjunto com lideranças comunitárias, professores

universitários, agentes públicos e moradores, e, que serviu em 2016 para subsidiar a Lei nº 9.069 de 2016 que versa sobre o PDDU de Salvador.

**Quadro 1 - Mural de Propostas Encaminhadas da Prefeitura-Bairro  
Cabula/Tancredo Neves – 25/07/2015**

<b>ÁREA TEMÁTICAS</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<b>PROPOSTAS (AÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS)</b>
<b>TRANSPORTE E MOBILIDADE</b>	Cabula, Tancredo Neves, Estrada das Barreiras, St. Inácio, São Gonçalo, Resgate Amazonas de Baixo, Calabetão, Bom Juá.	1. Criar Linha alternativa Jaqueira - Bom Juá - Arraial do Retiro; 2. Melhoria no quantitativo dos veículos da estação Pirajá - Pituba, ou criar novas linhas (passando Barros Reis); 3. Ordenamento dos horários dos ônibus em toda a cidade, com maior frequência e controle de saídas dos finais de linha; 4. Criar estação de integração no local da atual rodoviária para atender ao sistema de transporte da cidade, interligando com as estações de metrô; 5. Integração do sistema de transporte com otimização do quantitativo; 6. Equiparar o quantitativo dos veículos (ônibus) com a demanda das localidades; 7. Criar via de acesso entre Estrada das Barreiras - BR; 8. Aumentar o período da gratuidade do salvador card de 2h para 3h; 9. Linha Estação Pirajá - Marechal, Estação Pirajá - Capeinha, Estação Pirajá - São Caetano; 10. Criar ciclovias para integração com as estações do metrô; 11. Melhoria do quantitativo e qualitativo do transporte público entre Tancredo Neves - Campo Grande; 12. Criar linha saindo do St. Inácio, passando pelo comércio até o campo grande; 13. Retomar Linha entre São Gonçalo - São Joaquim, passando pela Silveira Martins; 14. Adequar os abrigos de ônibus para atender a comunidade; 15. Criar linha que atenda o itinerário pela Baixinha do São Gonçalo; 16.

		<p>Implantação do conselho municipal de transporte; 17. Adequar o projeto "domingo é meia" p/ pagamento de tarifa única aos domingos; 18. Implantação do posto do Salvador Card na subprefeitura do Cabula e demais áreas (supermercado, escolas, universidades, diversos.) 19. Revitalização da Estrada das Barreiras - Silveira Martins, observando condições de passeios; 20. Criar linha entre Tancredo Neves - Beiru - Paralela - Estação Mussurunga; 21. Fiscalização do transporte alternativo (vans e moto táxi); 22. Criar via de acesso alternativa entre Barreiras e Paralela; 23. Fiscalização dos horários de carga e descarga na Estrada das Barreiras; 24. Criar e tornar lei, sistema de informações compartilhadas sobre o sistema de transporte, gestão e os princípios de regulamentação; 25. Efetivação dos conselhos de transporte p/ participação popular; 26. Via de acesso entre Resgate e Luis Eduardo Magalhães; 27. Criar linhas alternativas que passem pela rua amazonas e região amazonas de baixo; 28. Criar linhas de ônibus saindo do Calabetão, passando por São Caetano, Largo do Tanque até San Martins; 29. Reforço da frota nos pontos críticos e nos horários de pico; 30. Intensificar fiscalização da Transalvador na estrada das barreiras; 31. Transferir do final de linha do conjunto ACM p/ o arraial do retiro; 32. Adequação dos abrigos, transportes e passeios p/ melhor atender acessibilidade (atendimento universal); 33. Retorno da linha de ônibus resgate - comércio, resgate - campo grande; 34. Melhoria da qualidade na prestação do serviço de</p>
--	--	--

		transporte, no que se refere a paradas nos pontos (ex. ponto da estação bom juá);
<b>EMPREGO E RENDA</b>	Cabula, Arraial do Retiro, Campinas de Pirajá	<p>1. Formalizar o mercado informal através do incentivo ao MEI; 2. Criar mercado municipal p/ atender toda região; 3. Criar cooperativas (encontrar espaço) na região do arraial do retiro (corte e costura); 4. Criar mercado municipal na região de campinas de Pirajá; 5. Utilizar os espaços de entidades, associações p/ promover cursos com orientação de emprego e renda; 6. Parceria entre prefeitura, entidades, associações e empresas locais p/ capacitação de jovens e oferta de emprego; 7. Utilizar as escolas municipais e estaduais p/ formação profissional (inclusive nos finais de semana); 8. Incentivo ao desenvolvimento de atividades culturais p/ geração de emprego e renda; 9. Fiscalizar a questão da utilização de mão de obra local nas ofertas de emprego das empresas da região; 10. Melhor ordenamento da feira livre e ambulantes do Tancredo Neves; 11. Privilegiar a licença dos ambulantes que moram no bairro nos espaços públicos do bairro.12. Assistência do SEBRAE em todas as propostas acima; 13. Criação de cadastro de atividades (marceneiro, carpinteiro, costureira, etc) para encaminhamento a centros de capacitação para o mercado de trabalho; 14. Estimular o turismo de base comunitária, prestar consultoria gratuita para capacitação ao empreendedorismo no turismo e auxiliar na formalização das documentações para financiamento de projetos na área de turismo; 15. Implementação de cultura nos órgãos públicos e capacitação direcionado ao</p>

		turismo; 16. Implantação de projeto de Piscicultura;
<b>MEIO AMBIENTE</b>	Cabula	1. Revitalização do horto florestal da Estrada das Barreiras e criação do parque ambiental conforme agenda 21; 2. Recuperação do Dique entre ProfLurb e Campinas de Pirajá; 3. Programa educativa sobre meio ambiente (lixo, horários, demais orientações); 4. Revitalização da lagoa da Amazonas de baixo;
<b>CULTURA E PATRIMONIO</b>	São Gonçalo, Barreiras, Arraial	1. Criar um instrumentoteca nas escolas municipais; 2. Construção de uma casa de arte e/ou aproveitamento das escolas para este fim; 3. Investimentos em entidades e associações de bairros (ex: Não realização da quadrilha capelinha do forró); 4. Criação de espaços culturais em São Gonçalo; 5. Aproveitar o espaço da antiga escola IEPI na Estrada das Barreiras p/ funcionamento de Centro Cultural; 6. Intervenções sociais no arraial do retiro pelo fortalecimento da cultura com aulas de capoeira, judô, escolinhas de futebol e diversos. 7. Criação de incentivo p/ contratação de profissionais que atuem em projeto culturais nos bairros; 8. Programa de divulgação da cultura local nas escolas da comunidade;
<b>SERVIÇOS PÚBLICOS</b>	Tancredo Neves, São Gonçalo, Cidade, Amazonas de Baixo, Arraial, Doron	1. Implantar creche em Tancredo Neves; 2. Realizar levantamento de todos os vendedores ambulantes da região, realizar cadastramento, oferecer orientação. 3. Implantação de posto de saúde em Campinas de Pirajá (Terreno da Alubasa). 4. Implantar quadra poliesportiva Rua Valnei Santos, Campinas de Pirajá . 5. Criação de CEMEI para oferta dos diversos serviços públicos. 6. Desobstrução de canais. 7. Melhoria do serviço de drenagem em São

		<p>Gonçalo; 8. Criação dos conselhos deliberativos nos distritos p/ atuação de políticas setoriais; 9. Maior articulação entre sociedade organizada e os gestores municipais; 10. Retornar com os agentes comunitários de limpeza; 11. Melhoria dos serviços de limpeza dos canais; 12. Recuperação das escadarias e do asfalto da Amazonas de Baixo; 13. Atuação dos agentes comunitários de saúde na Amazonas de Baixo; 14. Poda de árvores; 15. Denominação de logradouros e localidades, incluindo a região da Amazonas de Baixo como bairro; 16. Inclusão da disciplina Educação Ambiental nas escolas (educativas sobre lixo, saúde, higiene); 17. Revitalização da Lagoa do Arraial de Baixo; 18. Requalificação do final de linha; 19. Ampliar prestação de serviços no posto do Doron; 20. Reforma do campo de futebol do Doron;</p>
<p><b>EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS PÚBLICOS</b></p>	<p>Barreiras, São Gonçalo, Sussuarana, Amazonas de Baixo, Doron, Arraial</p>	<p>1. Criação do parque ambiental nas Estrada da Barreiras; 2. Escadarias, Travessa Villa Leal, Villa Correia, Villa Dias, Travessa Amoedo, Tânia Cristina, Ivete Vargas, Meire Diniz. 3. Implantação de unidade de saúde em São Gonçalo e arraial. 4. Unidade de saúde em Sussuarana; 5. Implantação de CEMEI em São Gonçalo; 6. Criação de praças em São Gonçalo do Retiro. 7. Criação de ambientes de lazer e interação com qualidade; 8. Manutenção permanente dos espaços públicos; 9. Construção Praça na rua Fernando Pedreira, na Estrada das Barreiras (academia ao ar livre e diversos); 10. Implantação de creches, praças e postos de saúde; 11. Implantação de centro esportivo de recreação na área verde da Amazonas de Baixo; 12.</p>



		Reformar e ampliação do campo de futebol no arraial do retiro; 13. Criar praça no Doron; 14. Ampliação da CEMEI do Doron; 15. Criação de Centro esportivo no Doron; 16. Reabertura da creche do condomínio 8 de maio; 17. Criação de Centro Comunitário para atender grupo de capoeira, boxe e outras atividades socioeducativas na região Amazonas de Baixo;
<b>HABITAÇÃO</b>	Barreiras, São Gonçalo e Arraial, Doron	1. Construir encosta e escadarias no loteamento nossa senhora das graças, na Estrada das Barreiras; 2. Intervenção da Prefeitura entre o São Gonçalo e o Arraial em área que já se iniciou construção do Minha Casa, Minha Vida; 3. Encostas no Doron; 4. Programa que crie contrapartida no licenciamento dos empreendimentos p/ benefícios da localidade; 5. Fortalecimento dos conselhos; 6. Regularização do Cadastro fundiário;
<b>SANEAMENTO</b>	Cabula, Doron, Amazonas de Baixo	1. Criação do conselho permanente de saneamento, por processo de eleição; 2. Drenagem das águas de chuva na Estrada das Barreiras; 3. Recuperação das redes de esgoto; 4. Limpeza dos canais (ex. arenoso, vale das cobras...); 5. Recuperação das redes de drenagens e saneamento básico na amazonas de baixo; 6. Macro drenagem da rua Doralice Pereira Dórea e o canal da Vila Antônio Moises; 7. Cobrir canal da baixa do dique, entre o Doron e Baixa do Dique;
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	Amazonas de Baixo, Cabula	1. Iluminação pública e implantação de novos postes na Amazonas de Baixo; 2. Rondas policiais permanentes em toda a Estrada das Barreiras e Cabula; 3. Troca de lâmpadas amarelas por brancas;

**Fonte: PLANO 500 Salvador. Mural de Propostas Encaminhadas.**

Por outro lado, observa que as propostas trazem questões como mobilidade urbana voltada para o aumento das linhas de transporte, a recuperação das pedreiras, que viraram imensas lagoas com risco para a população, a recuperação do Horto Florestal e sua criação enquanto Parque, bem como o fomento a criação de cooperativas, o regaste dos processos da Agenda 21 e o estímulo ao Turismo de Base Comunitária.

Além das estruturas institucionais, os grupos sociais tais como conselhos de moradores, organizações não-governamentais, movimentos sociais também fazem parte dos aspectos políticos-administrativos. Os grupos identificados (Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania – PNPC e Grupo Diversidade e Resistência do Beiru, Projeto Cidadão), atuam politicamente na região com interesses divergentes que vão desde fomentar atividades, que aproximem os moradores no campo das relações sociais, até o exercício do controle social das políticas públicas, principalmente aquelas voltadas a reparação social, o impasse do Horto Florestal e política de transferência direta de renda.

Muitos desses grupos sociais estão atrelados a vereadores, como exemplo o Grupo Diversidade Resistência do Beiru que apoia Luiz Carlos Suica (2013-2016) que atua na área de Pernambuco, Arenoso e Beiru e faz parte do Partido dos Trabalhadores (PT). Carlos Muniz que atua no Beiru, na Sussuarana e Engomadeira do PTN (2013-2016), Pedrinho Pepê que atua na região de Narambiba, Engomadeira, Saboeiro e Cabula VI do PMDB (2013-2016). Marcell Moraes do Partido Verde (2013-2016) eleito deputado estadual (2015-2018) atua na região da Mata Escura, que foi apoiado pela ONG PNPC. Por outro lado, os grupos sociais relatam que são enganados a cada período de eleição, na esperança que seus projetos possam vir a ser executados com auxílio dos vereadores. No final das contas, os bairros acabam sendo fáceis redutos eleitorais que servem apenas para usurpar votos dos moradores, que ainda colocam suas esperanças em políticos, cuja função não é executar políticas públicas, nem implantar obras nos bairros, mas sim legislar e fiscalizar as ações do executivo. A política clientelista ainda é muito presente nestas localidades.

**Quadro 2 – Vereadores que Atuam no Antigo Quilombo Cabula no período de 2008 a 2016**

<b>Vereador</b>	<b>Localidade</b>	<b>Partido</b>	<b>Votação</b>	<b>Ano</b>
Alan Eduardo Sanches dos Santos	Engomadeira	PMDB	15.206	2008
Antônio Noélio Libano – Alemão	Sussuarana	PRP	4.551	2012
Balbino Santos de Carvalho	Fazenda Grande do Retiro	PV	7.630	2016
Carlos da Silva Muniz	Engomadeira, Sussuarana e Beiru	PTN	8.477	2008
			16.959	2012
			13.129	2016
Luiz Carlos Santos Lima – Suica	Beiru, Arenoso e Pernambués	PT	8.222	2012
			9.797	2016
Marcell Carvalho de Moraes	Mata Escura	PV	7.973	2012
Pedro Souza dos Santos – Pedrinho Pepe	Engomadeira, Cabula e Saboeiro	PMBD	8.779	2008
			8.076	2012

**Fonte: <http://www.tre-ba.jus.br/>, Acesso em 18 de fevereiro de 2017, às 19h30**

O Quadro 2, buscou retratar a sucessão de mandatos dos vereadores no período de 2008 a 2016. Não foi possível mapear os anos anteriores, uma vez que o site do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) apresentava mensagem de erro ao realizar o procedimento de pesquisa. O vereador Carlos da Silva Muniz, que atua politicamente nas localidades da Engomadeira, Sussuarana e Beiru possui três mandatos consecutivos com progressão de votação. Isso se dá em razão da sua atuação na área médica, tendo em vista que este é proprietário de clínicas populares, o que de certa forma facilita a alienação do voto.

### 2.3 Panorama Social, Econômico, Cultural e Ambiental

O estudo sobre o panorama social, econômico, cultural e ambiental do Antigo Quilombo Cabula, tem como análise observações diretas, intercaladas com diálogos com moradores e grupos sociais situados nesta localidade. A autora buscou imbricar os quatro elementos, afim de ter uma compreensão socioambiental, cujas relações

humanas do fazer econômico e do fazer cultural se dão no espaço ambiental, seja ele de forma material ou virtual. O ambiente se transforma pelas mãos dos sujeitos sociais, dando-lhes as condições necessárias, porém nem sempre iguais e justas de sobrevivência. O espaço territorial do Antigo Quilombo Cabula, historicamente foi alvo de políticas sociais e econômicas imediatistas e classistas. As condições de existência nesta localidade se deram de forma precária e injusta, haja vista que os problemas socioambientais afetam grupos de trabalhadores, muito deles vindo do interior do estado em busca de oportunidades de emprego, bem como as populações de baixa renda, os segmentos étnicos e marginalizados.

Assim, por toda a sua característica geográfica, formação habitacional, elementos políticos e administrativos não nos deixa dúvida que o Antigo Quilombo Cabula é composto por bairros populares que carrega a herança da pobreza e da desigualdade social. Essa região abriga aproximadamente 325.783 mil habitantes, segundo o Sistema Municipal de Informações de Salvador – SIM, sendo que os bairros de Pernambués e Beiru são considerados os mais populosos.

A urbanização do Antigo Quilombo Cabula se configura de forma segregada, partida, desigual e injusta, reflexo de um sistema capitalista que por essência marginaliza tudo aquilo que não consegue ser absorvido por ele. Muitos locais não possuem infra-estrutura, saneamento, escolas, coleta regular de lixo, linhas de ônibus, praças de lazer e esportes. Quando existem estão depredados, malcuidados, sujos, outros servem de ponto de descarte inadequado do lixo seja ele doméstico, comercial e até mesmo tecnológico devido à presença de muitas lojas de eletro-eletrônicos como televisores e computadores, realidade essa vista claramente pelos caminhos da Estrada das Barreiras.

Os moradores do bairro do Beiru, nome esse de origem ioruba que diz respeito ao escravo Gberu que herdou essas terras no século XIX, apontam o lixo como elemento do mais preocupante a ser enfrentado. Para eles é histórico o lixo que fica em frente às instituições públicas de ensino. Os moradores já o denominam como patrimônio do bairro, de tão permanente que ele é, o tanto que ele altera a paisagem do local. Diante disso, quais seriam as alternativas para esta problemática? Segundo eles é quase inviável retirar o lixo deste local. Onde iremos colocá-lo, questionam os

moradores. Os pontos de lixo são em muitos casos em frente às escolas públicas, o que demonstra a nossa falta de cuidado com os bens públicos, e a nossa relação de transferência de externalidades, ou seja, aquilo que me incomoda precisa ser posto no lado oposto de mim.

A área onde está localizado o bairro do Beiru, segundo os moradores era muito mais arborizada, com a intensificação urbana, o verde foi dando lugar ao concreto. Poucas são as áreas arborizadas. É visível a presença de plantas domésticas, pequenos arbustos, áreas ociosas, abandonadas. Ainda sobre a história do bairro do Beiru,

[...] conforme se lê na Iconografia do professor Waldeloir Rêgo “na localidade secularmente conhecida por Campo Seco, ainda hoje com muitos cultos afro-brasileiros, existe uma rua chamada Beru, corruptela da GBeru, nome próprio personativo, inclusive de um dos reis do Oyo. É muito comum ao povo (negro) guardar na memória os reis das regiões de onde procederam seus antepassados, sobretudo se esses reis foram divindades”. (RÊGO *apud* DÓREA, 1999, p. 21)

Ao longo das vias é bastante comum visualizarmos a rica quantidade e diversidade de frutas e verduras (muitas desses produtos agrícolas veem do interior da Bahia e de Sergipe, outros são produzidos nas hortas do entorno e outras são trazidas diretamente da CEASA – Centro Estadual de Abastecimento). As barracas de frutas e verduras disputam espaços com o lixo e outros resíduos. Próximo ao um colégio estadual, moradores relatam que antigamente, o lixo disputava espaço com os produtos comprometendo a qualidade sanitária, bem como a estética do local. Para resolver este problema, os feirantes se reuniram para propor medidas de convivência com lixo já que não poderia a princípio tirá-lo dali, eles então acordaram que o lixo ficaria no mesmo passeio, com uma distante razoável, com isso aumentou a qualidade dos produtos e melhorou a estética do local, mas o lixo continua na esquina do muro do colégio.

As observações feitas do bairro, nos revelam um número expressivo de pessoas criando cotidianamente soluções de renda alternativa para que elas e suas famílias possam sobreviver. O espaço físico, o espaço ambiental lhes proporciona, acolhem seus produtos para a dinâmica comercial local e isso gera um movimento entre eles e o bairro.

O bairro do Beiru é bastante comercial, e a quantidade de barracas de frutas, lojas de artigos para o axé, de ervas e produtos medicinais, painéis de alumínio, sapataria, móveis, roupas, artesanatos e outros que ao longo das ruas representam uma característica histórica, haja vista que outrora o bairro era uma grande fazenda, um arraial onde predominava a presença de escravos de ganhos, as ganhadeiras ou conhecidas também como quitadeiras, como descreve o historiador Alfredo Matta (2013):

[...] a década de 1850 temos o registro de armazéns que vendiam todo tipo de mercadoria, sendo difícil a segmentação das casas comerciais em ramos de atividade. [...] Além dos comerciantes encontramos muitos artesãos. Marceneiros, douradores, farmacêuticos, ferreiros, sapateiros, ourives e outros. [...] Na época do censo de 1855, a escravidão começava a perder importância, e parece que o número de artesãos da cidade teria sofrido significativo aumento. Maximiliano de Habsburg (1860) descreveu a cidade como imponente e antiga, nos falando do comércio ambulante feito nas ruas por negros e populares, e também o comércio maior das casas comerciais. (MATTA, 2013, p. 71)

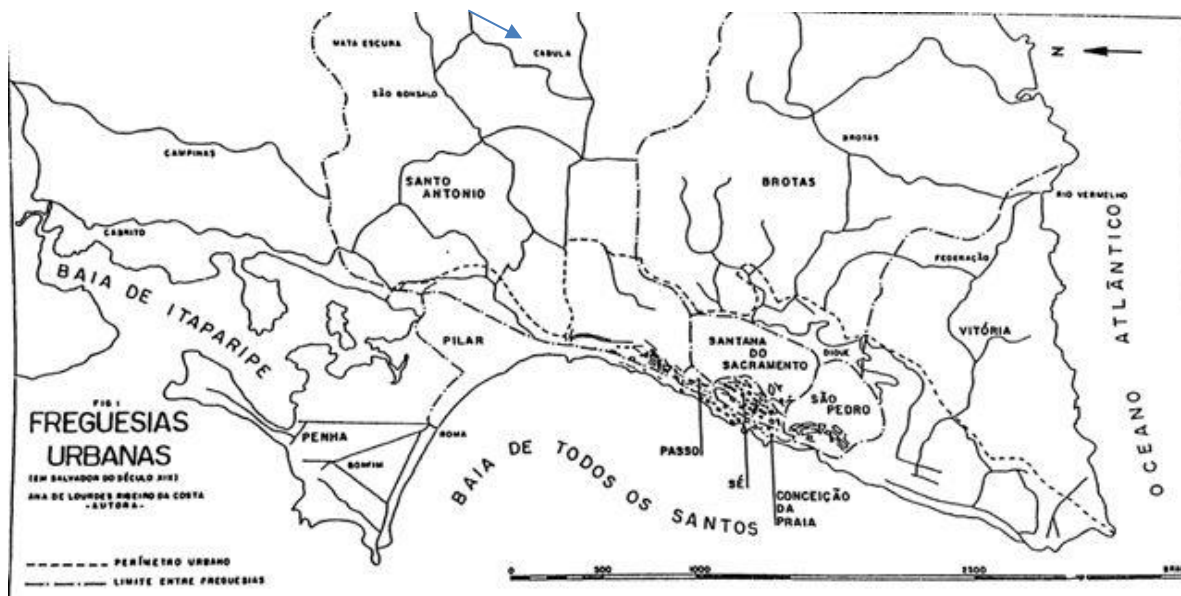
Na figura 4, que será apresentada posteriormente, retrata espacialmente as localidades das Freguesias Urbanas de Salvador no Século XIX. No total eram 10 freguesias, que mantinham o controle da cidade pelos pilares da igreja Católica e do comércio com influência direta na política. Segundo a historiadora Luciana Martins (2016):

As freguesias representam a organização eclesiástica-administrativa da cidade desde o período Imperial até o Republicano. O que hoje compreende como bairros, antes eram freguesias. A ideia dessa organização era que a jurisdição espacial estaria relacionada a uma igreja Matriz, e que portanto, seus “fregueses” deveriam estar tutelados a esta. (MARTINS, 2016)

A freguesia onde estava localizada o Cabula do século XIX, mantinha relação distante com o centro comercial de Salvador, por estar situada em áreas rurais, configuradas em sítios, fazendas, engenhos, mata densa (MARTINS, 2016). Já no século XXI, os sujeitos existentes no Cabula e entorno, bem como a disposição dos equipamentos públicos e as zonas habitacionais, tem relação direta com as decisões políticas tomadas para esta área, que em sua maioria se encontra marginalizada, oprimida e devastada. Milton Santos (1987), chamaria esse processo de “localizações

forçadas”, cujo produto é uma “combinação entre forças de mercado e decisões de governo”.

**Figura 4 – Freguesia Urbana de Salvador no Século XIX**



**Fonte: Roseli Fernandes apud Ana de Lourdes Ribeiro da Costa, “[...] sobre mapa base compilado parcialmente por Carlos Augusto Weyll, 1850” (FERNANDES, 2003, p. 168)**

Ainda sobre o Beiru, o local onde atualmente está localizada a 11ª Delegacia Territorial do Beiru, na Rua Pernambuco possui uma praça – Praça Nova República. A pracinha, como eles a chamam, passou por uma reforma no período no ano de 2013, mas que infelizmente é um espaço onde alguns grupos usam de forma descuidada. Fezes e cheiro de urina compõem os aspectos negativos deste lugar. Mas por outro lado, é um lugar onde os moradores se reúnem para tocar música, bater papo, brincar, namorar e jogar bola. É um espaço pouco arborizado. Os moradores nutrem um sentimento muito afetuoso pela praça. Nela acontece uma feira de produtos usados que vão desde sons, roupas, CDs e DVDs, eletro-eletrônicos, abriga também um lava-jato, incluindo barracas de frutas e verduras. O que está por trás da falta de cuidado com locais coletivos? Os moradores atribuem isso a falta de ocupação por pessoas que deveriam fazer o uso cultural e social do espaço. Se essas pessoas não ocupam, abre espaço para que outros mal-intencionados façam uso do jeito que

bem entendem como usar drogas, praticar atos violentos e fazer necessidades fisiológicas.

Já na região onde localiza o bairro da Mata Escura, na avenida principal conhecida como Av. Cardeal Avelar Brandão Villela, nota-se a presença de condomínios, escolas-creches particulares, a sede da ACOPAMEC – Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão. A região arborizada, com paisagens espaçadas mesclando mata e capim foram identificadas as seguintes árvores: mangueiras, pau Brasil (dentro do condomínio), flamboyant, amendoeiras. Algumas árvores estão hospedando a erva de passarinho. Isso é um indicador de degradação ambiental. A erva de passarinho ou visgo é uma planta parasita que ataca grandes árvores – árvores lenhosas. É comum ver faixas de agradecimento a políticos, principalmente vereadores.

Ao andar pelas ruas da Mata Escura, principalmente da Rua Direta até a chegada do fim de linha observamos a presença de um comércio local, forte e movimentado. Mercados, lojas de roupas, salões de beleza, igrejas, lojas de confecções, borracharia, bares, escolas, creches, atelier de costureiras, lanchonetes e padarias são os principais serviços oferecidos pela economia local.

Do ponto de vista ambiental, é muito constante a presença de mangueiras no local, para o povo de santo desta região, isto está ligado a presença do orixá Oxóssi – que é o orixá das matas e tem na mangueira o seu símbolo de ligação com a energia da natureza. As obrigações de Oxóssi são feitas na mata sob a sombra da mangueira. O local abriga um importante espaço de luta e resistência que é o Terreiro Bate Folha. Um morador local nos mostrou o bairro da Mata Escura a partir do seu olhar. Falou do transporte, antigamente conhecido como “O bagageiro” – sem deixar muito claro o porque desse nome – este transporte ia até São Joaquim e voltava para o Cabula. Naquele tempo, conta ele, tudo era muito difícil por conta da mata fechada. *“Era muito mato e riacho, e tinha a dificuldade de ficar saindo de um lugar para outro”*. Ele nos contou um pouco da história do Beiru, da Engomadeira, do Calabetão (segundo ele o nome se originou depois que um homem chamado Betão que bebia muito e fazia muita suada e confusão era o tempo todo chamado a atenção da seguinte forma: cala a boca Betão, cala Betão, Calabetão. E assim surgiu o nome do local que faz parte da



Mata Escura e fica próximo a BR 324. Ele falou sobre o Dique do Prata, sobre a presença das mangueiras, jaqueira, pé de cajá, de umbu e pé de nativo.

A Mata Escura abriga o terreiro de candomblé Bate Folha, que nasceu após um desmembramento da Fazenda Bate Folha. Esse local abrigava um quilombo. Ele foi fundado por Manuel Bernadino em 1908-10. A escritura pública é de 1916. O local abriga um acervo com documentações, móveis antigos, quadros dos principais representantes históricos do terreiro. O Terreiro está inserido, no que os moradores chamam de cinturão verde dentro da cidade. É um remanescente de mata atlântica. O Dique do Prata que fica no fundo do terreiro está poluído pela falta de esgotamento sanitário. Antigamente podia pescar e tomar banho. São 14 ha (hectare) de mata preservada, como o local é tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) eles não sofrem com pressão feita pelas grandes empresas de construção civil. As árvores sagradas do terreiro, apontadas por eles são o pé de loco/iroco comumente confundido com o pé de gameleira, o baobá, árvore essa trazida pelos africanos como forma de estar mais próximo do seu continente e poder cultivar sua religião, além da mangueira. Todas elas são preservadas e existe um trabalho de replantio das árvores nativas e sagradas. Segundo Pai Cícero, responsável pelo terreiro: *“Não tem como fazer uma obrigação dentro de um apartamento. Não que seja errado, mas são etapas dos rituais tirar uma folha, tomar um banho.”*

Nos aspectos educacionais, o Cabula abriga a Universidade do Estado da Bahia – UNEB e a Faculdade Baiana de Medicina. De acordo com o site da Secretaria Estadual da Educação existem 25 escolas da Rede Estadual do ensino fundamental, nos seguintes bairros: Cabula, Barreiras, Arenoso, Cabula VI, Massaranduba, Mata Escura, Pernambués, Sussuarana e Beiru. Nas outras localidades não existem escolas deste segmento, a exemplo do bairro da Engomadeira, Narandiba, São Gonçalo, Doron, Fazenda Grande do Retiro, Arraial do Retiro e Novo Horizonte. (SEC, acesso em 06 jul.2016)

A participação socioeconômica da população do Cabula e entorno, vão desde feituas de hortas urbanas que servem de sustento para muitas famílias que vivem desta produção, ao mercado informal distribuídos entre os camelôs. As produções de

hortas, hortos e pomares do Cabula e entorno são consideradas possibilidades econômicas frente a hegemonia do sistema econômico dando um novo sentido na relação capital e trabalho. Estas atividades econômicas, têm ressignificado a vida de muitos pequenos agricultores urbanos, frente ao truncando contexto social do capitalismo neoliberal.

Como exemplo desse processo, a autora esteve com o grupo de agricultores urbanos da localidade de Pernambués, que foram contemplados pelo projeto de horta comunitária da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF, projeto conhecido como Velho Chico, que teve como objetivo incentivar a implementação de hortas nos espaços livres, abaixo da linha viva da Chesf, no sentido de conter construções de moradias e trazer uma perspectiva de renda para os moradores locais. O projeto começou com o cadastro de 40 famílias, hoje são apenas 2 famílias. Por conta da ocupação, que não foi contida, a maioria das hortas foram dando espaços as casas, ficando apenas duas hortas que estão sendo cultivadas com muito sacrifício, uma vez que com o fim dos projetos, as famílias ficaram sem ter condições de comprar os insumos agrícolas, como adubo e sementes. Mas mesmo assim, eles continuam a viver disso, como relatou D. Erivalda Lima: “Nós vivemos da horta, não temos outra renda. Quando a horta não está produzindo, pegamos na mão de um fornecedor e repassados para os nossos clientes daqui mesmo do bairro.”

### Foto 3 – Agricultor da Horta Comunitária de Pernambués



### Foto 4 – Local de Manejo das Hortaliças/Pernambués



Fonte: Autoria própria, 2017

Além das produções de hortas, a região apresenta forte influência religiosa, principalmente de matriz africana. Todos esses aspectos representam uma herança colonial, onde se misturavam resistência, com os quilombos e religião a partir das manifestações dos escravos que trouxeram na memória em África sua cultura, seus ritos, suas danças, orações, sementes, por fim, toda sua filosofia que deram força para que eles suportassem o sofrimento e todo tipo de perseguição que se vê até os dias de hoje.

Para ilustrar essa simbologia, o Antigo Quilombo Cabula, é um lugar de resistência, de luta, manifestações culturais e espirituais, abriga muitos terreiros de candomblé. Os terreiros são considerados, em sua essência, o templo sagrado da preservação da sociobiodiversidade. Mesmo diante de sua importância, o povo de santo constituído a partir deste quilombo, relata sua grande dificuldade de encontrar as principais folhas para fazer o axé. Como conta, Edvanilton da Conceição, do Terreiro Ilê Axé Ominija, de Mãe Clemilda Santana localizado no bairro Sussuarana: “Antigamente eu buscava as folhas aqui perto mesmo, mas hoje em dia tenho que ir até a reserva do Parque de Pituáçu.” Mãe Clemilda, como prefere ser chamada, é a fundadora do terreiro. Com seus 53 anos de santo, relata que, a relação entre a

natureza e o candomblé é uma irmandade; “[...] não existe candomblé sem terra, sem água e sem folha. Tudo isso são os elementos principais do axé”. D. Clemilda Santana, 82 anos. Para D. Lúcia, representante do segmento de Povos e Comunidades Tradicionais, no Fórum Baiano de Comitês de Bacias Hidrográficas, afirma que, a “água é a grande Mãe do universo”. Esses depoimentos, revelam a relação que o povo de matriz africana possui com a natureza e seus elementos. A raiz da cultura deles é a própria vida em natureza. Muitos não têm mais a mata como espaço de convívio, reprodução de vida e aprendizado, mas as construções dos terreiros buscam se aproximar e recriar um espaço natural, pela necessidade do diálogo com água, com a terra, o fogo, o ar e as folhas. Como traz na melodia do Afoxé Oyá Alaxé – “Sem folhas não tem orixás”, ou na composição de Gerônimo, na voz de Maria Betânia – “Salve as Folhas”, onde ele diz: “Sem folha não tem sonho/sem folha não tem vida/sem folha não tem nada.”

Outro aspecto a ser registrado é a relação que estabelecemos com o nosso modo de produção e consumo. Em muitos espaços educativos, notamos que a temática do lixo aparece como o principal problema a ser enfrentado, tanto pelos moradores do bairro, pela comunidade escolar, quanto pelos comerciantes, no entanto pensar no descarte sem refletir no modo de produção que estamos inseridos, e, que o mundo adotou para si, corremos o risco de cairmos na armadilha, que é não termos sensibilidade de pensarmos nas alternativas de produções baseadas num projeto contra-hegemônico (SANTOS, 2002) que pode auxiliar a desmitificar que o capitalismo não é o único núcleo central de produção.

No que tange os aspectos ambientais, o Cabula está inserido no bioma remanescente de Mata Atlântica, sendo que sua maior parte está situada na área territorial do 19º Batalhão de Caçadores ou simplesmente 19º BC, conhecida como “Mata do Cascão” ou “Dique do Cascão”, denominação dada pelos próprios membros do Batalhão e onde fica a nascente do Rio que leva este nome. Mesmo sendo uma área protegida, pelo Exército Brasileiro, a mesma não deixou de ser alvo de um ato autorizativo de supressão vegetal para ampliação de vias que compõem o projeto de mobilidade urbana da cidade do Salvador.

**Figura 5. Mapa da Área do 19º BC, 2011**



**Fonte:** <http://www.rumoaesfcex.com.br/wp-content/uploads/2011/08/19-bc.jpg>

Em 2016, com a aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Lei 9069/2016 o Vale do Cascão foi integrado ao plano como Unidade de Conservação de Domínio Municipal – UCM, especificada como área da Macrozona de Conservação Ambiental. Isso significa que o município de Salvador, de acordo com o art. 251 elaborará e implementará planos de manejo, programa de gestão, ordenamento e controle, visando a composição ambiental das Unidades de Conservação integrantes do SAVAN – Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural, (PLANO 500, 2016). O SAVAN foi criado no PDDU de 2007, com o objetivo de identificar e institucionalizar áreas de Salvador que são determinantes para a qualidade ambiental da cidade.

Assim sendo, o PDDU reconhece que essas áreas verdes, Vale do Cascão e a Represa da Mata Escura, contribuem para a qualidade ambiental da cidade no que tange o conforto climático, a saúde humana, a estética paisagística. No entanto, a proteção integral destas áreas fica a mercê da especulação imobiliária, bem como das invasões clandestinas. Diante disso, o esforço de salvaguardar estas áreas num documento de gestão pública se mostra insuficiente, desafiador, pela falta de controle e fiscalização e falta de um gestor responsável por estas unidades de conservação. De acordo com o PDDU 2016, a Represa da Mata Escura e o Rio do Prata são caracterizados como Áreas de Proteção de Recursos Naturais – APRN, significa dizer

que estas “[...] áreas são destinadas à conservação de elementos naturais significativos para o equilíbrio e o conforto ambiental urbano.” (PDDU, 2016). Para as APRN dos Vales da Represa da Mata Escura e do Rio do Prata o plano estabelece:

- a) zoneamento da APRN, com delimitação das áreas de preservação permanente e áreas de amortecimento, considerando o uso e ocupação do solo existente; b) preservação da vegetação remanescente da Mata Atlântica, dos rios e áreas alagadiças, de forma compatibilizada e controlada com os usos de lazer, turismo ecológico, atividades culturais e como centro de referência para educação ambiental; c) realização de estudos para implantação de Parque Urbano, com tratamento urbanístico e implantação de equipamentos de recreação e lazer na área próxima à BR-324, integrados à Estação Bom Juá do Metrô; d) implementação de programas de recuperação ambiental, compreendendo a urbanização dos assentamentos precários urbanizáveis existentes na data da publicação desta Lei e o reassentamento das áreas não urbanizáveis, a critério do Executivo. (PDDU, 2016)

**Figura 6 – Área de Proteção de Recursos Naturais – APRN Vales do Cascão Cachoerinha**



**Fonte: Oficina Chega Junto Residência de Assistência Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, Eixo Áreas Verdes, UFBA, 2016**

Sobre os mananciais hídricos existentes nesta localidade, eles estão inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio das Pedras e Pituauçu, que compreendem os rios Pituauçu, das Pedras, Saboeiro, Cascão e Cachoeirinha, observe a Figura 7. A nascente do Rio das Pedras está localizada na região do 19º BC. A região abriga a Represa da Mata Escura e a Represa do Prata, que no final do século XIX abastecia a cidade do Salvador. As represas foram projetadas pelo engenheiro baiano negro, Teodoro Sampaio, e "[...] desativadas em 1987, devido à baixa vazão e pela poluição provocada pelo lançamento de esgoto sanitário e resíduos sólidos". (SANTOS, et.al, 2010). Apesar da ação antrópica, na maioria dos casos, estimulada pela dinâmica da especulação imobiliária, é possível ao longo das ruas observar a presença de árvores exóticas como mangueiras e jaqueiras e dentro das faixas de mata observam-se a presença de árvores nativas como pau-pombo, pau de leite, aroeira, janaúba, mutamba, ingá, jenipapo, gameleira sendo esta última, uma árvore sagrada conhecida como *iroko* que possui um respeito profundo dos terreiros de candomblé em preparos de banhos e rituais. Esta espécie simboliza a resistência da cultura negra, além de demonstrar que a religião se mantém por causa das folhas, das árvores, da natureza.

**Figura 7 – Bacias Hidrográficas de Salvador**



**Fonte: Apresentação sobre o Rio Pituaçu, UFBA, 2009**

A presença de vegetações pioneiras e secundárias caracterizadas pelas capoeiras e imbaúbas é encontrada em áreas que estão bastante degradadas. A imbaúba, é considerada uma das árvores mais importante do bioma mata atlântica visto que sempre quando há desmatamento ela é a primeira a renascer diante de uma adversidade ecológica. É sabido que todas elas possuem sua importância ecológica e social, uma vez que torna o bairro mais agradável e evidencia a relação mútua e indissociada de pessoas e natureza, embora conflitante/dialética. E isso é comprovando quando pelas andanças pelo bairro, facilmente se observa muitas casas bordadas por plantas, flores e árvores, além das tentativas de utilizar os canteiros para o plantio de ervas medicinais, como se observa na ladeira principal do bairro da Narandiba que dá acesso ao Hospital Roberto Santos.

Nesse sentido, o ambiente apresenta-se como espaço onde se dá, na prática cotidiana, o encontro com a natureza e a convivência dos grupos humanos. É nessa teia de relações sociais, culturais e naturais que as sociedades produzem suas formas próprias de viver. (CARVALHO, 2006, p. 157)

Contudo, a paisagem urbana e ambiental do bairro, apresenta espaçamentos com áreas bastante degradadas, com imensos areais, erosão, predominância de vegetação rala e pequenas zonas desertificadas, principalmente na região onde se localiza o bairro Sussuarana que fica localizado ao longo da avenida que dá acesso ao Centro Administrativo da Bahia – CAB. É visível o intenso processo de erosão, acometido por uso clandestino de máquinas para retirada de areias e outros minerais rochosos. Segundo moradores, boa parte da área pertence a uma grande empresa de construção civil. No local, os moradores fizeram dois campos de futebol e uma pista de MotoCross, tornando aquela área um espaço de lazer, dando-lhe uma função social.



## CAPÍTULO III – POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS

### 3.1 Política e Meio Ambiente

Para analisarmos a relação entre a política e o meio ambiente, dentro da abordagem das políticas públicas ambientais, optou-se por fazer um recorte histórico da emergência do tema ambiental, para então assim analisar como se configura essas políticas no âmbito do estado da Bahia, e, como elas reverberam nos bairros do Cabula e Entorno. A questão ambiental, timidamente passou a fazer parte da seara internacional a partir da década de 1970. Nesse período, com o término da Guerra Fria, o mundo passou a direcionar sua visão para temas até então não abordados no contexto internacional. Temas relacionados a questão da fome, pobreza, direitos humanos, igualdade de gênero, crescimento populacional, migrações vieram atreladas à crise ambiental. Os estadistas, a sociedade civil e a iniciativa privada passaram a estabelecer um conjunto de ações com o objetivo de equacionar o problema da poluição dos oceanos e dos rios, destruição das florestas, extinção da fauna e flora, demanda por água potável, rarefação da camada de ozônio. Os princípios e as diretrizes desenhadas para essas ações foram expressos por meio de acordos internacionais, que passados mais de quatro décadas muito pouco foi cumprido uma vez que pouca relevância foi dada a esses problemas. É notório que a cada dia que passa produzimos mais lixo, destruimos mais florestas, assoreamos mais rios, diminuimos nossa solidariedade, nosso olhar e nosso cuidado com o outro. Tratamos da Terra como um espaço de livre exploração, retiramos dela tudo de material que precisamos. A nós não nos foi dado a sabedoria de usufruir respeitando a sua capacidade de suporte e resiliência, e, se foi dado, esquecemos.

Esse esquecimento se deu, sobretudo pelos avanços do processo industrial e da agricultura agro-exportadora, que alterou significativamente a relação homem e natureza, cuja configuração fora redesenhada no bojo da dinâmica do capital, responsável pela agressão sistemática ao meio ambiente e a precarização do trabalho. Diante desse cenário, os países se viram pressionados a discutir, dialogar e propor soluções concernentes a proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade

de vida. A Organização das Nações Unidas (ONU), realizou nos últimos anos, conferências para discutir e propor soluções para os desmandos ambientais. A reunião, intitulada de Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad) – ou Cúpula da Terra, e mais conhecida como Rio 92 – trouxe de volta as esperanças perdidas, no contexto de grande degradação ambiental e perda de valores humanos. O encontro foi desenhado, conforme as necessidades de se criar políticas públicas, concernentes a continuação do programa desenvolvimentista dos Estados, porém baseado no modelo sustentável. Não era possível mais falar de crescimento zero, o capitalismo conseguiu mais uma vez criar fórmulas em que a produtividade e o lucro continuem sempre sendo seu principal objetivo. A palavra sustentabilidade, originária das teorias econômicas, foi o antídoto amargo da radicalidade da teoria do crescimento zero.

Nesse formato, a Eco-92 teve como objetivo criar estratégias de combate aos danos causados ao meio ambiente – foi o espaço onde essas demandas ambientais tiveram papel de destaque, uma vez que, o mundo iniciou um processo lento, porém contínuo de mudança de paradigma civilizacional, cuja mola mestra se fundamenta numa tentativa de governança ambiental. Segundo o balanço feito por Philippe Le Prestre (2000):

A conferência mobilizou praticamente o mundo inteiro. Reuniu 178 países, oito mil delegados, dezenas e ONGs, três mil representantes de ONGs credenciadas, mais de mil ONGs num fórum paralelo, nove mil jornalistas. [...] Se cada um tirou do evento uma opinião própria, todos estavam conscientes de que viviam um momento de grande simbolismo e que ninguém poderia verdadeiramente prever a dinâmica que o evento engendraria. (PRESTRE, 2000, p. 201)

A Eco-92, surgiu como um espaço onde foram postas todas as esperanças, expectativas e perspectivas de um mundo, cujo olhar fosse direcionado para as questões ambientais, transversalizando os seus diálogos e práticas, uma vez que foi nesse encontro que se viu pela primeira vez na história mundial, a reunião de líderes estatais, sociedade civil organizada, movimentos sociais, empresas e governos locais juntos, unindo forças para assegurar a proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida, numa atmosfera estruturada na coexistência pacífica, onde todos os sujeitos se reconheciam como peças-chaves do grande problema que estava sendo

abordado. Foi nesse momento, também, que se viu a ruptura do *mainstream* das relações internacionais, cujos temas fugiam da lógica realista de guerra e nacionalismo – o que podemos chamar de sistema *vestfaliano* calcado na soberania dos Estados Nacionais – para emergir novos temas ligados aos direitos humanos, questões de gênero e etnia, meio ambiente e dentre outros de caráter social numa perspectiva de amplo debate democrático.

No entanto, de acordo com a análise de Leis (1999), os resultados da Rio-92 não estiveram de fato a altura dos problemas globais pautados na agenda internacional, isso se explica pela não aceitação dos Estados Unidos em assinar a Convenção da Biodiversidade. Por outro lado, Prestre (2000), afirma que a participação dos líderes da América do Norte não foi tão crucial como se imaginavam, uma vez que a “[...] Convenção reconheceu a soberania dos Estados sobre seus recursos genéticos, a autoridade para conceder acesso a estes recursos e o princípio da partilha dos benefícios derivados de sua exploração.” (PRESTRE, 2000, p. 229). O que se observa diante dessas duas avaliações é que não temos dúvidas que houveram fracassos e sucessos no processo da Rio 92. O tema em questão, não dava conta de ser discutido utilizando as mesmas estratégias hegemônicas de negociações, por outro lado o tema meio ambiente ganhou notoriedade e partir daí iniciou um processo de ampliação da consciência ambiental, o que Freire (1996), chama de “transitividade de sua consciência”, que permite ao sujeito pensar e criar condições objetivas a partir de outras variáveis - outras “órbitas existenciais diferentes”. Os tomadores de decisões passaram a trabalhar com temas plurais de forma interdependentes em suas agendas. Políticas públicas foram sendo discutidas e elaboradas para tal fim, a exemplo da Agenda 21, que foi criada como um documento de planejamento das ações ambientais e foi difundido nas escolas, nos bairros, nas organizações não-governamentais, nas universidades. No Antigo Quilombo Cabula, temos a experiência de implementação da Agenda 21 nos bairros da Mata Escura e da Estrada das Barreiras (NUNES, et.al. 2007).

Já em 2012, foi realizada a Rio+20 na cidade do Rio de Janeiro. Passados 20 anos da Eco 92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável teve como principal objetivo, avaliar o caminho percorrido a partir de 1992

para posterior definir uma agenda política de âmbito global, sobre o desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. A Conferência teve como principais temas a economia verde, erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

Diante do exposto, existem alguns princípios clássicos, que definem e caracterizam a estrutura das políticas públicas ambientais tais como: pleno funcionamento do jogo democrático, o equilíbrio socioambiental em resposta a qualidade de vida, distribuição de renda a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável, a incorporação da governança global na agenda dos governos federal, estadual e municipal. É fundamental que todas as ações governamentais estejam alicerçadas nesses princípios. Assim, vivenciaremos, uma sociedade equânime e ecologicamente viável, estreitando o diálogo entre os diferentes sujeitos sociais, dando-lhes poderes para intervirem em políticas públicas concernentes as questões sociais, bem como na tomada de decisões frente as ações emanadas dos movimentos sociais, da sociedade civil e/ou do Estado.

### 3.2 Meio Ambiente como Política Pública na Bahia

Antes de iniciar a análise da construção das políticas públicas ambientais na Bahia, a autora esclarece que não é intenção conceituar e classificar exhaustivamente o campo do saber das políticas públicas, no entanto adotaremos o conceito da professora Celina Souza (2003), que as defini com um:

[...] campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). (SOUZA, 2003)

Assim, políticas públicas são ações coordenadas pelo governo com o sem a participação dos diversos segmentos sociais, que se traduzem, ou seja, se materializam em planos, programas e projetos cujos impactos são sentidos, na medida em que elas se aproximam do cidadão. Embora as políticas públicas tenham

nascido na esfera das ciências políticas (SOUZA, 2003), elas não se resumem a isso, ampliando para outras áreas, por exemplo, na qual estamos comprometidos a debruçar que são as políticas públicas no campo ambiental. Não podemos deixar de registrar, que o surgimento das políticas públicas ambientais no Brasil, têm seu início no período colonial, quando José Bonifácio (PÁDUA, 2002) em seus escritos e discursos políticos denunciam a destruição ambiental no Brasil, e, diante disso lutou pela criação de medidas de preservação das matas brasileiras. Percebe-se aí uma visão romântica da natureza, atrelada as políticas de conservação ambiental, fortemente influenciada pela ideia da natureza intocada, mas que de certa forma funcionou para aquele período.

No entanto, foi somente na década de 1970, que o tema ambiental ganhou força e notoriedade no âmbito internacional, tendo repercussões junto aos movimentos ambientalistas do estado da Bahia. Nessa efervescência política, a Bahia acolheu a criação do primeiro conselho ambiental deliberativo do Brasil, que inicialmente fora denominado Conselho Estadual de Proteção Ambiental - CEPRAM, passando para Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEPRAM, mantendo a mesma sigla.

Nesse contexto, desde 2010, a Bahia tem vivenciado algumas transformações em sua gestão ambiental, tanto por influência da política nacional, quanto pelos organismos internacionais que são parceiros financiadores das políticas públicas. A descentralização e o compartilhamento da gestão, a transversalização das políticas, principalmente a política de educação ambiental, a criação e o fortalecimento de colegiados ambientais com destaque para a criação de quatorze Comitês de Bacias Hidrográficas, a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA e o Fórum Baiano de Mudanças Climáticas e Biodiversidade que atuam em consonância com os órgãos colegiados superiores, dentre eles o CEPRAM e o CONERH.

Para abarcar essas políticas públicas, foi criada Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) foi criada em 2002 e atua em conjunto com o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) sendo esse um órgão da administração indireta (autarquia). A SEMA, tem como objetivo refletir e elaborar as diretrizes das políticas públicas ambientais do estado, além de assegurar politicamente a gestão

pública ambiental, enquanto o INEMA tem como função executar tais políticas. As principais políticas públicas são, a criação em conjunto com a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA, da Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA) – Lei nº 12.056 de 2011 e o Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEA) que se constituem como instrumentos jurídicos de implementação dos processos de Educação Ambiental, tendo em sua estrutura temas de Gestão das Águas, do Licenciamento Ambiental, Unidades de Conservação e Saneamento Básico; Programa de Gestão Ambiental Compartilhada – (GAC), que presta apoio aos municípios baianos no processo de descentralização da gestão pública do meio ambiente, em conformidade com a Lei Complementar nº 140 de 2011, que transfere para os municípios a responsabilidade da gestão ambiental; o Programa Água Doce; Programa de Formação em Meio Ambiente e Recursos Hídricos - FORMAR. A SEMA ainda conta com os órgãos superiores de meio ambiente: o CEPRAM e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH) que possuem caráter consultivo, normativo, deliberativo e recursal no que tange a participação e o controle social das políticas públicas ambientais. Ainda sobre os colegiados, Mariana Mascarenhas, coordenadora da Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais – SECEX da SEMA, nos relata que:

Então, hoje a gente no Estado tem dois Conselhos principais que são deliberativos, ou seja, que fazem parte do sistema estadual de meio ambiente e recursos hídricos, e, que eles têm esse papel de deliberar sobre as políticas públicas. Não que eles definem tudo, mas tem determinadas questões que precisam das decisões desses conselhos. Então, o CEPRAM é um conselho bastante antigo. Não tinha esse mesmo formato e vem passando por várias transformações, inclusive esse caráter tripartite, ou seja, tem a sociedade civil, o setor empresarial e o poder público na medida em que é igual parte para todos é uma coisa recente, mas ele é o conselho de meio ambiente mais antigo do País. É um conselho que tem uma forma de operação, atuação bastante clara, que outros conselhos mais recentes talvez não tenham essa mesma dinâmica, digamos assim mais clara. Tem que olhar historicamente de que maneira isso vem fortalecendo. Eu não sei se fortalecendo necessariamente, ou pulverizando mais a quantidade de espaços deliberativos que nos tempos de hoje, que são muitos, e as pessoas parece que sempre são as mesmas, pelo mesmo na área ambiental. A mesma pessoa que está no comitê de bacia é a mesma que está no conselho gestor de unidade de conservação, se ele tiver na área metropolitana ou dentro de uma instituição de abrangência mais estadual ele vai acabar dentro de um espaço colegiado. (...) nós temos formado nesses espaços poucas novas

lideranças. Em que medida nós temos formados pessoas jovens que acreditam na transformação desses espaços. Temos figuras que estão no movimento há mais 30 a 40 anos que continuam com o mesmo discurso e pensamento de 30 a 40 anos atrás. Têm outras, que estão magoadas por ter acreditado num governo de esquerda que traria grandes transformações, e quando esse governo não vem cumprindo esse papel, pelo menos da forma como eles esperavam, ficam magoadas e desacreditada nesse processo. E nada disso é suficiente, por uma mágoa, por um despreparo, muitas vezes a gente percebe isso. As pessoas não estão se preparando para um debate. Talvez por não ser remuneradas para exercer esse papel, diferente dos outros segmentos (setor empresarial) que são pagos para esse preparo. O movimento precisa se preparar, precisa estudar. Ler leis, entender de normas, entender tecnicamente e legalmente. Eles vêm com um discurso carregado de ideologias que se perde no debate. Ele perde porque vem sem a parte técnica e legal que exige. Então, acredito que a sociedade civil precisa seguir essa regra. (Mariana Mascarenhas, Assessora dos Colegiados Ambientais da Secretaria Estadual do Meio Ambiente- SEMA, 2016)

Os colegiados ambientais, em específico o CEPRAM, no que tange a participação da sociedade civil, possui em suas normatizações a obrigatoriedade dos grupos que fazem parte desse segmento estarem cadastrados no CEEA – Cadastro Estadual de Entidades Ambientalista. De acordo com esta resolução, para ser entidade ambientalista é preciso que no seu estatuto e nas suas atividades, tenham como finalidade a proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável do ponto de vista conservacionista. Esse modelo de acesso a participação como membro efetivo do Conselho, tem se revelado obsoleto e restrito, uma vez que como não há um fluxo grande de entidade ambientalista aptas para serem cadastradas, além do mais nem todas organizações que trabalham com a temática ambiental são organizações conservacionistas.

Sobre as organizações conservacionistas, existe uma divisão meramente didática que predominam na prática dos movimentos ambientalistas, a saber: a proposta conservacionista, comportamental e socioambiental. Percebe-se que essa separação didática necessariamente tende a estar explícita nos projetos relacionados a questão ambiental, muitas vezes elas se complementam outras vezes, se torna difícil entender e/ou visualizar qual a linha teórica será ou estar sendo seguida pelo projeto. Assim, a linha conservacionista tem como centro de análise a natureza em si mesma, ou seja, para os conservacionistas em geral, o meio ambiente é constituído apenas pelos elementos da natureza sem levar em consideração as

questões socioculturais. Isso significa que os seres humanos são tidos como os grandes vilões do meio ambiente. São eles os únicos responsáveis pela destruição ambiental. A visão antropocêntrica, cuja ideia principal é colocar o homem como centro do universo é fortemente criticada pela linha conservacionista, uma vez que a última considera que todos os seres-vivos estão localizados no mesmo patamar, para isso eles propõem o conceito de “Ética Biocêntrica”, que coloca o homem e todos os outros elementos da natureza em paridade. Nesse sentido, as práticas conservacionistas afirmam que o homem é o responsável pelo desequilíbrio ecológico, e ao afirmar isso, ela nega a complexidade da relação sociedade e natureza e os conflitos gerados dentro dessa relação, e a origem da crise ambiental se encontram nesses conflitos de interesses. Já a proposta comportamental está diretamente ligada a tomada de consciência e/ou sensibilização com relação à crise ambiental. Dessa forma, o que está em destaque são as vivências com relação ao ambiente no qual estamos inseridos. E ao sensibilizarmos com as queixas ambientais teremos a oportunidade de efetuar uma mudança de comportamento perante as escolhas na hora do consumo, na hora do descarte correto do lixo, no momento que estivermos usufruindo das praias, dos rios, das florestas, bem como da cultura local e tradicional. Busca-se ter um comportamento socioambiental correto e responsável, e isso está ligado ao exercício de cidadania e ética ambiental, sendo um chamado para nos educar sobre as questões ambientais. A proposta socioambiental, na qual se assenta o pensar do presente projeto, leva em consideração à interação sociedade e natureza, contudo não exclui as concepções da proposta conservacionista, muito menos a comportamental. Dessa forma, várias outras variáveis são incorporadas nessa visão como, por exemplo, as questões socioculturais, políticas, econômicas e espiritual. E esses aspectos dialogam com o meio ambiente, uma vez que são partes integrantes desse processo. O meio no qual vivemos e convivemos (BRANDÃO, 2005) é percebido de forma dinâmica, sistêmica e complexa, e por trás dessa dimensão há um processo de construção histórica de ocupação e transformação do espaço, e que, portanto, não exclui as múltiplas relações existentes.

Então, fica o Conselho renovando sua gestão com as mesmas entidades ao longo dos anos. No âmbito na Região Metropolitana, temos o exemplo do Grupo



Ambientalista da Bahia – GAMBA e o Grupo de Recomposição Ambiental – GERMEN, que por conta do engessamento do cadastro não há alternância de poder. O grupo Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania – PNPC que atua na região da Mata Escura e faz parte da RMS não possui conhecimento sobre o cadastro e não acredita nesse modelo de participação, uma vez que em atividade com o GAMBÁ e o GERMEN em conferências sobre meio ambiente não houve desdobramentos que o deixou desaminado e sem motivação para participar de espaços institucionais de participação e controle social.

Para melhor entender esse processo, Mariana Mascarenhas, complementa sua fala sobre o CEEA, afirmando que:

Uma coisa interessante no CEPRAM é o CEEA. Para uma instituição da sociedade fazer parte do CEPRAM ela precisa primeiro está dentro desse cadastro. Esse cadastro não funciona a contento. É um cadastro fraco, com pouquíssima visibilidade, ninguém sabe desse cadastro, apenas as instituições que estão lá há anos dentro dele. Tem uma resolução do CEPRAM que organiza ele. O CEPRAM que decidi se a instituição está apta ou não para fazer parte dele. As representações da sociedade civil são bastantes conservadoras do ponto de vista ambiental, do que é ser ambientalista. Movimentos ambientais, como o MST e vários outros que tem uma ação ambiental, ou instituições ligadas a extensão rural, agroecologia, elas não eram vistas como ambientalista, porque elas não trabalhavam com conservação, restauração florestal, etc. é um cadastro pequeno, com instituições mais articuladas. (...)O CEEA é um problema, ou ele precisa ser cancelado ou precisa ser divulgado. E não é papel do governo fazer essa divulgação e sim a sociedade civil. (Mariana Mascarenhas, Assessora dos Colegiados Ambientais da Secretaria Estadual do Meio Ambiente- SEMA, 2016)

Sobre como ela avalia essa participação:

Eu acho que ela cresceu, mas está cansada. Precisa se renovar. Precisa de energia nova. Precisa desse aprofundamento, precisa ser menos preconceituosa. As pessoas vêm para esses espaços já com opiniões formadas (...) A escuta não acontece. Um não aceita a fala do outro. Existe a dificuldade de aceitar o outro. Não há diálogo. Mediação. O governo, muitas vezes não cumpri o papel de mediador, mesmo tendo os seus interesses e outras funções, mesmo que elas sejam de interesse social. São espaços de disputas, que a gente não consegue aprofundar o debate. As pessoas muitas vezes se mostram bastante agressivas, as pessoas já vêm muito armadas. O governo apanha de qualquer jeito. Por outro lado, os espaços têm tido um amadurecimento. Existe um exercício do diálogo. Pessoas aprende a

ceder, a ver a coisa de outra forma. É um exercício. Eu continuo acreditando nesse exercício, mesmo com as mágoas, etc. a gente vê vários problemas, desafios. Dialogar para criar normas, diretrizes, princípios para elaborar políticas públicas, não é tarefa fácil. E a gente vê que tem várias normas que foram construídas nesses espaços, que é um espaço de aprendizagem. Um espaço muito rico. (Mariana Mascarenhas, Assessora dos Colegiados Ambientais da Secretaria Estadual do Meio Ambiente- SEMA, 2016)

Muito do desânimo, tem origem numa participação sem responsabilidade e compromisso. Para Goergen (2010) “[...] podemos estar no início da constituição de uma nova consciência [...] agregando dialogicamente os representantes da sociedade civil para a constituição de uma nova sociedade.” (GOERGEN, 2010, p. 27). Ele aponta a alteridade como caminho para romper as antigas ideologias opressoras, dominadoras e excludentes, e por conta desse “mosaico identitário” se faz necessário, segundo o autor, “repensar as relações humanas.” (GOERGEN, 2010, p.17). Para tanto, o mundo demonstra sua reação através de movimentos fincados em ideias de justiça, direitos humanos, paz, preservação ambiental, sociedades livres, autônomas e emancipadas. Mariana Mascarenhas esclarece que:

A sociedade civil tem muita dificuldade de comunicação. Eles são desorganizados, de informação de construção eles perdem o fôlego porque eles estão em muitos espaços daí eles têm dificuldade de materializar alguma proposta. Eles têm dificuldades de sentar para escrever uma proposta, por exemplo, escrever uma proposta de como as eólicas devam funcionar. Então eles não conseguem materializar, porque eles não têm tempo de sentar. Um dia eles estão aqui, outro no Rio de Janeiro, não dá conta de voltar e escrever um texto. Um relatório. Eles têm dificuldade de sistematização. Agora com o COESA (Conselho de Entidades Socioambientais da Bahia, criado em 2015) eles podem ter mais tempo para fazer isso (...).(Mariana Mascarenhas, Assessora dos Colegiados Ambientais da Secretaria Estadual do Meio Ambiente- SEMA, 2016)

Segundo levantamento feito pela Coordenação de Articulação Social – COAS, vinculado a Secretaria de Relações Institucionais SERIN, do Governo do Estado da Bahia, junto a SEMA/SECEX no ano de 2016, tanto CEPRAM quanto o CONERH apresentam os seguintes pontos críticos:

- Grande número de vacâncias, principalmente da Sociedade Civil. Poucas instituições se inscreveram no Processo Eleitoral;
- Baixa presença das representações do Poder Público nas Reuniões Plenárias e nas Câmaras Técnicas;
- Pouco preparo técnico e legal para aprofundar as questões relacionadas às Políticas Públicas de Recursos Hídricos;
- Frequentes contingenciamentos que acabam por impactar o funcionamento dos Conselhos, principalmente no que se refere ao custeio das representações da Sociedade Civil, que não residem na cidade onde ocorrem as reuniões;
- Baixo valor pago nas diárias dos Colaboradores Eventuais (conselheiros), principalmente àqueles que não têm nível superior completo;
- Impossibilidade legal de custear representações de pequenos agricultores por serem enquadrados como usuários de recursos hídricos;
- Dificuldade em achar local para realizar as reuniões - sala de reuniões. Ficamos sempre a mercê da boa vontade de outras secretarias de governo.
- Dificuldades para fazer parte do Conselho, uma vez que é necessário realizar o Cadastro Estadual de Entidades Ambientalistas onde existem muitas restrições do perfil da sociedade civil. Somente ONG ambientalistas cadastradas podem fazer parte do processo eleitoral do CEMPRAM - isso restringe a participação de pequenas organizações sociais.
- Confusão sobre o papel das representatividades - quem eu represento no Conselho?
- Não há paridade na questão de gênero - falta de representação feminina

Quanto aos aspectos positivos o levantamento identificou:

- Produção de conhecimento sobre as matérias tratadas em cada reunião
- Pluralidade dos discursos, ponto de vista, dialética
- Paridade entre os segmentos
- Conciliação de interesses divergentes

- Com a criação da Câmara Técnica Recursal (Resolução CEPRAM 4.329/2014) os processos de infrações ambientais ganharam maior celeridade
- Maior divulgação das ações e dos resultados do Conselho através do site - constantemente atualizado!

Analisar este levantamento, a partir da lógica da participação, sobre a construção histórica da cidadania no Brasil, nos leva a concluir que esses elementos apresentados, têm como questão de fundo, a materialidade humana, acentuada pela descrença num processo participativo (decisões políticas são tomadas com base nos interesses dos gestores), a falta de uma educação cidadã (a apatia, vozes silenciadas, o desinteresse pelo coletivo e o clientelismo).

### 3.3 Políticas Ambientais no Antigo Quilombo Cabula

Para fundamentar as políticas públicas estaduais de meio ambiente no âmbito local, partiremos da análise do programa de segurança - Pacto Pela Vida, no qual a SEMA faz parte. O programa foi criado em 2011, com o objetivo de promover a paz social por meio da transversalização das políticas públicas sociais, econômicas e ambientais. A intenção da autora não é fazer uma análise crítica sobre o programa, mas listar brevemente as ações desenvolvidas, no que tange a área ambiental, sendo assim as ações do programa vão desde formação de agentes locais em educação ambiental, até o fortalecimento de bibliotecas comunitárias, qualificando-as como espaços educadores ambientais, promovendo rodas de diálogos, reuniões comunitárias, bem como distribuições de materiais e publicações distribuídas pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA.

Essas ações foram desenvolvidas em alguns bairros onde foram implantadas as Bases Comunitárias de Segurança. Já nos bairros do Cabula e Entorno, não houve aceitação da implantação do programa. Alegam os moradores que houveram dificuldades na comunicação, nos diálogos e nas articulações, diante disso podemos afirmar que o caráter de luta e resistência dessa localidade considerada um antigo

quilombo, não aceita "gratuitamente" programas e projetos que não estejam aliados com as verdadeiras demandas das comunidades, principalmente políticas públicas de segurança que muitas vezes são disfarçadas de confrontos e mortes da população jovem e majoritariamente negra.

**Figura 8 – Manifestação Popular contra o massacre da Vila Moisés**



**Fonte:**[http://www.correio24horas.com.br/fileadmin/user\\_upload/correio24horas/estrada-1mes-x5.jpg](http://www.correio24horas.com.br/fileadmin/user_upload/correio24horas/estrada-1mes-x5.jpg)

Em 2015, o Grupo “Reaja ou será morto, Reaja ou será morta”, realizou uma passeata para protestar contra o assassinato dos 12 jovens que foram mortos numa ação policial na Vila Moisés. “A ação foi caracterizada pelo Ministério Público como uma ‘execução sumária’.” (CORREIO24 HORAS, 2015). A Vila Moisés está localizada na Estrada das Barreiras.

### 3.3.1 Conflitos Ambientais na Localidade

Pensar a região do Antigo Quilombo Cabula, como espaço que abrange um potencial ambiental, a partir do remanescente de mata atlântica é pensar com as forças produtivas socioeconômicas se articulam em torno deste ecossistema/nicho-ecológico para reproduzir um desenvolvimento, engendrado numa política econômica capitalista, que torna os bens da natureza em meros recursos materiais prontos para serem manipulados e transformados em produtos a serviço de um grupo social hegemônico. Leff (2006), aponta que as causas da crise que gera a falta de recursos

e espaços socialmente justos, se encontram nas desigualdades do desenvolvimento econômico e na injusta distribuição social dos custos ecológicos, ou seja, a maior parte da população que se encontra nas margens da sociedade são as que mais sentem e vivenciam cotidianamente a produção insensata dos passivos socioambientais.

O espaço geográfico é um espaço de disputa, de relação de poder. A terra sempre foi o eixo central das grandes lutas revolucionárias, matriz formadora da cultura, da identidade e do viver. Assim, o Antigo Quilombo Cabula, traz em sua história de luta e resistência, a dimensão da co-pertença entre as pessoas e a natureza. Natureza no sentido amplo da terra, da geografia e da mata densa e montanhosa que possibilitou o desenvolvimento dos arranjos comunitários conhecidos como os quilombos. Nesse aspecto, é importante e desafiador trazer a amplitude da ecologia para pensarmos e compreendermos o lugar no mundo que ocupa esta localidade, levando em consideração as relações produzidas neste universo permeado de contradições e desigualdades.

Os conflitos socioambientais vivenciados na região do Cabula se configuram como conflitos corolários do período da modernidade, que tem como características a colonização, a conquista de territórios, a integração econômica entre as Nações, a globalização, as políticas neoliberais que têm como consequências o aprofundamento das desigualdades sociais, a destruições dos espaços de produção e reprodução de cultura, a retirada agressiva dos recursos naturais, materializada na lógica desenfreada de produção e consumo, disseminada pelos mercados, que gera degradação ambiental, minimiza a qualidade de vida e transforma tudo em mercadoria.

Para efeito desta pesquisa, adotaremos o termo, *bondades da natureza*, em contraponto ao conceito de recursos naturais. Os povos indígenas, em sua sagrada sabedoria, agradecem e consagram os elementos do ambiente atribuindo-os o conceito bondades da natureza, haja vista que recursos dá ideia de uso, manejo, apropriação, já bondades dá ideia de presente, oferenda, dádiva, cuidado.

A relação dialética, entre o homem e o uso que ele faz do seu meio representa um fator de transformação socioambiental, uma vez que o conflito, que significa

oposição de interesses, sentimentos, ideias é inerente ao ser humano e suas múltiplas relações – partindo do pressuposto que o homem se reproduz a partir de sua relação material, diferente de violência, que por sua vez é um ato depredador, agressivo, que causa dor, transtorno e fere o outro. Se existem conflitos, existem espaços onde eles são discutidos, dialogados com o objetivo de produzir consensos e até mesmo dissensos. A cultura de paz, não contribui para romper com o conflito, abafar as discordâncias, "violar" a dialética, mas sim para romper com os processos violentos que causam danos físicos, morais, sociais, culturais, simbólicos e econômicos aos seres humanos e os elementos não-humanos. Assim Leff (2006), afirma que:

A resolução dos problemas ambientais, assim como a possibilidade de incorporar condições ecológicas e bases de sustentabilidade aos processos econômicos – de internalizar as externalidades ambientais na racionalidade econômica e os mecanismos do mercado – e construir uma racionalidade ambiental e um estilo alternativo de desenvolvimento [...]. (LEFF, 2006, p. 111)

Esta racionalidade ambiental perpassa por questão políticas, sociais, econômicas e culturais. É considerado como um processo político social, que emerge em espaços de disputas em oposição aos padrões tecnológicos hegemônicos vigentes. As práticas exacerbadas do consumo, o crescimento econômico das grandes empresas, o uso arbitrário da ocupação do solo, o descaso com a saúde e a educação, o rompimento de conquistas de direitos, obriga a grupos sociais conectados com a temática ambiental ou necessariamente não, criar alternativa de desenvolvimento, criação de nova forma de organização produtiva que está a serviço de solucionar os problemas socioambientais, “[...] no sentido mais crítico e propositivo, a questão ambiental orienta-se para a construção de uma nova racionalidade produtiva, por meio de processos políticos de conserto e mobilização de um conjunto de processos sociais”. (LEFF, 2006, p. 112). Esta nova racionalidade produtiva precisa está diretamente relacionada a questão da autonomia e emancipação dos sujeitos, que com sua força social alavanca o processo de funcionamento do desenvolvimento local.

Por desenvolvimento local, entende-se a criação dinâmica de processos que necessitam de um conjunto de fatores sociais, econômicos, culturais e educacionais que possibilitem a ampliação da inserção e participação do cidadão numa dada

localidade. Essa participação não está posta e não existem receitas prontas, ela se aprende e apreende. Conviver com atitudes que depredam o meio físico, social, cultural e o institucional escolar, nos distancia de uma proposta coerente e justa de desenvolvimento local. Nesse sentido o que está em jogo não é só a capacidade de suporte das *bondades da natureza*, mas acima de tudo como os sujeitos, dentro do contexto do Antigo Quilombo Cabula se engajam na luta pela qualidade de vida do ponto de vista ambiental, social, econômico, político e cultural. A problemática ambiental é acima de tudo uma problemática social e como tal é preciso ser enfrentada com instrumentos de percepção reflexiva das ações coletivas, e isso requer uma educação que possibilite o diálogo – a participação crítica e interferências nos processos políticos defendida por Freire (1999) como forma de sabedoria do povo.

Na tentativa do enfrentamento dessa problemática, levando em consideração o processo do fazer aprendendo, por meio da ideia de estudar a realidade vivida pelo grupo (BRANDÃO, 1981) numa relação mútua de aprendizagem, foi realizado um levantamento dos conflitos socioambientais na localidade. Assim, a autora participou, em 2015 e 2016 da construção colaborativa do Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária e Feira de Meio Ambiente e Saúde, nas 5ª e 6ª Edições realizadas pelo grupo de pesquisa Sociedade Solidária, Educação, Espaço e Turismo – SSEETU, que desde 2006 desenvolve ações em 17 bairros do miolo da cidade, no qual está a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, e vem construindo conhecimento sobre o Antigo Quilombo Cabula com as comunidades populares e acadêmicas, por meio do projeto de Turismo de Base Comunitária no Cabula, conhecido por TBC Cabula. As edições citadas foram realizadas no bairro do Beiru, no Colégio Estadual Zumbi dos Palmares e na Mata Escura, na Escola Márcia Mércia.

De acordo com (SILVA; SÁ, 2012, p. 11), o turismo de base comunitária "[...] é uma forma de planejamento, organização, autogestão e controle participativo, colaborativo, cooperativo e solidário da atividade turística por parte das comunidades [...]", o que diverge sobremaneira do turismo convencional, uma vez que são as próprias comunidades que decidem como se dará as visitas e outras atividades turísticas, "[...] trata-se de um turismo que primeiro é bom para a comunidade e depois para o visitante. Ele deve respeitar os valores e regras decididas em conjunto pelas



peças envolvidas [...] (SILVA; SÁ, 2012, p. 11). Segundo Alves (2013), o TBC está diretamente ligado aos princípios dos associativismos e cooperativismos, e “[...] propõe uma participação ativa da comunidade” (ALVES, 2013, p. 83). Diante do exposto, organizar as bases coletivas, a partir do projeto TBC, no Antigo Quilombo Cabula contribui de sobremaneira para que as tomadas de decisões locais fossem mais bem articuladas e direcionadas naquilo que se quer alcançar, tendo como princípio o compromisso e a responsabilidade de criar um espaço público de participação com as comunidades e para as comunidades.

Em uma das atividades do V ETBCES (2015) intitulada - Roda de Diálogo Educar para a Sustentabilidade teve como discussão a problemática do lixo que há anos tem como ponto o passeio público que margeiam o Colégio Estadual Zumbi dos Palmares, na localidade do Beiru. Partindo desse problema fundamental elegido pelas pessoas participantes do encontro, em sua maioria moradores dos bairros do Beiru e Arenoso, foi criada uma comissão intitulada Comissão Socioambiental. Mesmo com o término do evento, ocorreram reuniões periódicas, que foram acompanhadas por membros do Grupo de Pesquisa SSEETU-TBC/UNEB, no qual buscou identificar e registrar os conflitos ambientais existentes no Antigo Quilombo Cabula, mais precisamente no bairro do Beiru, Mata Escura, Cabula e Arenoso.

A seguir, o Quadro 3 evidencia alguns conflitos ambientais demandados pela Comissão. Cada reivindicação diz respeito a um aspecto da aprendizagem, de acordo com Gohn (2006), isso é típico da educação não-formal. A partir deste levantamento foram elaborados colaborativamente proposições, no qual de acordo com o grupo representam os primeiros passos para minimizar tais conflitos.

**Quadro 3 - Mapeamento dos Conflitos Ambientais do Antigo Quilombo Cabula e Reflexões e Proposições como solução**

<b>CONFLITOS AMBIENTAIS IDENTIFICADOS</b>	<b>REFLEXÕES E PROPOSIÇÕES</b>
---	--------------------------------

<p>Além do lixo comum/doméstico, outros resíduos com entulhos de construção são jogados dentro do contêiner, sobra de carnes dos mercados locais, restos de verduras e frutas das barracas de feiras, etc.</p>	<p>Refletir sobre a raiz do problema. O que está por trás desta questão? A ferida está aberta, como vamos tratá-la? Temos que “atacar” em várias frentes</p>
<p>As ocupações irregulares dificultam o acesso aos locais possíveis de depósito para posterior coleta</p>	<p>Elaboração de um plano de ação para que as atividades (as frentes) tenham resultados e sejam acompanhadas no tempo e no espaço.</p>
<p>Não existe, a princípio, outro local para depositar o lixo.</p>	<p>Trocar experiência com o bairro da Liberdade na Rua do Céu. “Tinha um lixo no meio do cruzamento, e um dos moradores trabalhava na Limpurb e resolveu junto com ele e com o auxílio da empresa fazer um jardim no local. A Limpurb disponibilizou todo o material de jardinagem até o fechamento do local.” Convidar os comerciantes para fazer parte desta Comissão e pensar junto com eles uma forma mais adequada de descarte do lixo proveniente do comércio local. Esta proposta venho no sentido de que não podemos falar só para nós mesmo, temos que abrir o grupo para outros segmentos e pessoas que muitas vezes não se reconhece responsável pelo espaço que vive e convive.</p>
<p>“É uma comunidade sofrida devido a todos os contrastes que a gente vive.”</p>	<p>Dar uma utilidade ao espaço do muro: colocar uma feira, um brechó, realizar</p>

	<p>semanalmente uma oficina, ter sempre um movimento cultural, etc.</p> <p>Nesta proposta, pontuaram a relação entre a Prefeitura que libera espaços públicos para comercialização e os feirantes que na maioria das vezes é conflituosa.</p>
<p>Tem políticos e pessoas da própria comunidade que pagam para que alguém retire o lixo acumulado nas ruas vitoriais para trazer até a parte de cima onde fica a rua principal, onde geralmente é coletado o lixo. Os caminhões de lixo não entram nestas ruas.</p>	<p>Mapear as cooperativas existentes na região e ir atrás de apoio; Solicitar do órgão responsável dois contêineres para separar o lixo do que é doméstico e do que é entulho e incentivar os moradores a fazerem compostagem com o lixo orgânico;</p> <p>Fazer uma campanha - porta a porta - para arrecadar fundos para as ações da Comissão</p>

**Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir das reuniões da Comissão Socioambiental realizadas em 2015.**

**Foto 5 – Reunião da Comissão Socioambiental no Colégio Estadual Zumbi dos Palmares**



**Fonte: Aatoria Katiane Alves, 2015**

Diante dos diálogos com as comunidades, da observação *in loco*, dos registros oficiais afirmamos que as políticas públicas ambientais pouco se materializam nessa localidade. Além do quadro apresentado, acrescentam-se a falta de políticas públicas para sua manutenção e preservação do Horto florestal que vive em meio a um impasse entre o Ministério da Agricultura e o IBAMA, órgãos responsáveis pelo espaço. Nesse meio tempo, o desprezo, as invasões e queimadas tem se intensificado a cada dia, esse que poderia ser considerado como um parque urbano, um espaço educador com atividades de educação ambiental, construção de viveiros educadores, trilhas interpretativas, não passa de um espaço conflituoso onde o melhor a se fazer é negar a sua existência, porque daí não se toma para si a responsabilidade de sua gestão.

No entanto, em visita a área do Horto Florestal, em abril de 2016, com a equipe de Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade da FAUFBA, da Universidade Federal da Bahia – UFBA por meio do Programa de Residência de Assistência Técnica em Urbanismo, Arquitetura e Engenharia da Universidade Federal da Bahia - RAU+E UFBA e com a participação de membros da comunidade de Mata Escura, o Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura, a

ONG PNPC (Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania) e da Universidade do Estado da Bahia – UNEB verificou-se que a área está em completo abandono por conta do lançamento irregular de efluentes domésticos sem tratamento; ocupação irregular; focos de desmatamento; resto das antigas estruturas do programa guarda-parque; lixo, principalmente vasilhas e copos plásticos com larvas do mosquito da dengue; o rio do Prata completamente poluído (eutropizado), apresentando espuma brancas, sedimentos, grande quantidade de algas e bactérias e a represa em ruínas.

### 3.4 Participação Popular no Processo de Solução

Quando perguntaram a Aristóteles a definição do homem na distribuição dos seres naturais, ele indubitavelmente, respondeu que o homem é um animal político (*zoonpolitikon*) pela sua capacidade de articulador da vida social e política. Aprendemos que falar de política e participação popular é retomar as concepções ocidentais, principiadas na Grécia Antiga, muito embora outros povos, fora do monopólio do *mainstream* ocidental, exerceram sua organização social e política, e que o modo de vida greco-romano, descrita pelos historiadores da Antiguidade, no que diz respeito a ideia de democracia, soberania popular, liberdade, participação popular e coletividade era idealizada (GUARINELLO, 2005), portanto teremos muito cuidado no aprofundar desses conceitos por este viés, porque acreditamos que eles por si só não respondem, de sobremaneira, o contexto histórico da política e da participação popular no mundo contemporâneo.

Para os historiadores da Antiguidade, e isso perdura na contemporaneidade do mundo europeu, participar da ordem política é olhar a cidadania somente para dentro dos muros do continente. Igualdade, liberdade e fraternidade somente para quem faz parte da *pólis*, das cidades-estado, do cercamento imposto pelo estado-nação. Na contramão desse pensamento, focaremos a cidadania e o exercício da política na América Latina, em especial no Brasil, na cidade do Salvador na região do Antigo Quilombo Cabula, pela sua história e antropologia, que nos leva a considerar a tecitura dos grupos sociais marginalizados, a exemplos dos indígenas, dos quilombolas, dos trabalhadores rurais sem terras, sem moradias, dos moradores de ruas, dos atingidos por barragens, dentre tanto outros que construíram na sua cultura

o caráter de luta e resistência no processo histórico no campo das lutas sociais de classe.

Saindo um pouco da história antiga, reconhecendo a sua importância para a configuração social, política e econômica contemporânea, tivemos na década de 1980, ajustes macroeconômicos que foram efetuados na sociedade Latina Americana, que impuseram altos custos sociais para as classes mais empobrecidas. Isso gerou uma ampliação da pobreza, o aumento do desemprego e endossou a falta equânime da distribuição de renda travando aquilo que o Estado defende de promoção do desenvolvimento. Nesse conjunto de fatores sociais negativos, trazemos para o diálogo a dimensão da problemática ecológica, no sentido de buscar entender que mudanças serão visíveis se houver um redirecionamento de forças para reequilibrar o ambiente natural e social, com vista na promoção da qualidade de vida de diversas formas de existência, e, essas forças são engendradas no âmbito do exercício da cidadania, por meio da ampla participação popular no plano local aliadas ao conjunto de políticas públicas ambientais que asseguram a participação e a tomada de decisão dos diversos sujeitos sociais.

Nesse sentido, as ações promovidas pelo Estado na justificativa do interesse social, bem como ações ligadas ao setor privado implicam em um grande desequilíbrio ambiental, como é o caso de grandes obras imobiliárias em locais de mata densa, bem como em solos sagrados onde o povo-de-santo exerce a sua religiosidade e o seu modo de vida, além das construções de grandes redes de supermercados, condomínios “luxuosos” e shopping center dos quais trazem prejuízos ambientais e sociais, para atender a uma classe que a todo custo nega a existência da pluralidade cultural e do viver em comunidade, e que são verdadeiros enclaves construídos artificialmente, dentro de espaços preservados por força de lei, e, sobretudo por forças sociais, éticas e geograficamente determinadas.

A Lei da Mata Atlântica, nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006, que versa sobre a proteção, conservação, regeneração e a utilização do Bioma Mata Atlântica, no Artº 8 assegura que: “O corte, a supressão e a exploração da vegetação do Bioma Mata Atlântica far-se-ão de maneira diferenciada, conforme se trate de vegetação primária ou secundária, nesta última levando-se em conta o estágio de regeneração.”

Conforme, o que está disposto na Lei muitas áreas do Antigo Quilombo Cabula, principalmente a região do platô onde está inserido um conjunto de prédios e um centro comercial, falsamente denominado de horto florestal, era uma região protegida por lei, e que não poderia ser explorada com a brutal retirada maciça da mata. O Ministério Público da Bahia, recomenda que bancos não financiem obras que prejudiquem o meio ambiente, como exemplo do Condomínio Horto Bela Vista localizado da região conhecida como Ladeira do Cabula que liga o bairro do Cabula a BR 324.

Assim, o conceito de participação popular e comunitária está cada vez mais presentes nos discursos proferidos pelas organizações sociais, pelo Estado, movimentos sociais, sindicatos e empresas, embora não expressem a pluralidade, e muito menos a alteridade, uma vez que esses espaços públicos de participação, ainda carecem de bases que ensejam o encontro com o Outro. Assegurar a participação popular nos espaços públicos consultivos e deliberativos é um dos compromissos expressos nas normas e diretrizes tanto públicas quanto sociais. O período duro e cruento da Ditadura Militar (1964), até o processo de redemocratização (1985) vivenciado pelos países da América Latina, em especial o Brasil ensejou a luta pela criação e fortalecimento de espaços públicos de participação popular como forma/mecanismo de tornar vivo e dinâmico a democracia.

Contudo, os países da América Latina, entre os períodos de 1970 e início de 1990, (Salvador Allende no Chile; Perón e Alfonsín na Argentina; Caldera e Pérez na Venezuela; Fujimori no Peru; Sarney no Brasil), foram bombardeados pelas políticas neoliberais, aos poucos foram sendo vistos no cenário internacional como Nações representantes de quadros críticos de conflitos sociais, economia frágil e instabilidade política o que os levavam a serem compelidos a recorrer aos empréstimos das instituições financeiras internacionais, entre elas, o Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, o Fundo Monetário Internacional – FMI, além do estímulo da Organização das Nações Unidas – ONU no processo de firmamentos de acordos de cooperação internacional para o desenvolvimento.

Todos esses acordos monetários, baseados no discurso do desenvolvimento e ampliação do consumo, traziam em suas cláusulas algumas medidas que eram

consideradas importantes para evitar o calote por parte desses países. Dentre essas medidas, estão o estímulo a criação de espaços públicos de participação social, que necessariamente não é participação popular. Portanto, a participação social nos países da América Latina, em especial no Brasil surgiu atrelada as iniciativa do Estado, que por sua vez fora obrigado a aceitar tal medida imposta pelos grandes bancos internacionais com o intuito de compartilhar o processo de controle social dos gastos. Então, os bancos se alinharam impositivamente a sociedade para que a mesma os auxiliassem a controlar as ações do Estado.

A partir daí o Estado, então chama os movimentos sociais, grupos não governamentais, empresas, federações para iniciar um diálogo que a princípio estava calcado na perspectiva da política dura do controle social, mas que ao longo do tempo, os próprios movimentos sociais, começaram a ter mais espaços em outras questões, ampliando suas pautas e fortalecendo suas bandeiras de lutas. É importante ressaltar que a história da "conquista" da participação não está somente vinculada a esse contexto. Os movimentos sociais, principalmente as lutas do campo, a resistências dos quilombolas, os seringueiros, tem no fazer cotidiano a participação e o diálogo como caminhos de conquistas, sendo assim o marco histórico só fez ampliar e dar mais voz os sujeitos excluídos do sistema hegemônico.

A principal intenção de trazer o contexto onde surgiu, e hoje é tão propagada, a participação social é mostrar o porquê ainda estamos, dentro dos espaços públicos de participação tão frágeis e desunidos a pontos de estarmos perdendo grandes lutas frente ao poder público, e principalmente ao poder econômico, cujas tomadas de decisão apresentam maior poder de influência para determinar os rumos das negociações. Assim, conclui-se que todo processo exógeno, de cima para baixo enseja conflitos, como desmobilização e falta de entendimentos dos reais motivos de criação desses espaços, o que acarretam em grandes frustrações e consequentemente esvaziamento de espaços.

O incentivo a criação de espaços públicos de participação e controle social se deu no âmbito das estruturas objetivas neoliberais. Portanto, não pode deixar de refletir que este espaço pode se tornar um local onde "dominantes impõem sua dominação" (BOURDIEU, 2011, p. 118) porque a ordem que o instituiu está direta e



indiretamente balizada pela ordem do mundo social, que tem como princípio a universalização do *modus operandi*, que Bourdieu (2011) chama de poder simbólico exercido dentro de espaços simbólicos.

Para melhor entender que este processo, é mais além do que uma garantia de direito concedido pelo Estado, Freire (1987), nos esclarece que o homem tem por vocação a humanização caso contrário não haveria significado em lutar por liberdade, por trabalho livre, pela desalienação, pela busca de si e para si, por outro lado a desumanização existe, mas não é inerente aos seres humanos, foi algo dado, construído pela “ordem” social injusta que acarreta violência por parte daquele que oprimi.

Para Gohn (2012), a relação entre movimentos sociais e educação tem como elo a questão da cidadania. Freire (1999) analisa a transição do sistema político brasileiro pela ótica de inserção do sujeito no processo da redemocratização, o que ele denomina de *transitividade crítica*. Nesses termos, Goergen (2010) afirma que nos períodos de transições, “[...] as pessoas são tomadas por um sentimento de perplexidade porque sentem a transformação ocorrer [...]”. Inicia-se uma nova fase da educação “[...] focada na identidade-eu para uma educação fundamentada na identidade-nós”. Sendo essas identidades, segundo Hall (2011), discursos construídos para darem significações e representações as nossas ações.

Para que a questão da participação popular e comunitária seja mais aprofundada é importante compreender como são sentidos os reflexos do processo de Modernidade na sociedade atual. Assim, os filósofos do Iluminismo elaboraram um programa de transição daquilo que era arcaico, velho, opressor para algo novo, emancipatório, do pensar livre. O Iluminismo veio para tirar a humanidade da infantilidade e lançá-la, com a contribuição da ciência, a maioridade. Assim, a superação dos grilhões do Absolutismo, do feudalismo significou a era da “Modernidade”, como afirma Rouanet (1987).

A Modernidade sob a égide do Iluminismo, de acordo com Rouanet (1987) representa duas formas de organização, a saber: liberal capitalismo e o socialismo real. A complexidade orgânica deste movimento se dá na medida em que ele se define

enquanto movimento diverso, plural e heterogêneo. O liberal capitalismo possibilitou à abertura dos mercados, o transpor fronteiras, a propriedade privada, o trabalho livre, a liberdade de produção sem a intervenção do Estado, a religião passou a dar lugar a Ciência, e esta assumiu seu lugar de propulsora do desenvolvimento econômico.

O Socialismo Real trouxe a ideia de justiça social, razão coletiva. Com isso a ideia de emancipação política e econômica, além do individualismo perderam força diante do pensamento de que a sociedade precisa ser construída, levando em consideração a satisfação das necessidades de todos com o máximo de igualdade e justiça social. Com a força do liberal capitalismo, o socialismo real finda, gerando descontentamento o que o autor chamou de “crise da modernidade”, ao “mal-estar da modernidade”, e aqueles que defendiam esta proposta não enxergam mais isto como movimento Iluminista, surgiu daí o contra-iluminismo. “se a modernidade é isso, então, eu sou contra a Modernidade”, “se Iluminismo é isto, sou contra”.

[...] hoje estamos sujeitos à aniquilação ecológica, que é um fenômeno que ultrapassa fronteiras. É de pensar no que nos une em não no que nos separa, enquanto passageiros do mesmo barco, um barco perigoso, um barco que está atravessando mares tormentosos. É o momento de refletir as condições de possibilidade de renascimento de um ideal universalista. O que é uma coisa perigosa, deve ser feita com prudência, isso não é a mesma coisa que ceder ao imperialismo que persiste e existe realmente, continua se manifestando e seria ingênuo, em nome de um ideal cosmopolita abstrato, cedermos a este imperialismo.” (ROUANET, 1987)

A participação dos movimentos sociais, como processo de construção educativo emancipatório é vista como um processo coletivo, de retomada de ideais alicerçados no campo democrático. Uma tentativa de transformação de sociedade oprimida para uma sociedade regida pela possibilidade de fazer parte das decisões políticas. Giddens (1991), reconhece a importância dos movimentos sociais como base de mudança para conduzir um processo justo e mais humano nas decisões políticas, embora a descarta como única, através do que ele chama de “Realismo Utópico”, portanto:

A perspectiva do realismo utópico reconhece a inevitabilidade do poder e não seu uso como inerentemente nocivo. O poder, em seu sentido mais amplo, é um meio de conseguir que as coisas sejam feitas. Numa situação de globalização acelerada, procura maximizar a oportunidade e minimizar os riscos de alta-consequência requer o uso

coordenado do poder. Isso vale para a política emancipatória, bem como para a política da vida *que* [...] depende com frequência da intervenção da influencia dos privilegiados. (GIDDENS, 1991, p. 143)

Giddens (1991) afirma que o Estado não tem a primazia de sozinho construir uma nova ordem civilizatória. Os interesses divergentes nas relações de classe, dificultam reconhecer um novo olhar, um novo lugar para as perspectivas mais humanas e justas para lidar com a escassez e esgotamento dos recursos naturais, o desordenamento das áreas urbanas e a explosão demográfica, a produção e padrão de consumo do processo industrial, a transferência de poluição das empresas multinacionais para os países pobres, em síntese as inovações tecnológicas do sistema capitalista induzem a uma exploração crescente dos recursos naturais, degradam a vida em todas as suas formas e não consegue dar conta de solver os problemas ambientais.

Leff (2006), em busca da análise epistemológica do saber ambiental assevera que:

Para poder implementar políticas ambientais eficazes é necessário reconhecer os efeitos dos processos econômicos atuais sobre a dinâmica dos ecossistemas. É preciso avaliar as condições ideológicas, políticas e institucionais e tecnológicas que determinam a conservação e regeneração dos recursos de uma região, os modos de ocupação do território, as formas de apropriação e usufruto dos recursos naturais e de divisão de suas riquezas, bem como o grau e as maneiras de participação comunitária na gestão social de suas atividades produtivas. (LEFF, 2006, p. 68)

Considerando o escopo dessa pesquisa, a participação popular e comunitária por meio do processo educativo será focada sob o engajamento político dos movimentos sociais no Antigo Quilombo Cabula para o enfrentamento dos conflitos socioambientais existente nas comunidades desses bairros populares. O momento é analisar qual o contexto social ambiental no qual eles vivem e convivem e qual o grau de participação social nas atividades políticas e produtivas existentes nesses locais, Leff (2006).

## CAPÍTULO IV – CONSELHO, ESPAÇO COMUNITÁRIO E EDUCAÇÃO

### 4.1 Conselho, Espaço Comunitário

No Capítulo anterior, vimos que a participação social no Brasil e na América Latina teve como marco histórico o processo de redemocratização e a reabertura dos mercados internacionais, calcada na lógica do neoliberalismo. Esse processo exógeno, desencadeou a abertura de vários espaços públicos de participação social, como conselho de saúde, conselho de educação, conselho de assistência social, conselho de meio ambiente, recursos hídricos, conselho de desenvolvimento econômico, etc. Já no âmbito local, no que tange a urbanização, os incentivos foram às criações de associações de moradores e movimentos de luta pela moradia e infraestrutura nos bairros periféricos (GOHN, 2012), o que culminou na criação de conselhos e espaços comunitários, cuja função era discutir e encaminhar as demandas para os setores públicos. De um modo geral, podemos definir esses espaços como um agrupamento de pessoas, com diferentes visões e interesses, cujo objetivo é refletir e tomar decisões sobre determinado tema ou assunto.

Para Mendonça (2016), conselhos e outros espaços públicos de participação “[...] são canais democráticos de diálogo e ação entre o Estado e a sociedade, com impacto direto e positivo na elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas”.

Quando se trata de políticas públicas, a Política Nacional de Participação Social (PNPS), conceitua conselho como “[...] instância colegiada temática permanente, instituída por ato normativo, de diálogo entre a sociedade civil e o governo para promover a participação no processo decisório e na gestão de políticas públicas.” (BRASIL, 2014). O Portal da Transparência do Governo Federal conceitua como “[...] espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais.” (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2016). Assim:

Os conselhos devem ser compostos por um número par de conselheiros, sendo que, para cada conselheiro representante do Estado, haverá um representante da sociedade civil (exemplo: se um conselho tiver 14 conselheiros, sete serão representantes do Estado e sete representarão a sociedade civil). Mas há exceções à regra da paridade dos conselhos, tais como na saúde e na segurança alimentar. Os conselhos de saúde, por exemplo, são compostos por 25% de representantes de entidades governamentais, 25% de representantes de entidades não-governamentais e 50% de usuários dos serviços de saúde do SUS. (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2016)

Na região do Antigo Quilombo Cabula, identificamos a presença do Conselho Comunitário Cabula/Tancredo Neves criado pela prefeitura de Salvador na gestão do prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto (2013-2016), como parte integrante da estrutura da Prefeitura Bairro. As associações que fazem parte desse conselho são: Associação do Recanto Verde, Associação de Moradores de Jardim Santo Inácio, Associação de Moradores da Mata Escura, Associação de Moradores da Estrada das Barreiras, Associação Comunitária de Mata Escura e Calabetão - ACOPAMEC, Sociedade Beneficente Santa Bárbara do Bate Folha (Terreiro Bate Folha) e AMAB Cabula – Associação de Moradores da Rua Amazonas de Baixo.

O objetivo do Conselho Comunitário Cabula/Tancredo Neves é acompanhar as demandas levantadas nas audiências públicas, conhecidas como Ouvindo Nosso Bairro (2015), além de ser um espaço de articulação entre os membros e as estruturas públicas, no que tange os aspectos de melhorias para os bairros, como a instalação e manutenção de equipamentos públicos, reivindicação de linhas de ônibus, melhor funcionamentos de postos de saúde, iluminação, dentre outras demandas que compõem o espaço urbano.

De modo geral, os conselhos comunitários de bairros populares, nascem no contexto em que começam a surgir, em áreas classificadas como periféricas, que são áreas livres, sem valor comercial aos olhos do capital, com pouca ocupação, e, quando ocupadas, são destinadas voluntariamente para pessoas, em sua maioria pobres, vindas do interior e operários de fábricas. Assim, se deu também na região do Cabula e entorno, inicialmente com a implantação de loteamentos sem infra-estrutura, sem acesso a escola, sem saúde e saneamento. A partir disso, os moradores se agruparam para organizar demandas que eram enviadas para a gestão pública, dando

início a formação de associações e conselhos comunitários. No entanto, a base da relação social dessas associações eram atrelas às forças externas, ou seja, políticos, sobretudo vereadores que viram nesses espaços uma oportunidade de exercer sua força política, por meio de troca de favores, na busca de estabelecer e manter redutos eleitorais, a exemplo do processo que se deu no bairro do Beiru, que segundo Ione Santana:

Já teve uma associação, muito atuante, mas logo no início do renascimento do bairro, da popularização. Teve uma associação que era de Dionísio Juvenal, que comandou e conviveu aqui nesse bairro mais de vinte anos, porque eu já moro aqui também há mais de vinte anos. Então, essa era a associação que sempre deu sustentação a todo o bairro (...) de fundação, tinha vários lotes (...) que muitas pessoas da idade de Dionísio, hoje já estão com 60 anos, outras não estão mais aqui, e na verdade Dionísio não teve uma formação política (...) eu acredito que deu o caminho que se deu, por não ter uma formação política, além de não ter uma formação política, e pegou um partido que nunca pensou em projetos e políticas sociais, mas sim o processo de se eleger, (...) eu penso que a questão de Dionísio foi nessa linha, que todo mundo que conviveu com ele no processo da associação, também estava nessa mesma linha, porque também se eu não tivesse nessa linha de pensamento, eu também estarei cometendo o mesmo crime que no passado Dionísio cometeu, de tudo isso que acabei de comentar, porque você só quer o candidato pra festas. (Ione Santana, Membro do GDRBeiru, 2016)

A entrevista aponta o contexto e as relações que as associações comunitárias estabelecem, e, o quanto isso fragiliza o processo de participação, reivindicação, compromisso. Além disso, a falta de uma formação política e de um projeto de comunidade pensado com e para os moradores, foram pontos que a entrevistada destacou como resultado do fracasso da associação. Também deixa claro que o atrelamento com agentes políticos, que reforça o clientelismo, tornou e ainda torna distante um ideal de cidadania comunitária, cuja consciência se amplia a partir do fazer e do pensar comunitário.

A seguir Santos (1987), esclarece que:

O clientelismo suprime a vontade, já que com ele o direito real de escolher é deferido a um outro. Em nome de virtudes cardeais, com a gratidão e o reconhecimento, há uma renúncia efetiva à responsabilidade. O indivíduo emudece e empresta a sua voz,

tornando-se, paralelamente, o ventríloquo daquele que fala em seu lugar. (SANTOS, 1987, p. 73)

Para Santos, existe aí um elemento que encarece o fazer cidadania, que é a responsabilidade. Distorcer a orientação eleitoral e política por fatores que envolve gratidão, afetividade e beleza estética (SANTOS, 1987), é transferir a responsabilidade para o outro, ficando o cidadão isento da luta, da reivindicação, da cobrança, do acompanhamento da gestão, e tudo que envolve o viver em comunidade.

Por outro lado, mesmo demonstrando estes aspectos, a criação das associações e dos conselhos/espços traz em si características educativas, que vão além da ética e da responsabilidade cidadã, ou seja, existe um elemento de ordem educacional Gohn (2012), que faz acreditar que esses espaços são possíveis, enquanto estruturas educadoras, uma vez que neles há trocas de informações, diálogos, cursos e intercâmbios de experiências, as pessoas envolvidas constroem conhecimentos, desenvolvem a subjetividade, amplia a consciência. Em contraponto, Matarezi (2005), afirma que não há elementos educativos nesses espaços e/ou estruturas educadoras, porque a intenção não é a educação, uma vez que não gera processos contínuos de aprendizagem. Sobre o contraponto desses pensamentos vamos tratar no próximo intertítulo.

## 4.2 Educação Popular, Comunitária

Neste capítulo iremos tratar do processo educativo de constituição de um conselho e/ou espaço comunitário, tendo como ponto de partida a definição das formas do fazer educação, na perspectiva da educação formal, não-formal, informal e popular. A escolha de iniciar esta abordagem por meio de tais categorias se configura, na medida em que defendemos que existe um processo educativo em constituição de espaços comunitários, que rompe com a forma da educação institucionaliza, ou seja, um espaço comunitário se fundamenta na educação popular, comunitária que significa não está a serviço do capital (MÉZÁROS, 2008), e sim é feita de ideias, lutas e

consciência de classe. Portanto, para dialogarmos sobre as dimensões da educação tomaremos com base os estudos de Maria da Glória Gohn (2006). Segundo a autora, a educação formal é aquela praticada nas escolas, são regidas por leis, normas e diretrizes, é sistematizada e possuem metodologias planejadas. Por outro lado, a educação não-formal, muito comumente confundida com a educação informal é aquela cujos processos se configuram de forma coletiva, experimentada, ou seja, “[...] é aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas.” (GOHN, 2006, p. 2). Já a educação informal é aquela desenvolvida no âmbito familiar, nas igrejas, nos espaços de convivência social. Para Mézáros (2008):

Nessa perspectiva, fica bastante claro que a educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quando for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. (MÉSZÁROS, 2008, p. 45)

A educação popular, sendo essa a que daremos maior evidência no presente estudo, tem como base a luta dos movimentos sociais e a vida associativista. A educação não-formal se inter-relaciona com a educação popular, no que tange as suas principais características tais como: aprendizagem política, compartilhamento de ideias, resolução de conflitos, visam práticas comunitárias, lutam por acesso a direitos como saúde, educação, moradia, meio ambiente, qualidade de vida, gênero, etc. não estão a serviço de processos burocráticos, atuam em espaços coletivos com intencionalidade (GOHN, 2006).

Nesse universo, a questão educacional, associada à temática da participação popular, exercida pelos movimentos sociais são fatores importantes para construção e dinamismo pela luta de direitos dentro dos espaços públicos de participação. Esses espaços existem porque são balizados por processos educacionais. Por esta ideia, Gohn (2012), chamou de “caráter educativo dos movimentos”, pondo em evidência três aspectos que determinam essa articulação educativa, são eles: 1) a dimensão da organização política – processo esse que não se dá espontaneamente, mas que precisa adquirir consciência progressiva dos seus direitos e deveres; 2) a dimensão



da cultura política – o exercício da prática dos movimentos, o acúmulo de experiências, as vivências e os instrumentos pedagógicos empregados nas ações; 3) a dimensão espacial-temporal – a historicização dos processos.

A história releva que os movimentos sociais e os processos educativos estão intimamente ligados pela senda da cidadania (GOHN, 2012, p.15). Esse novo paradigma democrático reverbera na arte da educação. Segundo Gohn (2012):

O campo educacional teve duas grandes alterações – reformas no sistema de ensino formal e o estímulo à educação no campo não-formal. Contribuíram para o crescimento da educação não-formal, entre outros processos, a ênfase nas políticas públicas e nas análises sociais na questão da desigualdade social, levando ao desenvolvimento de programas e projetos sociais visando promover a inclusão social. (GOHN, 2012, p. 8)

A visão coletiva adquirida ao longo do tempo e do espaço, expressa o sentido gramsciano (GOHN, 2012), ou seja, as classes populares gradativamente constroem a contra-hegemonia popular. O papel da educação dentro das práticas dos movimentos socioambientais, inseridos nos espaços de participação social sócio-educativa, humaniza e desaliena. O sujeito social passa refletir a sua participação, a partir da vida cotidiana projetada na vida coletiva. Nesse sentido, estudos apontam que a educação é a mola propulsora para a formação dos movimentos socioambientais, uma vez que organiza politicamente o pensar e o agir coletivo objetivando o exercício da cidadania, uma cidadania que precisa ser consciente, reflexiva, qualificada e integrada.

Por outro viés, Demo (2002), inicia sua busca na definição do conceito de participação, segundo o qual pressupõe um ato de conquista, que por sua vez constitui-se como competência política. Nesse raciocínio, há uma contextualização sobre o papel da assistência como direito, e, a assistência como manipulação de classes ligada à questão do assistencialismo. Ao invés de criar condições para que as pessoas se emancipem e saiam da condição de ser gestado, ajudado e pensado por um sujeito externo, cria-se um contexto de dependência e exclusão. Segundo o autor:

No pano de fundo desta discussão está a questão da pobreza política, reconhecida hoje até mesmo em ambientes neoliberais como a questão social mais dura. Garantir a sobrevivência das pessoas é direito radical decisivo, mas ainda mais relevante que isso é gestar a

competência política de saber garantir a sobrevivência com as próprias mãos. (DEMO, 2002, p.33)

A pobreza política alimenta a opressão, o domínio e a subordinação do sujeito. O autor vai mais fundo quando afirma que o “[...] pobre, mais que tudo, não é quem é destituído de ‘ter’, mas de ‘ser’.” (DEMO, 2002, p.33). A questão do ser se coloca em evidência o direito de ter vontades próprias, de ter autonomia, de ter emancipação seja econômica, social ou política. É ser visto dentro da sociedade como sujeito capaz de criar sua própria história. Assim, “[...] a carência material continua importante indicador de pobreza, mas ainda mais decisiva é a incapacidade de gestar suas próprias oportunidades”. (DEMO, 2002, p.35). Segundo o autor, o processo de emancipação do sujeito se dará pela via da educação. É com educação que se elabora a consciência crítica e a ideia de pertencimento do sujeito, e é a partir desse pensar e agir que construiremos nossas bases, para compreender o engajamento político dos grupos sociais pertencentes ao Antigo Quilombo Cabula, frente aos conflitos socioambientais identificados, tais como: a questão do descarte inapropriado do lixo, a poluição dos rios, a especulação imobiliária, o descumprimento das leis ambientais, a retirada criminosa da vegetação, a falta de saneamento básico, dentro outros elementos apontados pelos grupos.

Ainda sobre essa questão, Freire (2006), afirma que o assistencialismo arrebatou do sujeito o compromisso e a responsabilidade, o que ele denomina de “necessidades fundamentais da alma”, e essa responsabilidade não é dada pelos livros, pelo desenvolvimento do intelecto, mas sim na vivência, no fazer cotidiano. “No assistencialismo não há responsabilidade. Não há decisão. Só há gestos que revelam passividade e domesticação do homem.” (FREIRE, 2006, p. 66)

Entre nós, pelo contrário, o que predominou foi o mutismo do homem. Foi a sua não-participação na solução dos problemas comuns. Faltou-nos, na verdade, com o tipo de colonização que tivemos, vivência comunitária. Oscilávamos entre o poder do senhor das terras e o poder do governador, do capitão-mor. A própria solidariedade aparentemente política do homem ao seu senhor, ao proprietário das terras, quando esta solidariedade se fez necessária com a importação da democracia política, era, antes de tudo, uma solidariedade aparentemente política. É que em todo o nosso background cultural, inexistiam condições de experiência, de vivência de participação popular na coisa pública. Não havia povo. (FREIRE, 2006, p. 76)

Freire (2006), ao afirmar que “não havia povo”, leva-nos a questionar o sentido de sociedade ou não-sociedade instituída em nosso país – que aprofunda a desigualdade e as injustiças sociais. A marca da colonização, seguida da ideia do Brasil ser apenas um grande latifúndio, negou ao “povo”, ou não-povo as ferramentas necessárias para construção da participação, da democracia, do pertencimento. O nosso “mutismo”, a nossa incapacidade de falar, de reivindicar, foi a herança deixada pelo nosso processo de colonização, que há mais de 500 anos, vozes foram silenciadas dentro de espaços de participação, no entanto havia processos de resistências contrapondo este *modus operandi*, o que levou grupos sociais a se organizarem, tais como: movimentos de luta pela terra, movimento negro, ambientalistas, populações das florestas, sertanejos, os sem moradias, e todos aqueles grupos que de alguma forma foram excluídos, oprimidos e negados.

Quando observamos a baixa participação da sociedade, nos debates que envolvem o seu cotidiano, tendemos a julgar esse processo como se esse fenômeno se configura porque os sujeitos ignorantes e letárgicos não estão conscientizados a ponto de enfrentar o diálogo e tomar decisões compartilhadas.

A sociedade de consumo reforçou essa marca deixada pelo processo de colonização. Se o governo cria condições objetivas para que eu possa me inserir na lista daqueles que possuem poder de comprar para consumir, logo se minhas necessidades estão garantidas, pouco importo com aqueles que não conseguiram ser absolvidos nessa malha do consumo.

Quando Freire (2006) afirma que o processo de exploração econômica, com base na mão-de-obra escrava no período colonial não permitia “uma vivência comunitária”. O Brasil não foi “descoberto” para ser povoado. Os colonizadores, sobretudo os portugueses tinham nessas terras apenas o desejo de explorá-la, retirar o máximo que ela poderia oferecer. Os escravos que eram trazidos das mais diversas partes da África eram arrancados de suas terras, separados de suas famílias, destituídos da sua condição para serem vendidos como mercadorias para trabalharem nas lavouras dos engenhos, nos serviços domésticos, nas construções de casas, igrejas, etc. Nesse contexto social, não era possível caminhar para uma forma de sociedade democrática. Isso não era pensado, gestado. Os colonizadores não

iniciaram esse movimento marítimo e comercial com as Américas com o pensamento de organizar uma vida social e política no Brasil, diante disso as marcas da submissão, do individualismo, do sentimento de inferioridade, do medo da exposição social por meio da voz estão ainda registradas em nosso consciente coletivo, segundo Freire, “[...] as disposições mentais que criamos nestas circunstâncias foram assim disposições mentais rigidamente autoritárias.” (FREIRE, 2006, p. 82). O deixar que o outro resolva nossos problemas tem origem tão complexa a ponto de não darmos conta de analisar as perguntas feitas no espaço de diálogo: por que as pessoas não estão participando? Onde reside o problema da mobilização? “[...] o homem vivia vencido, esmagado e mudo, uma forma política e social cujos fundamentos exigiam, ao contrário do mutismo, a dialogação, a participação, a responsabilidade, política e social.” (FREIRE, 2006, p. 87)

Freire traz uma noção realista do fazer democracia. Não é possível ensinar, transferir, verbalizar conceitos e conteúdos sobre o funcionamento do sistema democrático. Não é dando aulas que conseguiremos aprender a sermos sujeitos participativos do ponto de vista social e político. Não aprendemos em sala de aula o que é ter responsabilidade e compromisso. Na verdade, afirma Freire: “[...] se há saber que só se incorpora ao homem experimentando, existencialmente, este é o saber democrático.”

A ideia de espaços comunitários com a finalidade de dialogar sobre os conflitos socioambientais, parte muito do exercício, da experimentação, da vivência do fazer e do saber participativo. A contemporaneidade está cada vez mais exigindo de nós o fazer democrático participativo, do qual ainda não temos ingerência sobre. A estrutura social e econômica que estamos imersos é insuficiente para ganharmos responsabilidade compromisso social e político. O consumo dita as regras. A mídia anuncia e manipula a ordem social. “Daí a necessidade de uma educação corajosa, que enfrentasse a discussão com o homem comum, de seu direito aquela participação.” (FREIRE, 2006, p. 100)

Assim, se faz necessário aperfeiçoar a gestão democrática, e, por consequência ampliar o debate em torno das questões socioambientais geograficamente orientada por meio da participação de grupos civis organizados ou

indivíduos mobilizados pela luta, pelo sonho, pela solidariedade. A partir dessa premissa, Santos (2005) nos convida a revisitar o conceito de espaço público, portanto:

A esfera pública e espaço público são muitas vezes utilizados como sinônimos. [...] A esfera pública pode ser entendida como um campo relacional mais amplo e situado entre a esfera privada, o Estado e o mercado. Essa esfera não possui forma definida, sendo mais uma interseção. Já o espaço público designa a existência de instâncias mais específicas, destinadas a tratar de determinados temas colocados em pauta na esfera pública. Assim, o espaço público está contido na esfera pública de maneira particular e pode assumir formas mais definidas, como conselhos, fóruns, câmaras, comitês, redes, entre outras instâncias. (DIAS, 2005, p. 55-57)

Bourdieu (2011) toma esses lugares como espaços simbólicos de representação. Os conselhos, espaços comunitários, comissões, comitês em sua maioria são divididos por segmentos (sociedade civil, povos e comunidades tradicionais, poder público e poder econômico). Ainda para Bourdieu (2011) não são classes no sentido marxista, mas grupos organizados e mobilizados, em determinados momentos por objetivos comuns em outros por objetivos díspares. Essas divisões construídas pelos sujeitos sociais se configuram com base na cooperação e no conflito, não podendo ignorar as contradições existentes entre os espaços e suas relações, Bourdieu (2011).

A relação entre educação e participação popular tendo como um terceiro elemento a educação socioambiental são aportes que nos auxiliam a compreender a relação sociedade e natureza para termos mais instrumentos para intervir nos problemas e conflitos ambientais (CARVALHO, 2006).

Aqui a participação é vista, de acordo com Habermas (2003) de sujeitos sociais críticos e organizados que lutam pelas desigualdades sociais por meio de políticas públicas construídas no âmbito de espaços públicos participativos, sendo esses mecanismos primordiais para aperfeiçoar a vida democrática (JACOBI, 2005) e ampliar a presença dos sujeitos sociais nas atividades do Estado. Isso significa que os movimentos sociais possuem capacidade de diálogo e enfrentamento de conflitos convergentes com outros segmentos, para tanto se faz necessário vivenciar processos educativos que os mobilizem para tal objetivo. Para Santos (2011), a crise

dos modelos dominantes é a síntese de uma pluralidade de condições teóricas e práticas. Nesses espaços se lida com diferenças, interesses políticos e econômicos, diversidade linguística pela dominação dos discursos. Freire (1987) nos ensina que a palavra verdadeira é práxis que caminha para a transformação do mundo e que a subjetividade criativa dos envolvidos conduz para o fortalecimento do diálogo crítico, participativo e emancipatório.

### 4.3 Mapeamento das Organizações Sociais e Populares no Antigo Quilombo Cabula

A escolha do mapeamento e análise das formas de organização social e popular no Antigo Quilombo Cabula se deu a partir de três momentos distintos, a saber: aproximação territorial, contato constante com os grupos sociais localizados no Beiru durante o processo do V ETBCES e a participação da autora no Fórum Social de Desenvolvimento da Mata Escura que reúnem vários grupos sociais, lideranças, escolas e indivíduos com o objetivo de dialogar e propor soluções para o bairro em conjunto com as estruturas de políticas públicas sociais. Para a coleta dos dados das organizações, utilizamos como instrumentos, entrevistas semi-estruturadas com o auxílio de um gravador, além disso foram coletados, por meio de um diário de campo dados, opiniões e vivências nos espaços em que a autora participou como convidada, tais como: escolas, sedes comunitárias, diálogos em praças públicas, eventos, reuniões informais e visitas técnicas. A seguir, apresentam-se os resultados das entrevistas realizadas com 6 representantes das seguintes organizações: Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania – PNPC, situado na Mata Escura; Grupo Diversidade e Resistência do Beiru – GDRBeiru, situado no Beiru e no Arenoso; Projeto Cidadão, situado na Estrada das Barreiras; Grupo Arte Consciente, situado em Saramandaia e Sociedade Cruz Santa do Axé Opô Afonjá, situado no São Gonçalo do Retiro; Associação de Moradores do Conjunto Doron, situada no Doron, bem como o Quadro 4 referente ao mapeamento de iniciativas e organizações da sociedade civil que foram realizadas, com estas 6 organizações mencionadas anteriormente, além de mais 14 grupos sociais. Para tanto, foi adotado entrevistas estruturadas que tiveram como objetivo conhecer e compreender os grupos sociais/iniciativas/coletivos/movimentos a partir de categorias de atuação, observando

a sua inserção e/ou percepção socioambiental em suas iniciativas. As entrevistas e análises dos elementos contidos nelas serviram para compreendermos a identidade e a autonomia destes grupos sociais, que acima de tudo “[..] questionam o modo de organização social dominante e inventam novos contextos de vida, de trabalho e de produção de conhecimentos.” (BRANDÃO, 1981, p. 21), bem como afirmamos que grupos também são estruturas educadoras.

#### 4.3.1 Participação e Vivências nas Comunidades do Antigo Quilombo Cabula

Neste intertítulo, apresentam-se as principais atividades em que a autora participou a convite das comunidades, tendo em vista os princípios da pesquisa participante. Durante os anos de 2015 a 2016, a autora percorreu os bairros da referida pesquisa, no sentido de vivenciar experiências junto às comunidades, conhecendo sua rotina, seu modo de fazer política e reivindicar direitos, como eles se organizam para enfrentar conflitos tanto de ordem social, quanto de ordem ambiental, como eles lidam com a retirada desses direitos. Buscou-se, nesse sentido manter a relação sujeito-sujeito (BRANDÃO, 1981), num caminhar que pudéssemos construir posturas de integração e participação em cada acolhimento, em cada conversa, em cada entrevista.

Assim, houveram participações na criação da Comissão Socioambiental pós V ETBCES. Foram realizadas algumas ações, tais como: a tentativa de retirada do lixo na porta do Colégio Zumbi dos Palmares com a ocupação social do espaço por meio da jardinagem e da arte do grafite, o funcionamento de um lava jato organizado pelos alunos do Colégio Edvaldo Fernandes, que funciona no turno oposto das aulas, a construção de banquinhas de jogos de dominó e dama e uma barraquinha de churros. Essas pequenas ações trouxeram um novo olhar para o Colégio, conhecido como violento e reduto do tráfico.

Participações do Cine com Bate Papo promovido pelo grupo Projeto Cidadão, cujo principal objetivo é discutir as questões sociais do Cabula, a partir das mensagens

trazidas pelas imagens e narrativas dos filmes; Caminhada da Consciência Negra no Bairro de Sussuarana; Facilitação das oficinas de Horta Escolar e Jardinagem nas escolas Helena Magalhães (Beiru) e Eliomar Baleiro (Pernambúes). Este trabalho proporcionou conhecer melhor os alunos e suas múltiplas histórias, embora notou-se que haverá resistências em aceitar transformar o espaço escolar num ambiente de cultivo e produção, mas aos poucos foi observado que os alunos e as alunas começaram a ceder essa nova perspectiva de trabalhar na escolar, e isso se deu a partir da confiança depositada, no respeito, nos sorrisos, nos carinhos, no acolhimento e amor. Como diz o mestre Paulo Freire: "Não há dialogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens." (FREIRE, 1987).

**Foto 6 - Oficina de Horta Comunitária no Colégio Estadual Helena Magalhães, 2016.**



**Fonte: Autoria própria, 2016.**

Este processo demonstrou o quanto é possível resgatar práticas coletivas que possam promover a sustentabilidade escolar. Sabemos que o plantio da horta se mostra insuficiente para suprir as demandas alimentares da escola, no entanto, sabemos da importância de outros aspectos vindos deste processo que podem transformar as atitudes e comportamentos dos estudantes e de toda comunidade escolar, como o cuidado, a regaste das memórias de quem viveu no campo, as trocas de sementes, o colher de uma erva para o preparo de um chá, bem como ter neste



espaço um local onde se materializa a preservação do meio ambiente e elabora reflexões sobre a sustentabilidade e qualidade de vida no local de convivência da escola.

Além disso, houveram reuniões e visitas técnicas ao horto florestal do Cabula junto com os alunos residentes de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da UFBA e Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura, onde foi elaborado um relatório intitulado “Horto Florestal da Mata Escura, Salvador-Bahia: Reconhecimento do Território e Diagnóstico da Área para Proposições”, de 11 de abril de 2016. O objetivo da visita foi o reconhecimento do território para que fosse criado um projeto participativo de implantação do Parque Theodoro Sampaio, na área do Horto da Mata Escura. Essas discussões, além de outras concernentes ao bairro, partiram dos dialogados construídos na estrutura do Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura e da necessidade dos moradores em ver o horto florestal como um espaço de lazer e de preservação;

**Foto 7 - Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura – Reunião para implantação do Parque Theodoro Sampaio, na área do Horto da Mata Escura 2016**



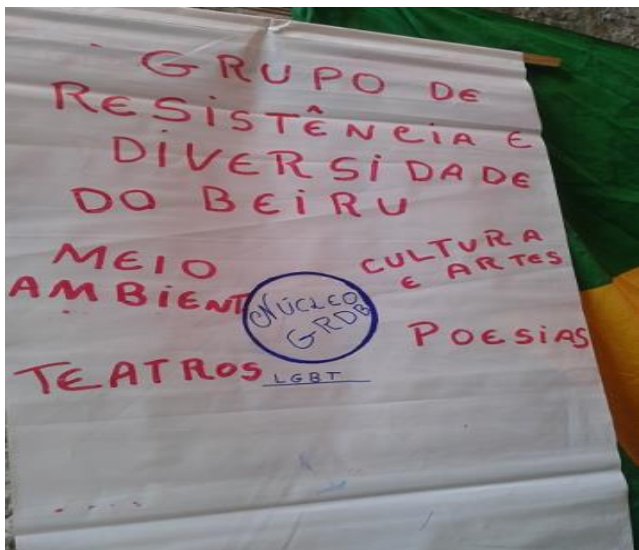
**Fonte: Autoria própria, 2016.**

A autora também participou das reuniões do Grupo Diversidade e Resistência do Beiru, para a criação do Eixo Meio Ambiente, além de organização de eventos e dias de mobilizações nos bairros do Beiru e Arenoso, tendo como propósito construir uma ação política por meio de recitais de poesias, cânticos e debates, como por exemplo a participação na roda de diálogos na praça do Anjo Mal no Beiru sobre Educação Ambiental e Cultura e o Dia da Consciência Negra. Houve participação na Jornada Pedagógica do Colégio Zumbi dos Palmares; Visita técnica à Prefeitura Bairro Cabula/Tancredo Neves e ao 19 BC; Entrevistas com os seguintes Grupos e Movimentos Sociais do Antigo Quilombo Cabula: Grupo Cultural Arte Consciente localizado em Saramandaia, Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura localizado na Mata Escura, Projeto Cidadão localizado na Estrada das Barreiras; Grupo de Resistência e Diversidade do Beiru localizado no Beiru e no Arenoso; Coletivo Beiru em Movimento, localizado no Beiru; Associação Cultural do Saboeiro localizado no Saboeiro; Associação dos Moradores da Rua dos Amazonas de Baixo localizado no Cabula V, na comunidade Amazonas; Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania localizado na Mata Escura; Odeart localizado na Estrada das Barreiras; Associação de Moradores do Bairro da Engomadeira localizado na Engomadeira; Centro de Direitos Humanos Franco Pellegrini localizado em Sussuarana.

Entrevistas sobre espaços institucionais de participação social: Membros dos Conselhos de Meio Ambiente do Estado da Bahia dos seguintes segmentos: Poder Público, Setor Empresarial e Sociedade Civil; Participação do projeto Domingo Alternativo no Beiru. Participação das Audiências Públicas do PDDU Meio Ambiente.

**Foto 8 - Criação do Eixo Meio Ambiente 2015**

**Foto 9 - Reunião do Grupo Diversidade e Resistência do Beiru**



Fonte: Autoria própria, 2015.

Foto 10 - Domingo Alternativo, bairro do Beiru - 2016



Fonte: Autoria própria, 2016.

Diante do exposto, com a vivência empírica e análises das entrevistas pôde-se conhecer uma parte da vida dos grupos sociais, seu cotidiano, sua luta, seus conflitos,

seus desestímulos, suas conquistas. Todos os problemas levantados por eles são de ordem social: os problemas da falta de saneamento básico, do lixo, da política municipal, do tráfico de drogas, da violência, do preconceito e racismo, do desemprego, da degradação das áreas verdes. A identificação desses problemas em grupo é vista como um dos primeiros passos para uma mobilização em rede, e início de um processo colaborativo para o agir socioambiental, uma vez que esses espaços geram educação no interior de suas ações. Embora, reconhecemos suas limitações e uma postura tradicional de lidar com as demandas que surgem no seio das comunidades.

**Quadro 4 - Mapeamento de Iniciativas e Organizações da Sociedade Civil do Antigo Quilombo  
Cabula  
2015 - 2016**

<b>Bairro</b>	<b>Grupo Social</b>	<b>Linha de Ação</b>	<b>Principais Atividades</b>	<b>Parcerias</b>	<b>Representante/Gênero</b>
Beiru	Coletivo Beiru em Movimento	Cultura	Caminhada no dia da Consciência Negra	Colégio Zumbi dos Palmares e Grupo LGBT da Bahia	Mulher
	Grupo de Resistência e Diversidade do Beiru – GRDB	Cultura, identidade, diversidade e meio ambiente	Música, poesia e meio ambiente	Colégio Zumbi dos Palmares, Colégio Estadual Sérgio Carneiro e Partidos Políticos	Mulher
	Terreiro Olufanjá	Religiosidade, Cultura e Esporte	Atendimento Espiritual, Capoeira	-----	Mulher
Sussuarana	Centro de Direitos Humanos Franco Pellegrini	Diálogo Inter-religioso, Direitos Universais e Melhorias Sociais	Desfiles, caminhadas, teatro	Centro de Pastoral Afro Padre Heitor – CENPAH, Diversos Grupos Sociais e Culturas de Sussuarana, Igreja Católica, Comissão Organizadora de Sussuarana	

	Ilê Asé Ominija	Religiosidade	Atendimento Espiritual, Aulas de Corte e Costura	Centro de Direitos Humanos Franco Pellegrini; Instituto Luiz Gama	
Estrada das Barreiras	IECD - Projeto Cidadão	Cultura, Religiosidade, Educação e Meio Ambiente	Projeto Cidadania: cinema, rodas de diálogos, defesa do Horto Florestal do Cabula	Escola Municipal Cabula I Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Projeto TBC	Homem
	Artes Cênicas Arte Bagaço - ODEART	Cultura Africana Brasileira - Teatro, dança e música	Seminários na UNEB, Realização de Bingos, Sarau Infantil, Peças de teatros (Oba de Adê, Ilê Okam), atividades ligadas a preservação do Horto Florestal	Edital Março Mulher 2010, Instituto Odara, CESE, UNEB, Faculdade Montessoriano, Cenáculo, Colégio Estadual Edvaldo Fernandes	Mulher
Cabula	AMAB Cabula – Associação de Moradores da Rua Amazonas de Baixo (Comunidade Amazonas)	Desenvolvimento comunitário Educação, Cultura, Piscicultura Urbana e Aquicultura Urbana Sustentável e Meio Ambiente	Revitalização da lagoa da antiga pedreira para as atividades de piscicultura e urbanização da comunidade. Feira de Saúde e Atividades infantis no dia das Crianças	Prefeitura Bairro, Faculdade Baiana de Medicina, Fundação Mário Ferreira Leal, Big-Chef São Gonzalo	Homem

Saboeiro	Associação de Moradores do Saboeiro	Educação, Cultura, Saúde, Bem Estar e Economia Solidária	Atividades Recreativas, Artesanato, Aula de Dança, Condicionamento Físico e Atendimento Jurídico	Sesc Comunitário	Mulher
Mata Escura	Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura	Educação, Saúde, Religiosidade, Cultura e Meio Ambiente	Demandas sociais das comunidades, defesa dos equipamentos públicos, defesa do Horto Florestal	Prefeitas, órgãos públicos, LIMPURB, TBC, UFBA, ACOPAMEC	Homens e Mulheres
	ONG PNPC – Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania	Meio Ambiente, Educação, Religiosidade,	Defesa do Horto Florestal, atividades de reforço escolar, limpeza da área do horto, evangelização infantil na perspectiva evangélica	Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura, UFBA, ACOPAMEC	Homem
	Terreiro Bate Folha	Religiosidade, Meio Ambiente, Educação, História	Atendimento Espiritual; Defesa do Horto Florestal; Horta Medicinal e Museu		Homem
Engomadeira	Associação de Moradores do Bairro da Engomadeira	Desenvolvimento Comunitário, Educação e Esporte	Construção da sede da associação, Escolinha de futebol, café da manhã com as mães, Coral, Mutirão	UNEB	Homem

			para implantar o projeto de saneamento básico		
	Terreiro de Luiz de Oxossi	Religiosidade	Atendimento Espiritual	-----	Homem
Saramandaia	Grupo Arte Consciente	Arte e Educação	Percussão, música, grafite, arte circense e box	Projeto Axé; Paróquia São Francisco de Assis; Centro Comunitário Chico Mendes; Jornal da Paróquia; Associação Pais e Mestre; Cooperativa Casa do Trabalhador; Projeto Cidade Mãe,	Homem
São Gonçalo do Retiro	Sociedade Cruz Santa do Axé Opô Afonjá	Religião, Cultura, Educação, Meio Ambiente e Resgate de Tradições	Educação Formal (Creche e Escola), música, capoeira, biblioteca, bordados	Prefeitura Municipal de Salvador, Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, UNEB.	Mulher
Doron	Associação de Moradores do Conjunto do Doron	Educação, Meio Ambiente e Cultura	Capoeira, biblioteca, reforço escolar	Escola Municipal Deputado Gersino Coelho	Mulher
Resgate	Restaurante Paraíso Tropical	Culinária, Cultura, Biodiversidade	Produtos da Sociobiodiversidade encontrados nas	Movimento Slow Food,	Homem



			localidades do Cabula; gastronomia como movimento político		
Pernambúes	Sociedade Beneficente 10 de julho	Educação, Cultura e Desenvolvimento Social	Karatê, Aula de Dança, Jogos de Salão, Taekwondo, Aula de Iniciação Musical, Atividades Físicas para Adultos, Atendimento Jurídico	SESC, Grupo de Advogados, Centro de Missões Urbanas – CMU, Escola Municipal Epaminondas Berbert Castro	Homem
	Horta Comunitária de Pernambúes	Agricultura Urbana e Agricultura Familiar	Horta, intercâmbios/trocas de saberes com outras comunidades	UFBA, UNEB, Arte Consciente e CHESF	Mulher

**Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir das entrevistas realizadas em 2015 - 2016.**

Assim, percebe-se que estas categorias de análises com foco na atuação, inserção e percepção socioambiental das iniciativas propostas e vividas pelos grupos mapeados, possibilitam compreender a ação política destes grupos, bem como a percepção socioambiental, cujo elemento está na relação que estes grupos tem com o local no qual eles estão inseridos, seja numa mata, em um espaço de competição com o lixo urbano ou em áreas de vulnerabilidade social aprofundada pela falta de saneamento básico, pelo tráfico e as diversas mazelas sociais. Além disso, é possível afirmar que estes espaços são educadores, no entanto a mobilização colaborativa para o agir socioambiental se restringem apenas em ações pontuais, desprovidas de uma reflexão crítica e emancipatória. O que melhor iremos analisar no próximo intertítulo.

#### 4.4 O Potencial Educador dos Grupos Sociais do Antigo Quilombo Cabula

Antes de iniciar a análise do potencial educador dos espaços de participação popular no Antigo Quilombo Cabula, se faz necessário definir que espaços são esses, e, se há processos educativos sendo gerado e gestados neles. Nessa linha, os espaços de participação popular vão além do que convencionaram chamar de conselhos, colegiados, grêmios, que de forma simples é a reunião de sujeitos com diferentes pensamentos e forma de agir, carregam bandeiras de lutas, são articulados, dialogam com diversos setores da sociedade, além do poder público, são mobilizados e engajados, sendo que todo esse processo é educador, seja ele de forma implícita - quanto não há a intenção de educar, ou de forma explícita quando há intenção, ou seja, quando o espaço possui processos pedagógicos objetivos direcionadas para tal fim.

Por educação popular, entendemos que são processos permanentes de aprendizagens, construídos e transmitidos pela cultura, o modo de vida e cujo saber popular, tradicional é transferido entre os membros da comunidade, coletivo, grupos sociais, aldeias, territórios quilombolas, e que esse movimento representa um fato social que gera educação, formação e ampliação da consciência. É o saber de um povo. É o saber da comunidade. É o saber da aldeia indígena. É o aprender com os outros, e entre os outros. (BRANDÃO,

1986). É o saber de Antônio Jorge (Projeto Cidadão, Estrada das Barreiras), em cuidar do espaço, por meio da arte e preservação ambiental, tendo como missão desconstruir a ideia de que educação se faz apenas dentro dos muros das escolas, quando ele propõe fazer educação, utilizando como instrumento, as trilhas realizadas no Horto Florestal do Cabula. Isso porque o horto é um espaço natural educador. Quando o Grupo Diversidade e Resistência do Beiru, organiza movimentos de ocupar as praças públicas do bairro, para realizar manifestações poéticas, musicais e rodas de diálogos sobre política, educação, meio ambiente, violência e drogas, e a partir daquele espaço gera reflexões, trocas de saberes, estabelecimento de elos na comunidade.

Afirmamos ser esses espaços, espaços educativos uma vez que existe a partilha do conhecimento, seja ele popular ou científico. Para Gramsci (1982), esses espaços, que podem ser chamados de coletivos, redes (CASTELLS, 1999), fóruns, comunidades interpretativas são criados a partir de uma estrutura econômica e cultural formados por intelectuais (professores, educadores, comerciantes, domésticas, ativistas, líderes comunitários, agricultores urbanos, estudantes), cujo saber técnico e popular se entrelaçam e formam um conjunto de relações sociais aproximando bandeiras de luta, desafios políticos, prática produtiva, religiosa, cultural e lutas sociais (FREIRE, 2001). Essa afirmação de Gramsci (1982), rompe com a ideia construída da figura do intelectual acadêmico, que se coloca distante de outros grupos sociais, nasce assim a designação de intelectuais “orgânicos”, cuja principal característica é conectar-se ao mundo, alinhar os diversos saberes e ter uma ação política – práxis – direta e indiretamente associada ao fazer educativo (FREIRE, 2010). Os grupos e os movimentos sociais, do Antigo Quilombo Cabula, se unem em torno de um processo político, econômico, social, cultural, religioso, ambiental, com o auxílio de pessoas (intelectuais) para construir coletivamente um projeto de sociedade que faz pressão ao sistema capitalista. Em outras palavras trazendo a ideia de Gramsci, esses grupos agem nas brechas deste sistema:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo de modo orgânico, uma ou mais camada de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político [...]. (GRAMSCI, 1982, p. 3)

Na perspectiva de Freire (2001) e Gramsci (1982), prática educativa não está descolada da prática social, que por sua vez relaciona-se com a prática produtiva, a cultural, a religiosa. É algo que nasce com os homens e com as mulheres. É histórica e historiciza os processos.

Por movimentos sociais, adotaremos os estudos realizados por Gohn (2012), que conceitua os movimentos sociais, como um ator histórico, agente de mobilização que desencadeia pressão por mudanças sociais, alinhado a isso ela trás o conceito de "cidadania coletiva", que são aqueles cidadãos inseridos nos movimentos sociais, cujas reivindicações se estendem a vários interesses coletivos por distintas demandas. (GOHN, 2012, p. 20). Já para Oliveira (1990), movimentos sociais "[...] são constituídos sobretudo por membros do operariado e do assalariado de baixo níveis e, em sua imensa maioria, por pessoas que sobrevivem no mercado informal de força de trabalho." (OLIVEIRA, 1990, p. 59) Essas demandas citadas por Gohn (2012) e Oliveira (1990) são demandas que por não terem uma relação social fundadora são sem limite, sem medidas, uma vez que a relação social é dada "[...] pelos políticos ou pela tecnocracia", isto é o processo político dos movimentos sociais é exógena. Gohn (2012) amplia o conceito de movimentos sociais, enquanto Oliveira (1990) o reduz a classe operária.

A partir desse ponto de vista, podemos listar as iniciativas e os movimentos sociais e populares que emergem no Antigo Quilombo Cabula, com interesses díspares, porém que alguns pontos em comum a saber: a vontade de mobilizar pessoas para transformar o bairro, a escola, a rua num local coletivo onde se estabelecem mudanças culturais, ambientais, educacionais, econômicas, religiosas e/ou políticas. O Coletivo Cultarte, é um grupo de mulheres que se reúnem para produzir produtos artesanais na perspectiva da economia solidária e do comércio justo (SOUZA; SILVA, 2016); o Grupo Diversidade e Resistência do Beiru se reúnem para discutir as questões políticas, sociais, culturais e ambientais do bairro do Beiru e Arenoso; o Projeto Cidadão tem suas atividades no campo da educação, cultura, meio ambiente na luta da preservação do Horto Florestal; a Comunidade Unida de Pernambués; o Fórum de Desenvolvendo Social da Mata Escura que agrega várias instituições para realizar o controle social dos serviços públicos dos bairros da Mata Escura,

dentre tantos outros que vivem e experimentam no seu cotidiano os desafios impostos aos bairros populares, como a falta de saneamento, falta de água tratada; coleta de lixo; escolas sucateadas; professores desmotivados; praças depredadas; postos de saúde com poucas vagas, além da violência e do tráfico.

Para melhor exemplificar, o Projeto Cidadão em parceria com a Escola Cabula I localizada na Estrada das Barreiras, no Conjunto ACM realiza atividades educativas por meio da linguagem do cinema. O projeto, conhecido como Cine com Bate Papo. Esse espaço, construído não só com o intuito de entretenimento, mas de reflexão a partir o tema gerador abordado nos filmes, tem surgido discussões num contexto da educação informal, embora num espaço formal de ensino. Os filmes suscitam reflexões sobre os desafios da gestão pública nos bairros; a convivência entre as religiões; intolerância religiosa; preservação do Horto Florestal do Cabula; a participação de jovens e crianças evangélicas em contato com aulas de capoeira; a relação entre as famílias; a união entre vizinhos, amigos, colegas; o exercício da cidadania. As vantagens em estar num espaço desse, que afirmamos ser um coletivo educador são muitas, entre elas o acúmulo de conhecimento, proporcionado pelo diálogo, após a passagem do filme; as trocas de saberes gerados entre os membros da comunidades e os professores universitários, que comumente são chamados para mediar o debate; uma fala de um líder religioso, principalmente de matriz africana, sobre a importância do cuidado com os elementos sagrados da natureza ou simplesmente uma fala que desmistifique ideias preconcebidos sobre esta prática religiosa. Por tudo isso, pode-se pensar de fato que as iniciativas geradas no seio das comunidades e pelas comunidades são iniciativas educativas, dentro de espaços educativos, porque elas se fazem educativas (FREIRE, 2001). Outro aspecto que caracteriza um espaço educador é o seu potencial de replicação. Antônio Jorge, coordenador do Projeto Cidadão, e idealizador do Cine, disse em entrevista, no que ele acredita:

Eu acredito muito no projeto do Cine com Bate Papo e que vai dar muita politização às pessoas, porque você assistiu e discuti. Eneas já botou no bairro do Beiru. O Professor Sérgio Guerra vai colocar na UNEB. A geladeira, o alimento cultural, o pessoal do som na praça esteve no programa de televisão Mosaico e mostrou a geladeira. Então, o pessoal vai vendo e multiplicando.

O que é bom, tem que ser multiplicado. [Antônio Jorge, Coordenador do Projeto Cidadão, 2016]

## CAPÍTULO V – PROCESSO EDUCATIVO DE ESPAÇO COMUNITÁRIO SOCIOAMBIENTAL

Nesse capítulo, define-se a metodologia de construção coletiva de mobilização em espaço comunitário. Como foi apresentado nas seções anteriores, foram mapeados por meio de entrevistas semi-estruturada e estruturas 20 grupos sociais, que atuam no campo da militância, da cultura e da religiosidade, existentes no Antigo Quilombo Cabula, que atuam nesta região sob as mais diversas temáticas, entre elas a ambiental – ver novamente o Quadro 04. Sendo que, foram realizadas 5 entrevistas com representantes das comunidades de terreiros, dentre elas: Terreiro Olufanjá situado no Beiru, Ilê Asé Ominija situado na Sussuarana, Terreiro de Luiz de Oxossi situado na Engomadeira, Sociedade Cruz Santa do Axé Opô Afonjá situada no São Gonçalo do Retiro, Terreiro Bate Folha localizado na Mata Escura; 1 representante do Movimento Slow Food que atua no bairro do Resgate e trabalha com produtos da sociobiodiversidade provenientes dos remanescentes pomares do Cabula; 14 (quatorze) representantes de grupos sociais que atuam no Antigo Quilombo Cabula, são eles: Grupo Cultural Arte Consciente, situado em Saramandaia; Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura, situado na Mata Escura; Projeto Cidadão, situado na Estrada das Barreiras; Grupo de Resistência e Diversidade do Beiru, situado no Beiru e no Arenoso; Coletivo Beiru em Movimento, situado no Beiru; Associação Cultural do Saboeiro, situado no Saboeiro; Associação dos Moradores do Conjunto do Doron, situado no Doron; Sociedade Beneficente 10 de Julho, situado em Pernambués; Horta Comunitária de Pernambués; Associação dos Moradores da Rua dos Amazonas de Baixo, situado no Cabula V, na comunidade Amazonas; Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania, situado na Mata Escura; Odeart, situado na Estrada das Barreiras; Associação de Moradores do Bairro da Engomadeira, situado na Engomadeira; Centro de Direitos Humanos Franco Pellegrini, situado em

Sussuarana. Dos 14 grupos, apenas 6 tiveram a disponibilidade de conceder as entrevistas na íntegra.

A escolha do método se configurou pela sua flexibilidade e dinâmica. Dessa forma, as entrevistas nos revelaram que os grupos estão pulverizados em cada bairro do Antigo Quilombo Cabula, muitos não dialogam entre si. Sejam por questões geográficas ou por questões ideológicas partidárias, ou por mero desconhecimento de atuação. A escolha por esta abordagem metodológica se explica na medida em que, não é intenção da autora, fazer uma análise apenas teórica do tema participação popular e conflito socioambiental, mas sim vivenciar colaborativamente junto com as comunidades populares do Antigo Quilombo Cabula, o diálogo e a tomada de decisão, sobre as questões socioambientais. Brandão (1981) propõe a radicalização da participação política, quando assumimos uma pesquisa sobre participação popular e comunitária, ou seja, é necessário ter a dimensão da raiz do problema, conhecer o contexto no qual as comunidades estão inseridas, e, a interação que existem entre elas.

Nessa perspectiva foi possível mapear iniciativas de grupos e movimentos sociais que atuam na área socioambiental; conhecer os espaços comunitários do Antigo Quilombo Cabula; identificar a dimensão educativa desses espaços; identificar com os grupos e os movimentos sociais os conflitos socioambientais existentes nas localidades do Antigo Quilombo Cabula, bem como verificar como as políticas públicas ambientais estão sendo aplicadas. Nesse aspecto, não há programas, ações e atividades promovidas pelo poder público, seja ele municipal ou estadual que proteja o Horto Florestal do Cabula, embora sua área já esteja delimitada no PDDU de 2016 como Unidade de Conservação de Domínio Municipal – UCM, especificada como área da Macrozona de Conservação Ambiental. Segundo, Joice Cristina, membro do Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura:

[...] a situação do Horto Florestal, também conhecido como Parque Theodoro Sampaio, que na década de 1930, forneceu água potável para a cidade do Salvador, Dique do Prata, onde os moradores mais antigos de Mata Escura tomavam banho e que hoje se encontra dessa forma. Degradada pela ação da EMBASA que canalizou parte dos esgotos para essa área que é de extrema importância para os bairros: Mata Escura, Calabetão, Bom Juá, Estrada das Barreiras e Conjunto ACM.

Todas as vezes que visito este local uma tristeza invade meu coração.” (Depoimento extraído da página do Facebook – Joice Cristina, 31 de março de 2017, às 16:53, Salvador-Bahia)

Assim, nem mesmo a água – que é um bem comum reconhecida pela Carta Magna e protegida por leis federais (Lei Nº 9.433) e estaduais (Lei Nº 11.612), está sendo respeitada pela EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento, responsável pelo esgotamento sanitário e o abastecimento de água, no estado da Bahia, e que não cumpri com sua ética e responsabilidade de prestar tais serviços.

A mobilização feita pelos moradores da Mata Escura, por meio do FDSME com o objetivo de levantar conflitos socioambientais desta localidade e propor soluções em conjunto com o poder público, demonstra uma prática educativa (FREIRE, 2001) que aliada a outros parceiros como a ACOPAMEC (Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão) fortalece a sua luta, no sentido de oferecer formação ideológica, conteúdos e estrutura física. Essa forma de participação, é uma tentativa de buscar responder questões que incomodam a comunidade, na medida em gera processos organizativos e de consciência social nas classes populares (GOHN, 2012), e conseqüentemente gera aprendizados e potencializa o caráter socioambiental educativo desse espaço.

Nesse sentido, o colaborar está intimamente relacionado ao dialogar, que significa saber o que o outro tem pra dizer. É o exercício da escuta, que requer um amor profundo pelos homens e pelas mulheres (FREIRE, 1987). É no diálogo que eu me enxergo no outro e o outro em mim. Buscou adotar os referencias da teoria e prática de Freire (1987), a partir da dialogicidade alicerçada na dimensão do amor, da práxis, da ação e reflexão. Práxis é ação transformadora. Se a minha prática não transforma, ela serve ao sistema, ela é opressora, autoritária e colonizadora. O sentido mais profundo da educação é descobrir o outro. Freire nos convida, amorosamente, a romper com os grilhões de uma educação opressora, institucionalizada e iniciar um processo de pensar a educação com criticidade para percebermos que a nossa vocação enquanto ser humano é humanizar-se, e mais do que isso, humanizar-se em comunhão. Portanto, andar



pelas ruas do Antigo Quilombo Cabula, conversar com comerciantes, professoras, vendedores ambulantes, feirantes, estudantes, participar de seus encontros, reuniões, conflitos, rituais e festas significam, compreender o sentido da dimensão da partilha, de uma realidade social que, entrelaçada com a da autora representou a construção de um processo educativo, cujos saberes se expressavam em opiniões, discussões, risos, conflitos, numa boa comida, reflexões, distanciamentos, além de novos encontros a partir de outros.

Assim, no Antigo Quilombo Cabula temos grupos que valorizam a beleza e a auto-estima da mulher negra, grupos de música e poesia que usa desses instrumentos para lutar contra a opressão machista, a violência, o tráfico e a valorização do jovem negro, valorização das empregadas domésticas, grupos de moradores que lutam pelo descaso do horto florestal do Cabula. Nessa teia é que podemos ver que a educação para além dos muros da escola "[...] ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania" (GOHN, 2012, p. 21). As experiências desses grupos revelam o quanto ainda precisamos caminhar e lutar por um país, uma cidade, um bairro mais justo, solidário, ético. O quanto eles precisam criar bases próprias de representação política, tendo no conhecimento a chave para a emancipação e autonomia (MÉSZÁROS, 2008). No Antigo Quilombo Cabula, nos últimos anos, encontramos várias formas de mobilização social, muitas delas relacionadas aos aspectos culturais: escolas de capoeira, danças afros, movimentos em prol da beleza negra. Poucas são as organizações que têm a questão ambiental como eixo ou diretriz transversal. No entanto, com a realização do V Encontro de Turismo de Base Comunitária e a III Feira de Saúde e Meio Ambiente - ETBCES alguns grupos, a exemplo do Grupo de Resistência e Diversidade do Beiru - GRDB, grupo esse que fez parte da criação da Comissão Socioambiental - processo esse que foi melhor descrito no capítulo anterior - assim, em reuniões com o grupo, o mesmo decidiu pela criação do núcleo de meio ambiente reconhecendo a importância da temática em sua atuação

Quando do processo de construção colaborativo do V ETBCES e da III Feira de Meio Ambiente e Saúde, onde reuniram várias organizações o bairro do Beiru, no que dizia respeito a questão ambiental poucos foram as contribuições. O olhar ambiental nos movimentos de bairros não tem expressividade, haja vista

que a lutas ecológicas nasceram, sobretudo na malha de um determinado grupo inserido nas classes dominantes, ou seja, o ambientalismo, movimento verde, ecológico não fora objeto de estudo e preocupação dos movimentos de base. Oliveira (1990), em seus estudos sobre movimentos sociais faz críticas no sentido de afirmar que o movimento ecológico não conseguiu ultrapassar “a fronteira da classe média” (OLIVEIRA, 1990). Não obstante, os movimentos sociais populares estão aos poucos aceitando as ideias dos movimentos ambientalistas, principalmente aqueles movimentos de luta pelo acesso a terra, como o MST, que viu na agroecologia (modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável, que une agricultura e ecologia na dimensão da valoração do homem e da terra) um modelo ideal de produção de alimentos e convivência humana.

Um dos aspectos importantes desse encontro foi quando em conversas e diálogos com representantes sociais, questionou sobre quem são as lideranças que a comunidade do Beiru tinha como interlocutora legítima, ou seja, quem foi escolhido para fazer a ponte entre a comunidade e os agentes políticos, as universidades e outras instituições, daí tivemos como resposta a devolutiva da própria pergunta, o que deixou claro que aquelas pessoas ali reunidas atua por meio de outra perspectiva distinta da líderes e lideranças, uma vez que esses grupos sociais se consideram autônomos e expressivos. Muito embora, se percebe nas entrelinhas das discussões, interesses partidários, que ao longo dos encontros geraram dissentimentos e muitas vezes afastamentos, onde verificou o enfraquecimento do grupo. Isso porque, segundo Gohn (2012) “[...] a identificação de interesse processa-se segundo as ópticas de classes.” Logo, se o meu discurso não se alinha como o meu próximo a tendência é o conflito que gera afastamento. Analisando esse aspecto pelo viés da educação, podemos inferir que mesmo esses comportamentos e atitudes controversos, possuem em sua essência uma ação educativa, que de acordo com Gohn “[...] é produção de novos conhecimentos que aumentem a consciência e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com quem trabalhamos.” (GOHN, 2012)

Por outro lado, observa-se que esse comportamento dos grupos sociais não é neutro, sem intenção, uma vez que existem forças e relações de poder que estão “amasiadas” com o processo capitalista, que por essência, destrói e corrói todo e qualquer movimento que se tenta ser coletivo e colaborativo. O

sistema no qual estamos inseridos, não nos dá condições para tal forma de diálogo. Este sistema se alimenta cotidianamente das desigualdades, do individualismo, do corporativismo, etc. É por isso, que segundo Mészáros (2008) “[...] é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente.” Essa educação pensada por Mészáros (2008), vai além dos muros da escola, e, se amplia no cotidiano de cada sujeito. Na mesma linha, embora distante do pensamento de Mészáros, Adorno (2012), afirma que a educação tem que ser acima de tudo uma educação política, que possa romper com os laços do colonialismo, da opressão, da alienação, romper com a construção social dos tabus, dessa forma é possível reconstruir uma educação emancipatória. “É necessário contrapor-se a uma tal ausência de consciência, é preciso evitar que as pessoas golpeiem para os lados sem refletir a respeito de si próprias. A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma reflexão crítica.”(ADORNO, 2012, p. 121).

Nesse contexto, podemos compor uma configuração dialética que se configura no Antigo Quilombo Cabula do ponto de vista dos grupos sociais, são elas: poder político/público *versus* as mudanças estruturais no urbano; especulação imobiliária *versus* casarões antigos e remanescentes de mata atlântica/áreas verdes; manifestações culturais *versus* violência e tráfico de drogas; forças religiosas evangélicas *versus* a manutenção dos terreiros de candomblés/religiões de matrizes africanas; o descaso do poder público frente aos desmandos do Horto Florestal do Cabula/Mata Escura *versus* comunidades aguerridas lutando pela restauração do horto e contenção de invasões.

A seguir, apresenta-se os grupos sociais que atuam no Antigo Quilombo Cabula, com demandas na área ambiental, social, religiosa, habitacional, urbanística, educacional e cultural, como essas demandas são dialogadas e encaminhadas, como se configura a atuação política na comunidade, se estão formalmente constituídas e como suas ações, projetos e mobilizações reverberam no espaço urbano.

## 5.1 Organização Não-Governamental: Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania - PNPC

A Organização Não-Governamental, Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania – ONG PNPC foi criada em 2000, mas só registrada em 2002. A organização possui sede improvisada num espaço as margens do horto, cedida pelo Condomínio Recanto Verde, em contrapartida a instituição desenvolve ações de preservação do Horto Florestal do Cabula, que ao longo dos anos, após a desativação da represa do Prata, vem sofrendo com invasões, lançamento de efluentes domésticos, acúmulo de lixo, desmatamento e queimadas. Veja no anexo relatório elaborado pelo grupo de Residentes do curso de Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade, Universidade Federal da Bahia (UFBA), com a participação de membros da comunidade de Mata Escura, do Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura, do Projeto de Turismo de Base Comunitária da UNEB e a própria ONG PNPC.

Sobre a situação do horto, Ronaldo Torres morador do Condomínio Recanto Verde e presidente da ONG PNPC nos relatou que:

A área do Conjunto ACM é uma área grande, onde têm aqueles eucaliptos grandes que está invadida, aquela área sim dava pra fazer um parque. Tinha um rapaz no alto do ACM que foi ameaçado de morte, e daí ele teve que se mudar daí. Quer dizer, se eles tivessem interesse em organizar uma equipe com prefeito, governador e estabelecer uma área para transformar num parque, ou mini-zoológico para readaptação de animais, as pessoas aos poucos iam aprender a preservar. E com a educação ambiental, trazer as escolas do Cabula para fazer visitas, que daí eles vão crescer com a responsabilidade de se preservar o que se tem. Têm pessoas aqui, que não pode ir ao zoológico em Ondina. [...] Eles precisavam se tocar. Se sensibilizar pela coisa. (...) Ano passado eu fiquei de um jeito que eu disse: não, eu não posso deixar o horto acabar. Então fui para a internet, passei e-mail para a UNESCO pra ver se a gente conseguia transformar aqui num patrimônio mundial da humanidade. Passei e-mail pra tanto órgão que apenas a UNESCO respondeu dizendo que eu tinha que ir no setor tal para convocar uma visita. Aí entrou a burocracia. Que é outra coisa que atrapalha tudo. A burocracia nesse país é assustadora. Aí falei para os meninos, olha eu não ligo pra órgão nenhum, vamos fazer nossa parte. Se eles quiseram eles vêm atrás. Falei na época com Julio Rocha, o Superintendente do IBAMA Célio Costa Pinto. O único cara que era do estado e da política só foi um, na época ele era Diretor da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado, Juliano Matos, suou, mas ele andou no horto. Foi o único. Falei com SOS Mata Atlântica, Greenpeace. (...) Eu participei com tantas conferencias com o GAMBÁ e o GERMEM, mas nada

aconteceu. Eu passei e-mail para Marina Silva, na época que ela era do PV. Quer ver outro que estava aí também e que poderia ajudar, esse dos bichos, dos cachorros, o Marcell Moraes. Fui no gabinete e constatei que ele serve só a burguesia. (...) Estamos com um projeto que já está passando para o papel “Preservação com Evangelizando”. Abrange as crianças fazer as coisas certas. Quem criou. O que representa cada folha. (...) Você já imaginou uma criança conversando com as plantas. Eu digo isso porque já sair daqui para capturar animal e o pessoal fala que eu rezo, porque eles não me atacam. Eu converso e vou pegando eles sem movimentos bruscos. (...). (Ronaldo Torres, Presidente do PNPC, 2016)

A estrutura interna do PNPC está ampara no estatuto e no regimento interno, possui CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas estão no processo de acesso da Inscrição Municipal e Estadual de Utilidade Pública. Na questão administrativa a organização é composta por Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, Diretor Administrativo, Diretor Técnico em Meio Ambiente, Diretor Jurídico, Diretoria de Ação Social, esta última criada recentemente para atender o crescente número de famílias que procuram a ONG atrás de apoio assistencial, como por exemplo, encaminhamentos de jovens usuários de drogas para centro de recuperação, reforço escolar e doação de cestas básicas destinadas às comunidades do entorno da Mata Escura, em troca eles prestam serviços a área e recebem orientações sobre como preservar a mata por meio de atividades de educação ambiental. Além disso, a ONG recebe animais, como jabutis criados em casas cujas famílias não os querem mais. Mesmo com essa estrutura hierárquica e tradicional, a ONG busca trabalhar de forma colaborativa deixando prevalecer a hierarquia quando necessário.

As principais atividades desenvolvidas pela ONG são: produção de mudas, reflorestamento das margens do afluente do rio do Prata, formação de jovens para realizar trilhas dentro do horto com o objetivo de retirar o lixo, de acordo com o Ronaldo Torres, presidente da ONG: *“(...) descemos com a equipe para fazer a limpeza a mata para retirar o lixo. O problema que nós temos é com entulho. O entulho não tem como a gente tirar. Já disse a prefeitura para colocar uma placa proibindo. É fácil produzir lixo e jogar em qualquer lugar.”* Além dessas atividades, a ONG desenvolve projeto denominado “Preservação com Evangelização”. Nesse ponto, se faz necessário destacar o quanto a ONG PNPC

está atrelada ao processo de evangelização. Eles acreditam que por meio da palavra contida na Bíblia haverá mudança de comportamento e atitudes do ponto de vista do respeito para com próximo e com a natureza, o público alvo são crianças que estão em situação de vulnerabilidade social. Quanto a formação do grupo, eles participam de conferências e de várias atividades promovidas pela comunidade. Estão inseridos como parceiros no Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura, e não contam com colaboradores externos como políticos, sindicatos, órgãos públicos, empresas, embora em época de eleição do espaço da ONG é procurado constantemente por vereadores e deputados com objetivo de apoio e controle do voto, mas sempre que necessitam acionam a prefeitura bairro da Área Regional Cabula-Tancredo Neves para limpeza de entulhos e fragmentos de árvores atingidas pela chuva. A ONG não faz parte de um conselho, alega que o seu caráter denunciador e crítico gera incômodos, que por conta disso os boicotam do processo em outros espaços, preferindo se isolar e atuar pontualmente na localidade do horto.

Ainda sobre o processo de formação do grupo, existe um aprendizado que não é medido pelos mecanismos da educação formal, como, por exemplo, a ampliação da consciência sobre as questões socioambientais, o cultivo da amorosidade e da solidariedade. Ele afirma que: *“O que eu era antes e o que sou hoje ninguém acredita. Eu fiquei mais sensível. Eu fiquei mais humano, mais amoroso. Eu era super estressado a ponto de ter gastrite. Qualquer coisa eu ia na garganta do povo. Daí nesse tempo todo, foi acontecendo comigo uma evolução espiritual.”* Além disso, com as experiências das falsas promessas políticas, eles desenvolveram a capacidade de saber quem estão do lado deles e quem querem os enganar. Parte da equipe se formou em farmácia, gestão ambiental, turismo, mecatrônica e engenheiro civil.

Todos eles nasceram e foram criados aqui, e a concepção deles é diferente dos colegas daqui. Então a mudança não veio só para mim. [...] Dos meninos que passaram por aqui dos trinta, apenas dois perdemos para as drogas, o resto já estão com a vida encaminhada. O mais gratificante é o respeito. Quando estão fazendo algo fora da normal eu chamo para conversar. E eles me ouvem. Até os pais me chama para conversar sobre eles e me pedem conselhos. (Ronaldo Torres, Presidente do PNPC, 2016)

A ONG PNPC nasceu num contexto específico de preservação do Horto Florestal do Cabula, o que podemos atribuir um caráter conservacionista, mas ao longo dos anos percebeu que o espaço no qual eles atuam era permeado por vários conflitos sociais como violência, falta de moradia, fome, precariedade das escolas públicas a ponto deles direcionarem seus esforços para as questões sociais. Atualmente, a ONG tem o respeito da Política Militar quando há necessidade de realizar alguma incursão eles são chamados para guiar os policiais na mata. Contudo, a atuação da organização nessa área não está sendo capaz de controlar o avanço do desmatamento para construção ilegal de moradias e nem de conter o lançamento de esgoto, nem o descarte inapropriado do lixo doméstico e de entulhos vindo de pequenas construções ao redor do Horto. Mesmo diante desse cenário, eles acreditam que sem os mutirões de limpeza e sem a presença da ONG nessa localidade o Horto estaria muito pior.

## 5.2 Grupo Diversidade e Resistência do Beiru-GDRBeiru

O Grupo Diversidade e Resistência do Beiru, nasceu da necessidade de se criar um grupo, uma organização ou até mesmo uma associação comunitária no bairro do Beiru. Inicialmente o grupo, ainda muito atrelada a influência e a militância política sindical de um dos membros caminhou na direção de orientar as empregadas domésticas sobre os seus direitos, informações sobre realização de cursos de capacitação, cadastramento de bolsa família, recolhido do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), a obrigatoriedade do patrão assinar a carteira de trabalho, bem como orientações sobre o Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural (Funrural), haja vista que muitas mulheres e homens da comunidade, na fase já avançada de idade voltavam para o interior do estado a título de pagar o Funrural e garantir a aposentadoria, já que nunca tiveram carteira assinada na capital. Em 2008, surgiu então o grupo, período esse em que o Brasil estava sendo governado por Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), identificado como um governo de “esquerda”, e que, portanto, os espaços para os movimentos populares se mostravam férteis e proveitosos. Esse elemento é importante ser destacado que diz respeito a participação da “esquerda” em sua

estrutura, que muitas vezes carrega consigo uma forte tradição de demarcar território e não permitir que outras forças sociais penetrem em seu espaço. Segundo Ione Santana, representante do GDRBeiru, o grupo surgiu:

(...) quando o governo Lula estava dando muito acesso aos movimentos sociais, daí conversamos com a comunidade no sentido de dizer: olha gente está vindo muita coisa para o social. Vamos aproveitar, é hora da gente se organizar e ter um grupo, pra gente inclusive trazer as melhorias e as políticas públicas para a comunidade. Aí foi nesse sentido que eu, e a partir do conhecimento que eu tinha, propus isso para algumas pessoas, inclusive tem algumas pessoas que já fazia militância no Partido dos Trabalhadores (PT) (...) meninas que moram até aqui nessa rua, e outra que fazia faculdade em Cachoeira que teve que sair do grupo porque foi embora morar lá ficou um tempo construindo com a gente, e, depois teve que se mudar daqui. Teve outra menina que teve que sair do grupo porque foi para a secretaria do partido (PT), mas essa aí não dava muita contribuição no processo, apesar dela ser da juventude do partido, parece que ela não dá nenhuma importância para o bairro, isso me deixava um pouquinho triste, porque nem fala com a gente na verdade. (...) Mas de qualquer maneira o grupo não parou, continuamos caminhando. (...) As pessoas da rua nós chamamos para fazer o dia das crianças que todos estavam me cobrando, e disse tá bom mas sozinha eu não faço. Só faço se todo mundo colocar a mão na massa. Aí a gente realizou o dia das crianças, o dia das mães, mas fomos percebendo que esse grupo queria mais atividades festivas, e não atividades políticas, reflexivas, só queriam dia das crianças, dos pais, das mães e aí tinha um peso das pessoas segurar. A gente fez muita coisa, passeios em parcerias com os sindicatos, mas eles não queriam o debate político, quando falava disso o grupo fugia, a política partidária é um choque (...) mas era disso que nós precisávamos. Aí as pessoas foram saindo. (...) (Ione Santana, Membro do GDRBeiru 2016)

Passado esse período, somente em 2014 e 2015 com o Projeto Turismo de Base Comunitária – TBC/UNEB que o grupo voltou a ter mais expressão no bairro. Daí criou-se o Estatuto e o Regimento Interno tendo na sua estrutura administrativa um comportamento hierárquico, porém apenas a título de formalidade com destaque para presidente, secretário geral, tesoureiro e diretor. Seus objetivos merecem atenção porque trás a importância de atrelar suas ações com as políticas públicas, nesse sentido seus projetos se asseguram em temas como educação, educação ambiental, cultura e arte, saúde, esporte, lazer, cidadania, economia solidária e economia criativa, desenvolvimento social, relações de gênero e sexualidade, relações étnico-raciais, diversidade cultural, acessibilidade, tecnologias, inclusão digital. Todos esses temas merecem



destaque pela sua amplitude e o envolvimento que o grupo tem com outros sujeitos sociais, com a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, a equipe do TBC, o Sindicatos, a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – CONTRACTS, o Grupo Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestir, Transexuais e Transgêneros – LGBTTT, o Colégio Estadual Zumbi dos Palmares, o Colégio Estadual Sérgio Carneiro, vereadores e deputados alguns terreiros de candomblés local, o que por um lado enriquece a sua atuação e a sua capilaridade no bairro, mas por outro pode gerar uma relação clientelista, principalmente quando o envolvimento é com políticos que se aproximam do bairro a troco de angariar votos. Segundo Ione Santanta, *“O apoio que a gente queria, é um apoio institucional, um apoio para realizar oficinas disso e daquilo, não é aquele apoio de comprar a liderança e manter o poder pra você, só que dentro do grupo não tem essa formação e eles não conseguem (...)”*. Nesse aspecto o grupo se posiciona de duas formas, de um lado membros que aceitam e acreditam do debate político-partidário e se alinham com políticos, principalmente os de “esquerda”, do outro lado, membros que não aceitam essa posição, e acabam só frequentando o grupo quando há eventos festivos e culturais.

Perguntada sobre como chegam às políticas públicas no Beiru, a entrevistada responde que:

Chegam como chegam em qualquer bairro periférico, ou seja, de forma capenga. Se tiver três praças conserta uma e as outras ficam sem. Se tiver três escolas danificadas, conserta uma e deixa as outras, se tiver uma rua cheia de problemas, conserta um e deixa as demais (...) então aquele processo de políticas públicas nas periferias o processo é esse aí, ao menos que você tenha uma representação bem atuante (...), tem alguns bairros aí que realmente são atuantes em termos não de candidato, mas de liderança de associação, que realmente vai lá e diz que falta isso, falta aquilo, aqui quando falta energia nos postes a gente liga para o gabinete do vereador que eu acho mais fácil diga o que a gente precisa, e ele enquanto figura institucional resolve o problema, isso é igual quanto entope um boca de lobo, mas a gente não consegue fazer isso em todo o bairro, só naquele espaço onde estou vendo, por isso a gente sempre pergunta as pessoas se tem problemas na rua porque daí o grupo leva essa demanda. (...) (Ione Santana, Membro do GDRBeiru 2016)

Historicamente o bairro já teve uma associação bastante atuante e com lideranças fortes que conduziram o processo de povoamento do bairro com divisões de lotes, instalação de eletricidade, encanação de água potável, linhas de transportes. As construções de casas seguiam o formato de autoconstrução, de mutirões entre as famílias e os vizinhos. Muitas dessas famílias vieram do interior e se instalavam nessa região que era distante do centro de Salvador, e para ampliar as melhorias no bairro criou-se uma associação que se alinha ao jogo político, e que por conta disso não teve sustentação ao longo prazo vindo a ser extinta. Ione nos relata que a:

(...) associação que era de Dionísio Juvenal, que comandou e conviveu aqui nesse bairro, há mais de vinte anos, porque eu já moro aqui também há mais de vinte anos. Então, essa era a associação que sempre deu sustentação a todo o bairro (...) de fundação, tinha vários lotes (...) que muitas pessoas da idade de Dionísio hoje já estão com 60 anos, outras não estão mais aqui, e na verdade Dionísio não teve uma formação política (...) eu acredito que deu o caminho que se deu, por não ter uma formação política, além de não ter uma formação política, e pegou um partido que nunca pensou em projetos e políticas sociais, mas sim o processo de se eleger (...). (Ione Santana, Membro do GDRBeiru 2016)

Nos aspectos do processo educacional do grupo, nos foi relato que os membros são constantemente estimulados a participarem de eventos comunitários, conferências, encontros, reuniões, cursos, etc, além das atividades promovidas pela UNEB que após o V Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – V ETBCES tem estreitado a cada ano os laços com as comunidades do Antigo Quilombo Cabula, embora se ouviu muito na fala de Ione que o grupo precisa focar na formação política, formação de liderança e entender um pouco dos aspectos jurídicos para melhor atuar na comunidade. Com relação aos aspectos ambientais, o grupo trás na sua identidade o termo diversidade, que está ligado a cultura, tradições, religião, meio ambiente, política, espaço urbano, portanto segundo Ione,

(...) a gente pensou em vários nomes, mas eu propus esse nome, eu pensei na biodiversidade, de florestas, milhões de espécies de precisam de cuidado, e dentro dessas espécies eu pensei no ser humano que também precisa estar dentro desse contexto, e no nosso estatuto tem dizendo meio ambiente, educação ambiental (...). A gente não tinha como fazer um grupo

sem discutir educação, violência, meio ambiente até porque Salvador vem passando por um processo de degradação e aquela coisa toda (...) então a gente tinha que ter isso, só que a gente tinha que ter conhecimento para gente botar essas coisas nos espaços institucionais, só que aí precisa da formação política e de liderança do grupo. (...) Nós queríamos ter espaço para ter reuniões periódicas. Eu sinto falta disso. (...) (Ione Santana, Membro do GDRBeiru, 2016)

As práticas do GDRBeiru, se materializam em dois aspectos. O primeiro diz respeito às questões culturais e festivas, com promoção de eventos que segue o calendário anual, ocupação de praças para realização de saraus de poesias e músicas. O segundo aspecto toca no envolvimento das questões políticas, na preocupação no funcionamento do espaço urbano comunitário, no exercício da tomada de consciência principalmente para não serem pegos praticando e formando alianças espúrias com partidos políticos que se apropriam da comunidade e exercem influência na população local num viés clientelista e opressor.

### 5.3 Projeto Cidadão

O Instituto para Educação, Cultura e Desenvolvido, ou simplesmente Projeto Cidadão foi registrado no ano de 2000, mas antes disso os seus membros já desenvolviam projetos dentro da comunidade do Conjunto ACM no bairro da Estrada das Barreiras no Antigo Quilombo Cabula. Suas ações possuem os pilares da educação, da cultura e dos direitos humanos envolvendo principalmente o fomento ao desenvolvimento local, educação ambiental e o direito à criança ao esporte e lazer.

A relação da instituição com a Universidade do Estado da Bahia é intrínseca, haja vista que foi o envolvendo de Antônio Jorge na estrutura administrativa e orgânica da universidade que despertou a sua vontade e iniciativa de repassar os seus conhecimentos, acumulados durante mais de 30 anos, na comunidade do Conjunto ACM e seu entorno. Além disso, o grupo percebeu que estava fazendo várias coisas fracionadas e que precisava organizar tudo isso por meio da criação de uma instituição, que pudesse a partir daquele momento, iniciar uma história para que outras pessoas possam dar continuidade as ações, a partir do que já fora construído. Percebe-se a

preocupação de ter outras pessoas engajadas no mesmo sonho e perfil de liderança apta a dar continuidade aos projetos. Segundo Antonio Jorge: “[...] alguém vai assumir e tentar colocar pra frente, e, ao mesmo tempo ele feito dessa forma com registro, não só a questão de dar mais seriedade, mas é uma questão também da história do trabalho (...) tem uma história ali (...) das pessoas que passaram (...) tudo isso é importante quando você registra isso, e de repente vai ganhando corpo. Veja aí o TBC que começou com uma coisa tão pequena e hoje está aí se expandindo, e, é uma coisa que as pessoas podem copiar, porque é uma coisa positiva (...) é uma coisa boa.

O grupo não possui sede própria, o que os estimulam a buscar sempre parceiras com escolas, universidades, associação de moradores, etc. para ter um espaço em que as ações possam ser desenvolvidas. Assim, o Projeto Cidadão se articula com a Universidade do Estado da Bahia por meio da Universidade Aberta à Terceira Idade – UATI, Escola Cabula I, o projeto TBC, além de pessoas, técnicos, amigos, colaboradores que contribuem de acordo com suas possibilidades sejam pela cooperação financeira ou técnica, educativa e operacional. O grupo não aceita envolvimento partidários, pelas confusas e contraditórias intenções de muitos vereadores que assediam os bairros, principalmente em época de eleição, com o objetivo de formar um reduto eleitoral aplicando as velhas táticas políticas de voto de cabresto e o clientelismo. Por essas razões, o grupo não está usando o espaço do Conselho de Morados do Conjunto ACM, porque o atual presidente ligado a grandes grupos políticos alegou para Antônio Jorge que o espaço iria abrigar várias atividades culturais para aproximadamente 600 pessoas, e, que, por isso, as atividades do Projeto Cidadão não poderiam acontecer mais ali. Assim:

[...] nós fizemos sempre parcerias com o Conselho de Moradores do Conjunto ACM e nós sempre desenvolvemos nossas atividades lá no conselho. Só que assim, ultimamente não só o conselho de moradores, mas muitas, a maioria das associações de bairro elas estão fazendo coisas ruins. Elas estão atrelando a associação a um político, um vereador, deputado estadual. Primeiro porque a política não está de confiança para você fazer isso, agora, por exemplo, pessoas que foram para as comunidades, que conseguiram votos das comunidades carentes, foram eleitas, e agora pra ter um exemplo disso, nesse processo de impeachment da Presidente Dilma essas pessoas romperam com isso, porque essas pessoas que votaram com

eles não querem o afastamento de Dilma, mas eles votam a favor do afastamento por conta de outros compromissos, então assim, esses são um dos exemplos, mas a gente ver vereadores quando aprovaram determinado projeto que é contra a população, então assim eu quis provar pra essas pessoas que poderíamos fazer uma gestão sem ter esse atrelamento (...) e eu me candidatei a presidente da associação há quatro anos atrás no Conjunto ACM, ganhei a eleição, fiquei seis anos lá. Fiquei meu mandato todo sem nenhum tipo de atrelamento (...) quando chegava época de eleição, um político chegava lá pra botar no muro alguma coisa, nós pedíamos um documento e dizia para ele, pode colocar, mas isso aqui não é exclusividade sua, porque vai chegar outro e vai pedir para colocar aí também e nós vamos deixar porque nós estamos dentro de uma democracia, quando vocês chegam aqui as pessoas têm o direito de conhecer as propostas, mas não vou assumir partido nenhum e candidato nenhum, e isso foi feito. Então passamos esse período todo sem nenhum problema, mas quando eu sai, retornou tudo de novo, porque o outro que entrou faz a mesma coisa, por que? Porque existem as vantagens. Quando eu estava lá eles me procuravam, mas com cautela com medo de sair algumas coisas, mas eu não era bobo e sabia o que eles estão propondo, como por exemplo, emprego de assessor sem precisar estar no gabinete. Eles perguntam o que você está precisando e não a comunidade. Eles identificam a liderança da comunidade, dá vantagens para ela e angaria os votos da comunidade. Essa é a nojeira em que vivemos. Quando a gente vê hoje a política nacional desse jeito. É como diz Ubaldo Ribeiro, o problema nosso está no DNA, e isso vai demorar um tempo para ser resolvido. (Antônio Jorge, Presidente do Projeto Cidadão, 2016.)

O Projeto Cidadão participa do contexto político local do bairro que no seu entendimento é dialogar com os parceiros, conhecer as necessidades dos moradores, propor um grupo de discussão sobre as demandas do bairro, chamar os órgãos públicos para exercerem as suas funções, principalmente com relação a gestão e o manejo do Horto Florestal do Cabula, que ao longo dos anos tem sido alvo de degradação ambiental. Portanto, *“[...] não precisa levantar uma bandeira de cor nenhuma, mas quando você fala em educação, em direitos humanos, na questão social você está falando de política. Então as pessoas sempre têm esse posicionamento. O que as vezes atrapalha é quando parte para a política partidária. Aí sim! Porque aí é complicado.”*

No contexto que diz respeito ao Horto Florestal, o grupo é bastante atuante, embora por questões de ameaça e desestímulo por não perceber materialidade das denúncias feitas aos órgãos competentes, tais como o IBAMA

e Ministério da Agricultura, as suas ações em prol da preservação e do uso sustentável do horto, tem se mostrado enfraquecidas. Este fato não significa que a luta do grupo por um horto em pé e restaurado tenha sido anulada, mas eles alegam que não conseguem atuar sem a presença do Estado, haja vista que existem forças políticas e econômicas que estão fazendo de tudo para manter a atual situação do horto, no entanto o grupo acredita que esse conflito não estancará o sonho de criação de um Parque Florestal.

Como questão de reflexão, o projeto cidadão tem em sua essência o processo educativo por dois vieses. O primeiro pela formação institucional, ou seja, cursos de extensão e até mesmo graduação oferecidos pela UNEB por meio de processos seletivos, e o segundo viés é a formação do ponto de vista da educação popular. O fazer social do dia a dia. O conhecer a realidade da comunidade, como vivem as pessoas que fazem parte do projeto, os diálogos informais nas praças, o debates de filmes, peças de teatros, visitas às áreas verdes, principalmente do Horto Florestal do Cabula, cujo espaço serve de referência para as questões socioambientais do projeto e o projeto conhecido como alimento cultural, que é a reutilização de geladeiras antigas e sem uso que depois de pintadas e desenhadas são colocadas em praças e outros locais de lazer e são alimentadas por livros doados e trocados, e serve de espaço de leitura e aprendizado.

Outro ponto de destaque é a efetivação das políticas públicas tanto sociais quanto ambientais. Assim, de acordo com Antônio Jorge, as políticas públicas chegam nas comunidades muito fracionadas. *“Muitas vezes a comunidade tem que se mobilizar, tem que fazer um quebra-quebra, tem que fazer algum tipo de protesto para que tenha.”* Outro aspecto diz respeito a relevâncias dessas políticas que muitas vezes não correspondem as demandas da comunidade, porque quase sempre nunca são ouvidas, ou quando são já vem em pacotes prontos para serem aprovados e validados sem muitas discussões e opiniões.

Mesmo com muitos problemas para administrar, o grupo liderado por Antônio Jorge ver na educação para a cidadania, a cultura e o esporte um caminho capaz de sensibilizar pessoas e grupos em luta por uma comunidade

mais unida, mais igualitária, sustentável e justa. As suas palavras finais resumem o quanto é preciso acreditar nisso:

Eu tenho orgulho de ver um pai de família que passou pelo projeto e não se envolveu com o mundo do crime, assim como eu tive a oportunidade de trabalhar e vivenciar os projetos da UNEB. Antigamente eu sofria muito quando uma criança era levada pelo caminho errado, mas hoje eu estou mais conformado. Eu vou por aí semeando, semeando até vingar. Enquanto Deus me dê vida e saúde eu vou continuar fazendo esse trabalho. (Antônio Jorge, Presidente do Projeto Cidadão, 2016.)

## 5.4 Grupo Arte Consciente

O Grupo Arte Consciente foi criado em 2004, a partir de um grupo de amigos integrantes do Projeto Axé<sup>1</sup>. O Grupo atua na localidade de Saramandaia, e suas ações têm contribuído para dar visibilidade à comunidade e reduzir o estigma da violência. O Arte Consciente se articula com a Paróquia São Francisco de Assis; Centro Comunitário Chico Mendes; Jornal da Paróquia; Associação Pais e Mestre; Cooperativa Casa do Trabalhador; Projeto Cidade Mãe, que juntos se organizam para fazer pressão frente aos órgãos públicos. O principal objetivo de grupo é levar cidadania e oportunidade para crianças e jovens que moram no bairro, por meio de atividades educativas, esportivas, culturais e recreativas. Sobre a história do bairro, segundo o Educador, Joseval de Jesus Cardoso, conhecido como Thito Lama. Ele conta que:

[...] os primeiros moradores começaram a se instalar desde 1978, numa área que era de um antigo fazendeiro. Na resistência, as casas hoje são cadastradas. A prefeitura exigiu que nos cadastrassem para se tornar um bairro. Os moradores mais antigos do bairro têm uma história de luta. Houve algumas

---

<sup>1</sup> Fundado em 1990 pelo ítalo-brasileiro Cesare de Florio La Rocca, o Projeto Axé é uma organização não-governamental que atua na área da educação, arducação e defesa de direitos de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, em especial os que vivem em situação de rua na Cidade de Salvador-Bahia. O processo educativo do Axé é iniciado com a Educação de Rua, que estabelece vínculos e estimula crianças e adolescentes a saírem das ruas e ingressarem nas Unidades Educativas, espaços pedagógicos onde se realizam atividades lúdicas, artísticas e culturais, baseadas nos princípios da ética e dos Direitos Humanos. (CENTRO PROJETO AXÉ, 2016)

perseguições. Quem conseguiu trazer os benefícios para Saramandaia foram os moradores antigos, e também com a Instalação da Paróquia São Francisco, que na época tinha a irmã Paula. A Irmã Paula, na verdade foi a pessoa que abriu o título de Saramandaia e a professora cujo nome não me recordo. Dizem que Saramandaia era um aterro do Jardim Brasília. Esse nome foi por causa da novela da Globo, chamada Saramandaia. Tem uma professora que pesquisou a história do bairro e fez um livro chamado “Saramandaia, Areia e Lama.

E assim, tivemos a ideia e criar o grupo para poder desenvolver atividades culturais, artísticas e esportistas em Saramandaia, frente a violência que estava instalada no bairro. O bairro era muito violento naquele período, e diante disso, tivemos a visão que precisávamos fazer alguma coisa para atrair a juventude, para tirar ela do crime e da malandragem. Isso foi o que nos motivou. O grupo trabalhava com grafite, percussão, música, arte circense e box. Hoje existe capoeira, arte circense e box. O grafite é mais pontual, só quando me chamam. Sobre as parcerias, tivemos como parceiro com o projeto Axé. Tivemos uma empresa de turismo como parceiro, mas na questão de intercâmbio, pessoas de outros países que vinham visitar o Brasil, vinham conhecer os projetos sociais e Saramandaia era bastante contemplada nessa época 2006 – 2009, isso por causa do Presidente do Projeto Axé que facilitou muito. Por conta disso, fizemos um trabalho com o Afro reggae e o Circo de Soleil. O Circo Picolino também foi um dos nossos parceiros. Hoje em dia o grupo está independente, conta apenas com o apoio do Projeto Mesa Brasil, que fornece os lanches para as atividades. (Thito Lama, Membro do Arte Consciente, 2016)

Sobre o caráter político do grupo dentro da comunidade, Thito Lama afirmou que, a mobilização contra a instalação do Projeto da Linha Viva, além da construção do Horto Bela Vista, com os consequentes impactos ambientais, tem evidenciado o caráter político tanto do Grupo, quanto de outros movimentos que atuam em Saramandaia. A Linha Viva é um projeto de construção de uma via expressa de 17 km, que deve ligar o Acesso Norte à Cia Aeroporto. Este projeto faz parte da gestão de ACM Neto (2013-2016), e os principais impactos sociais são: desapropriação das famílias moradoras dos bairros de Saramandaia e Pernambués, supressão da vegetação de aproximadamente 200 ha da Mata do Cascão, localizada no 19ºBC, privatização do espaço público e redução da mobilidade urbana, o que fere a Lei 10.257 de 2001 que estabelece o Estatuto da Cidade. Um elemento importante sobre esse movimento é a participação das Universidades nesse processo. Trata-se de grupos específicos dentro das Universidades ligados as questões de arquitetura e urbanismo, com diretrizes



próprias sobre o seu papel dentro deste contexto. Sobre o resultado dessas mobilizações, Thito relatou que:

Fomos contra a instalação da linha viva, além do processo do Horto Bela Vista, por conta do desmatamento, a empresa JHSF (empresa que construiu o empreendimento) teve que cumprir com algumas condicionantes que foi: construir uma quadra poliesportiva e montar uma RAIS (Rede de Associações, a exemplo do Centro Social Urbano, que tem em Pernambués) – até hoje não foi cumprida. A comunidade de Saramandaia participou das reuniões e audiências públicas, eu enquanto liderança estava participando também, e com isso a gente conseguiu que a comunidade viesse a ser mais assistida. E foi criado também um plano de bairro, referente a linha viva. (Thito Lama, Membro do Arte Consciente, 2016)

Sobre o acompanhamento dessas condicionantes, Thito esclareceu que elas estão sendo [...] *acompanhadas por um grupo da comunidade junto com estudantes de Engenharia e Arquitetura da UFBA e com a orientação da empresa Planarque, ela deu o suporte que a UFBA fizesse os estudos para o plano de bairro. Esse plano de bairro, consiste na ideia de chegar melhorias para o bairro, como pavimentação, a questão de áreas para praça, e da quadra poliesportiva.*

**Figura 9 - Traçado da Linha Viva sobre o Bairro de Saramandaia**



**Fonte:** <https://sites.google.com/site/plbsaramandaia/linha-viva>

O Plano de Bairro é instrumento construído com a participação dos moradores, no sentido de identificar demandas sociais, econômicas, culturais e ambientais para que a partir daí sejam criadas propostas de soluções a serem encaminhadas para a Prefeitura e o Governo do Estado. Segundo pesquisa realizada no site PLB Saramandaia, o Plano de Bairro de Saramandaia está em

andamento desde o início de 2012. O Plano tem a colaboração do Grupo de Pesquisa Lugar Comum, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, e lideranças do bairro de Saramandaia, com recurso do Ministério da Educação.

Segundo Thito, a articulação com a UFBA tem gerado a politização dos grupos e movimentos sociais de Saramandaia. O relacionamento com estudantes e professores que vivem fora do bairro, tem despertados nos moradores locais o sentimento de pertencimento. Os conflitos pela disputa do espaço urbano entre empresas (Condomínios e Centros Comerciais), a Prefeitura (Linha Viva), o Estado (Obras do Metro) e o bairro (Moradores, vida, identidade e cotidiano) tem elevado o nível de solidariedade entre os moradores e fortalecimento da participação popular, por meio do movimento Saramandaia Existe.

Outro aspecto importante sobre o processo das desapropriações em Saramandaia, foi que a partir da ocorrência dos impactos ambientais causados pela construção do Horto Bela Vista, em especial o desmatamento, pelo rápido efeito visível, por conta da alteração de paisagem, segundo Thito, os moradores começaram a despertar e a criar uma percepção ambiental. Assim:

Quando houve o desmatamento aqui no Horto Bela Vista, Começamos a despertar para a questão ambiental. A partir daí tivemos orientação dos estudantes e professores da UFBA para elaborar projetos de sustentabilidade. No local do empreendimento tinha o espaço do nosso único lazer, que era o campo de futebol, que era um espaço de encontro entre as comunidades do Cabula, Pernambués e Saramandaia. Era nosso ponto de encontro. Causou o impacto ambiental e o social, porque tirou nosso campo de futebol. Esses projetos de sustentabilidade prevê a criação de cooperativas para inclusão. Na comunidade existe muito ociosidade. Os jovens vivem muito na ociosidade. Então eles precisam de oportunidades, de lazer. Não existe mais o projeto Escola Aberta nos finais de semanas. Já reduzimos muito o índice de violência, mas o consumo de drogas ainda não. Em Saramandaia não existe um grupo específico que atua na área ambiental, embora existam muitos espaços que propiciem isso como plantios, mudas, sementes. O Grupo Canteiros Coletivos poderia realizar um bom trabalho aqui. Eu conheço o pessoal, já fui convidado para trabalhar com eles na área de grafite. Para eles irem lá em Saramandaia precisariam de um suporte, um subsídio para desenvolver o projeto. (Thito Lama, Membro do Arte Consciente, 2016)

A dinâmica dos grupos e dos movimentos sociais do bairro, com base nos relatos de Thito, está atrelada a uma convocação ordenada por agentes externos. Sem a contribuição da Igreja Católica, da UFBA e outros parceiros a comunidade tem dificuldade de se auto organizar, na busca de reivindicar seus direitos e exercer seus deveres. Isso evidencia um dos principais desafios dos processos de participação, que é o enfrentamento da pobreza e a desorganização comunitária. Segundo Nunes (2015),

Vivendo numa sociedade que os inferioriza, os pobres encontram dificuldades para acreditar no seu próprio potencial, nas suas opiniões e a sua possibilidade, enquanto grupo, de enfrentar os problemas coletivos. Nesse contexto, sua relação com os técnicos envolvidos no processo participativo tende a ser a de esperar soluções prontas e de evitar o debate, o que descaracteriza completamente a participação. (NUNES, 2015, p. 56)

Diante do exposto, podemos observar que as políticas públicas chegam na Comunidade de Saramandaia por meio de lideranças comunitárias aliadas as estruturas religiosas e instituições educativas. Assim:

Existiu primeiro uma associação que tinha um convênio com a Paróquia, a Paróquia era financiada pela instituição maior que é a Igreja Católica na Itália, e a associação passa se organizar e é chamada de Associação Pais e Mestres, e com a política, a associação passou a participar do orçamento, do conselho tutelar, conselho municipal, projeto Cidade Mae e a partir daí começaram a vir os benefícios, depois veio o posto de saúde, temos duas Escolas Municipais e duas Escolas Estaduais. Essas Escolas são importantes para a comunidade, na época de enchente quando não tinha drenagem, pavimentação, saneamento as pessoas ficavam alojadas nelas. Hoje não tem mais enchente. Hoje tem asfalto e saneamento básico nas vias principais, ainda falta muito coisa para evoluir. Temos o espaço da Paróquia que poderia ser um espaço para ter um curso pré-vestibular. A Paróquia São Francisco de Assis e a Instituição Chico Mendes que é conveniada a paróquia. Nesta Instituição tem espaço suficiente para acontecer curso pré-vestibular. Na época do Padre Geraldo ele era considerado uma liderança comunitária, pelo seu conhecimento e por ter trazido muitos benefícios para o bairro. Na década de 1990, havia um jornal. Esse jornal era um informativo feito por pessoas do bairro já estavam na Universidade, UNEB, Católica e UFBA. Esse Jornal falava de políticas públicas e noticiava os eventos da comunidade. Esse jornal já não existe mais. A Associação Pais e Mestres também conseguiu fazer inclusões e ela teve vários convênios entre eles a Capacitação Solidária. Hoje ela não atua como atuava na década de 1990, por falta de recursos financeiros e falta de vontade. Mas eles têm espaços suficientes

para desenvolver atividades. Os espaços estão ociosos. Temos também a Casa do Trabalhador, que na época do Prefeito João Henrique a ideia era montar uma cooperativa que não foi pra frente. Hoje a Casa está fechada. Poderia ser um info-centro, e a outros projetos. O Grupo Arte Consciente atende 250 crianças, com muito esforço porque vive de doações. Quando existe edital, é contemplado, mas existe um certo limite. Enquanto o poder público não olhar mais para Saramandaia, as políticas públicas serão utopias. (Thito Lama, Membro do Arte Consciente, 2016)

Perguntando sobre se o grupo Arte Consciente é considerado um espaço educador, bem como se ele, enquanto membro, percebe que sua educação ampliou depois da participação nos projetos e nas lutas por melhorias no bairro, ele responde que:

Eu vejo mais como um espaço cultural. Educador porque eles passam informações e conhecimento que dão acesso a Universidade. A nossa preocupação maior é a educação. Para jovem está inserido lá, eles precisam estar estudando. Sobre meu processo educativo, na realidade eu passei a desenvolver mais o meu intelecto, desde quanto eu participei de um projeto do Instituto Cultural Steve Biko na época do Governo Lula. Lá eu tive acesso ao Movimento Negro, como mobilizar sua comunidade. Então eu atuei na comunidade com o projeto Arte Consciente, que foi uma experiência que tive, uma experiência viva, atuante que a partir daí eu fui buscando participar de seminários, conferências e assim eu passei a ter contato com pessoas das artes e da educação e passei a participar dos editais das instituições de ensino, como por exemplo, projeto Mais Educação. Projeto que atuo desde 2010. (Thito Lama, Membro do Arte Consciente, 2016)

Sobre o papel social das Universidades no contexto comunitário, o entrevistado questiona que:

Saramandaia que faz parte desse entorno Cabula e Pernambués, por conta disso deveria ter algum projeto dentro do bairro, porque a comunidade chegar até a UNEB é uma questão mais complexa [...]. O jovem fica dividido entre o tempo de trabalhar e o tempo de estudar, e a questão também é o capitalismo, as vezes você quer comprar um livro, e esse livro é caro, se quer imprimir, tem que ter dinheiro, se quiser ir, tem que ter transporte, se tem que ficar o dia todo, tem que ter a alimentação, e a realidade é que o jovem não está interessado nisso, na verdade o tráfico é mais acessível, e o mercado informal também, os homens jovens é o que mais morrem, e as mulheres é que estão entrando mais no mercado de trabalho, nas faculdades, tanto pública quanto privada. Eu mesmo sou um autodidata, mas eu trabalhei em vários projetos com pessoas de Universidades e a partir daí eu adquiri vários conhecimentos, e eu nunca fui acomodado, sempre tive também meus questionamentos, minhas opiniões próprias fui na fonte buscar

cada assunto, principalmente na minha área. Mesmo sendo autodidata, eu consegui conquistar vários jovens que já estão em Universidade, outros com famílias formadas, com renda fixa através de minhas orientações, então quando eu tinha a experiência de ser arte educador por 20 anos, pra mim já foi uma escola. As ONGs que tive oportunidade de atuar abriram meus horizontes, Projeto Axé e Cidade Mãe, o Grupo Arte Consciente, a UFBA. Já tive oportunidade de fazer uma palestra para 300 pessoas dentro da UCSAL falando sobre a Arte do Grafite na Semana das Artes. Fui convidado por um pós-graduando em Filosofia. Falei sobre as vertentes do Grafite, Grafite no mercado de trabalho, e como o Grafite pode transformar os espaços públicos e as instituições, e qual o papel do Universitário para desenvolver projetos de base para a melhoria da sociedade. Tem muitos jovens que querem trabalhar pela sua comunidade, mas não são capacitados para isso, principalmente para acessar os editais que são difíceis para seguir as regras. [...] Eu quero dizer que a sociedade soteropolitana para ser uma sociedade igualitária é preciso que os grandes, marqueteiros e políticos tenham mais atenção aos projetos de base, que só assim a gente possa ver mais os jovens nas universidades, nas escolas como o projeto Projovem. Os jovens querem algo mais imediato. Vivem no imediatismo. Veja quantos jovens estão vendendo algo nos pontos de ônibus, doces. Salvador está vivendo uma transição até mesmo política, vem avançando em algumas coisas e mesmo assim estamos longe de sermos uma sociedade igualitária. Uso abusivo de drogas por parte dos jovens, por falta de espaço para eles extravasarem, tem aumentando muito. A violência tem diminuído muito, mas o consumo de drogas não. (Thito Lama, Membro do Arte Consciente, 2016)

## 5.5 Sociedade Cruz Santa do Axé Opô Afonjá – Terreiro Ilé Àse Opo Afonjá (Mãe Stella de Oxossi)

A Organização Sociedade Cruz Santa do Axé Opô Afonjá, é uma instituição sem fins lucrativos, fundada no ano de 1936 pela Iyalorixá Eugênia Anna dos Santos (Mãe Aninha), com sede em Salvador na localidade da Rua Direta do São Gonçalo do Retiro, no Antigo Quilombo Cabula. A Sociedade foi criada para ser uma instituição mantenedora do Terreiro Ilé Ase Opô Afonjá, comumente conhecido como Terreiro de Mãe Stella de Oxóssi.

Sobre a fundação do Terreiro, a filha de santo Graziela Peixoto (Iyá Iberê), nos relata que:

Mãe Aninha, que foi a fundadora do Terreiro. O Terreiro foi fundado em 1910, já era uma mulher muito a frente do seu

tempo. Existe uma frase comum, que está aí na internet e nos livros, que ela dizia, que queria ver seus filhos: “Servindo a Xangô com um anel no dedo”. Isso significa dizer que ela queria ver seus filhos formados na educação formal, também além da educação espiritual. E aí ela tinha esse sonho, e foi feito uma creche, não no tempo dela, depois, bem depois – a parte histórica eu não sei muito bem, mas você pode pesquisar na internet. Então, primeiro foi feito uma creche. Já com Mãe Stella, mudou de creche para escola do ensino fundamental em convênio com o município (Salvador). O município faz toda parte curricular, professor, merenda escolar. O Terreiro cedeu o local e a Prefeitura construiu na época e mantém até hoje. São 300 (trezentos) alunos divididos em dois turnos. Então temos essa escola que ficou muito conhecida no tempo de Vanda Machado, no projeto que teve Irê Ayó (Projeto Político Pedagógico Irê Ayó na Escola Eugenia Anna dos Santos na Comunidade do Ilê Axé Opo Afonjá), onde ensinava – todo mundo diz que ensina loubá – não – ensina noções de loubá, como se ensina Inglês, bom dia, boa tarde, para eles compreenderem a língua que é cantada aqui, no sentido de compreender que existe outra língua que veio com os Africanos. (Graziela Peixoto - Iyá Iberê, Membro do Terreiro Ilê Àse Opo Afonjá, 2017), Portanto:

O Projeto faz uso dos mitos africanos no processo de ensino-aprendizagem das crianças afrodescendentes, e isso merece destaque, pois, em 2003, no governo do então Presidente Luís Ignácio Lula da Silva, foi implementada a lei 10.639/03 que tornou obrigatório o estudo da História da África e da História e Cultura Afro-brasileira nas escolas de todo o país. (SANTOS, 2010)

A partir de um olhar histórico, o Terreiro Ilê Àse Opo Afonjá:

[...] foi fundado em princípios do século XIX, por Eugênia Anna dos Santos- mãe Aninha, que depois de várias andanças, em finais do ano de 1909, comprou uma roça, em São Gonçalo do Retiro, com o propósito de assegurar a integridade da sua herança ancestral africana. De imediato, decidiu que ficava então proibida a venda deste espaço. (SANTOS, 2009, p.106)

Em 28 de julho de 2000, o Terreiro foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com o objetivo de preservar este espaço sagrado, que além de ser considerado um “templo” religioso de matriz africana, guarda fragmentos da Mata Atlântica que interliga com o Horto Florestal e a Reserva do Cascão do 19º BC. O Terreiro possui uma área de aproximadamente 39 mil metro quadrado. Dentro do espaço foram observadas as seguintes estruturas, o barracão, a Casa de Xangô, os santuários de Oxalá e de Iemanjá, a Escola Municipal Eugênia Anna dos Santos, a Creche, o Museu Ilê Ohum Ilailaj, a Biblioteca Ikoippo Ilê Iwe Axé Opô Afonjá, algumas moradias, a Casa do Alaká.

Todos esses espaços, são considerados espaços educadores, espaços de formação. De construção do conhecimento entre a estrutura religiosa do Candomblé, os currículos da educação formal e do ponto de vista ambiental, o conhecimento que se adquiri de preservar para poder cultivar os orixás.

Com relação aos projetos sociais, que a Sociedade, junto com o Terreiro desenvolvem, Grazielle Peixoto nos esclarece:

Tem um projeto fantástico que é o Instituto Decaiude que ministra aulas de educação musical, percussão, dança. As vezes para, depois volta, por causa do convênio, depende muito da situação de governo. Não é bancado pelo Terreiro, a Sociedade Cruz Santa que a organização mantedora do Terreiro. Mãe Aninha não tinha filhos nem marido, então assim que ela comprou esse espaço, que era o Cabula inteiro, a Uneb e tudo isso aqui, ela foi para o cartório para poder registrar aqui, em nome de que Xangô – o tabelião não aceitou – daí ela criou a Sociedade, como uma ONG, com estatuto e tudo. Todos os projetos são vinculados ao governo. Não são bancados pela Sociedade.

Tem a parte da Copeira que é voluntário. Tem uma creche, que é a coisa mais nova que temos aqui. Era uma creche que já existia na rua há mais de vinte anos, daí um dia eu resolvi conhecer. Muito limpa e arrumada, mas cadê espaço para os meninos correrem. Daí tinha uma pessoa que morava no Terreiro que tinha falecido, sem filhos e deixou uma casa grande com quatro quartos, quatro suítes, daí eu pedi Mãe Stella – foi a única coisa que eu consegui na minha vida sem guerrear (risos) – se eu viver mil reencarnações eu não esquecerei do único sim que recebi sem precisar lutar muito por ele. Pedi a ela, e ela disse sim! Quase dei um ataque (risos)! Aí liguei para a moça, dona da creche. Fiz a proposta que durou três dias para se ter uma resposta – já tinha achado que ela tinha se ofendido. Mas três dias depois, ela ligou dizendo que tinha parado no hospital (risos), que a pressão subiu e que não acreditava naquilo. Então ela reformou a creche toda, sempre com doações, tem uma empresa de ajuda, as crianças são todas fardadas. Agora é assim sai da creche vai direto para a escolinha. Precisam de comida. Então quando dá de tarde eles vão fazer banca, reforço escolar e ajudando a tomar conta das crianças pequenas. Eles estão fazendo curso de flauta e vilão em dias de sábado – então você ver isso aí como educação, e a nível cultural temos a biblioteca em convênio com a UNEB (risos). Existe uma Biblioteca aqui fundada por Mãe Stella, que tem excelentes livros em convênio com a UNEB – ponto. Na parte cultural, que também é educacional, temos o Museu que está desativado, museu é algo muito complicado. Está num local em que o terreno cedeu. Então tem muito mofo e sem ventilação. Estamos tentando, mas acho que não teremos mais força. Vai ter que ter alguém para tomar conta para não perder. O Museu está fechado, mas temos a Casa do Alaká que faz o pano da costa –

é muito bonito o tear. Então elas mantêm uma tradição. Elas ensinam, tem cursos sobre isso, e tem também a preservação de um bordado, um bordado muito bonito e que em vez em quando eles ensinam outras pessoas a bordar. Esses bordados não existiam mais. Elas resgataram, e está vindo com muita força. (Graziela Peixoto - Iyá Iberê, Membro do Terreiro Ilé Àse Opo Afonjá, 2017)

Sobre a sua visão das questões ambientais do Terreiro, Graziela Peixoto afirmou que:

A mata envolta do Terreiro é tombada pelo IPHAN. Tivemos no passado muitas invasões. Foi uma luta muito grande com o governo do Estado. Construimos três muros, fazíamos e eles derrubavam. Fazia de bloco – derrubava, fazia com aquele que encaixa, derrubava, quando foi feito de bloco de cimento ficou puxado para eles derrubarem (risos). Como a mata é de declive, os meninos daqui do Terreiro têm dificuldade de entrar lá. Eu digo que Mãe Aninha – eles não entenderam os pedidos de Mãe Aninha: “Eu quero meus filhos servindo a Xangô com o anel do dedo”. Não foi “Com o anel no dedo e servindo a Xangô”, então existe muita diferença. Então eu estudo, faço pós, faço doutorado, dou palestras eu já tenho o que for da área, daí como vou descer para a mata? Não desce. Então está aí, eu implorando por sementinhas. Temos um baobá. Eu e Mãe Stella estamos fazendo uma floresta de mogno africano lá em Nazaré das Farinhas, onde minha família tem uma fazenda por lá. Isso porque fica mais fácil mandar pra lá, porque tem caseiro que cuida. O Magno Africano é a verdadeira árvore Apaoká, como naquela época não existia esta árvore aqui no Brasil, o Candomblé começou a cultuar a jaqueira, a mangueira como Apaoka. Só que agora existe, e aí resolvemos fazer uma reverência com essas árvores, plantando uma floresta só desses seres, e esse amigo meu, filho de santo da casa, ele firmou um compromisso com o baobá, daí ele sai conseguindo mudas de baobá e plantando baobá. Por exemplo, o Colégio Portinari faz trabalho com o livro infantil que Mãe Stella tem sobre o meio ambiente, o Colégio Portinari adotou e todo ano eles fazendo um trabalho com artes. Na época eu tinha um pé de baobá e perguntei a eles se eles queiram, daí eles levaram e plantaram em uma fazenda. Mandam fotos. Então o que nós já fizemos aqui: colocamos lixeiras – não resolveu! Fizemos projetos de educação ambiental na escola – também não resolveu. Daí vamos eu e Mãe Stella, pagar o mico (risos) de fazer uma brincadeira na primavera com esse livro (Meio Ambiente) e distribuir para cada morador – mas mesmo assim essa iniciativa não despertou. O plástico está ali, todo mundo passa, mas não pega, aquele plástico se torna invisível. Ah! E Mãe Stella lançou também um livro, mas este não está feito em livro, sobre presentes de lemanjá. Ela chamou um grupo de pessoas entendidas do assunto, daí eles disseram não adianta abrir o frasco e jogar o perfume, não adianta jogar pétalas de rosa, o peixe vai comer, e isso não é comida de peixe! Ai então, o ideal que não tivesse. Mãe Stella é uma mulher com mente aberta. [...] O grande problema que muita gente tem medo de mudar



ritos. Pensando assim, se coloca na posição de uma divindade. [...] No youtube bombou, muita gente de fora foi a favor dela. Então esse livro é muito interessante, ela consegue dar as sugestões do que poderia ser feito, um deles e cantar um louvor. [...] Infelizmente o profeta não profetiza na própria casa. [...] Nós temos dificuldade de encontrar folhas para os nossos rituais, mesmo com toda essa mata. Não temos bananeiras para enrolar os acasás, daí buscamos de fora. (Graziela Peixoto - Iyá Iberê, Membro do Terreiro Ilê Àse Opo Afonjá, 2017)

Os escritos de Mãe Stella de Oxóssi, sobre suas recomendações na hora de cultuar um orixá ou agradecer-lo por um benefício, é intitulado de “Presença, sim! Presente, não!” Ela escreveu este artigo para o Jornal Atarde no dia 21 de dezembro de 2015. Com este artigo, ela faz um desafio para ela mesma, e, todos que os queiram segui-la, de não poluir mais os mares e os rios com as oferendas, em contrapartida ela oferecerá cânticos, preces e louvores. Segue parte do artigo que descreve o chamado feito por Mãe Stella:

Iyemanjá cantava: 'Reúnam-se, cantem e me encantem; este é o presente que quero e posso receber a partir de agora. Não quero mais presentes, quero presença!.' Acordei na manhã seguinte. Já não sabia se tinha ouvido a estória ou sonhado com ela. Era uma vez; há sempre uma vez; há sempre a primeira vez; há de ter sempre pessoas que encarem a primeira vez. "O candomblé é uma religião ecológica" - dizem. Então vivamos o que pregamos! Encaro o desafio e digo que a partir de 2016 o "Presente de Iyemanjá" do Ilê Axé Opô Afonjá não mais poluirá o mar com presentes. Meus filhos serão orientados a oferecer Iyemanjá com harmoniosos cânticos. Quem for consciente e corajoso entenderá que os ritos podem e devem ser adaptados às transformações do planeta e da sociedade. Os ritos se fundamentam nos mitos e nestes estão guardados ensinamentos valiosos. O rito pode ser modificado, a essência dos mitos, jamais! Sei que Iyemanjá ficará feliz, afinal qual é a mulher, principalmente sendo mãe, que não gosta de ouvir belas melodias que confortam e dão alento a um coração permanentemente preocupado com os filhos? (Mãe Stella de Oxossi, 2015)

## 5.6 Associação de Moradores do Conjunto Doron

A Associação de Moradores do Conjunto Doron, surgiu há mais de 30 anos, quando foi entregue o Conjunto Doron, construído na década de 1980 e

pertencia a URBIS - Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S/A, que pela Lei nº 7.435/1998 foi liquidada e a afetação do seu patrimônio foi transferido para à Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador – CONDER, que juridicamente é uma empresa pública que executa obras de mobilidade, habitação, equipamentos e requalificação urbanística. Segundo D. Alana Sérgio, membro da Associação e monitora do projeto Reforço Escolar:

Aqui era o conjunto da URBIS, daí quando foi entregue os prédios, fizeram uma associação para que os moradores tivessem acesso as coisas, por exemplo, quando eu vim morar aqui, foi feito a primeira reunião com a antiga Telebahia para colocar telefone fixo nas residências. Tinha outras coisas também, mas na época eu não participava, porque eu trabalhava fora e não ficava aqui. Anos depois, quando a Associação ficou abandonada, porque tinha muitas falcaturuas, aí a Associação foi fechada. Reabrimos o local, fizemos festas para arrecadar fundos. Mas mesmo assim, a Associação ficou novamente abandonada, e pessoas entraram aqui para usar este espaço como uma serralheria, danificaram tudo. Depois veio uma pessoa e morou aqui. Depois novamente ficou abandonado. Daí veio uma academia, que tirou o banheiro e quebrou a maioria das coisas. Passou um tempo, a academia saiu, e começou o vandalismo aqui dentro com a venda e o consumo de drogas. Então, foi criada uma Comissão, formada pelo atual presidente Carlos Moura, Miguel e os antigos moradores, que vieram aqui, limparam o espaço. Nessa época eu estava preste a ficar no desemprego, foi aí que eles me chamaram para eu dar aula de reforço escolar, atividade esta que eu já fazia na laje do meu prédio. Daí entrei no espaço, limpei, trocamos o piso, colocamos portas e janelas – tudo com recurso no nosso próprio bolso – ninguém teve interesse em ajudar. Mas depois de organizado, sempre vem alguém solicitar o espaço para fazer eventos. Eu penso em sair daqui, mas tenho receio que este local volte a ser o que era antes. Nós tentamos legalizar este espaço aqui junto a CONDER. Ainda temos ligações com a CONDER. (Alana Sérgio, Membro da Associação de Moradores do Conjunto Doron, 2017)

Por conta dessa ligação com a CONDER, a Associação precisa de um Termo de Comodato para ser autônoma e captar recursos, embora ela possui Estatuto, porém não um CNPJ que a torna apta a estabelecer relações de convênios com instituições públicas ou privadas. Nesse sentido, as atividades ficam mais no campo das reivindicações, das denúncias, mobilizações comunitárias, ações recreativas, e o reforço escolar, cuja mães fazem uma pequena contribuição que contribuiu na manutenção do espaço e dos materiais.

No entanto, a Associação tem parceria com a Escola Municipal Deputado Gersino Coelho que:

[...] foi construída para atender aos moradores do Bairro Doron que, em sua maioria eram servidores públicos. Devido à proximidade do Doron com a Avenida Paralela, que nesta época era considerada “elefante branco”, poucas opções de transporte faziam o itinerário em direção ao novo bairro, que dificultava a ida de estudantes para unidades de ensino em outras áreas da cidade. (COLÉGIO GERSINO..., 2010)

Percebe-se que a Associação tem feito esforços para se fortalecer perante o bairro. Além da sede, cedida pela CONDER de forma tácita, a Associação utiliza de meios de comunicação para se fazer ouvida diante aos órgãos públicos e a sociedade, por meio da criação de um Blog, isso demonstra uma certa politização do grupo e um domínio dos seus interesses. Nesse sentido, existe aprendizagem, que ao ler as matérias do Blog percebe uma compreensão do que é ser comunidade, e isso está diretamente ligado a ampliação da consciência dos membros, o senso crítico sobre o que bom e o que ruim para a comunidade. Mesmo assim, ainda há pouca participação popular nas suas práticas. Suas atividades ainda estão atreladas as promessas políticas, que aparecem apenas nos períodos eleitorais.

**Figura 10 - Imagem do Blog da Associação dos Moradores do Conjunto Doron**



**Fonte: Imagem Print Scream feita do Blog, 01 de abril de 2017**

Ainda sobre a questão de organização e consciência geradas no movimento da Associação, D. Alana nos esclarece que:

Somos um espaço educador porque conseguimos mudar as relações entre os moradores e o entorno. Existia muito preconceito do Conjunto Doron com as moradias construídas espontaneamente no entorno do Conjunto. A Associação tem relação com outras localidades, e com isso há trocas entre nós. Eu conheci muita gente. Existe um respeito, principalmente com os meninos, se bem que a droga já levou quase todos. Tirou a impressão do pessoal que mora ao redor do Doron de invasão. Ainda há muito preconceito, mas Associação teve um papel fundamental de amenizar isso, e criar laços mais solidários com o entorno. (Alana Sérgio, Membro da Associação de Moradores do Conjunto Doron, 2017)

Conforme o desenrolar da entrevista, a Associação não participa de nenhum movimento social. Apenas de reuniões ligadas ao poder público e a escola local, como por exemplo as reuniões realizadas pela Prefeitura Bairro Cabula/Tancredo Neves. As atividades desenvolvidas se restringem apenas ao reforço escolar. Tinha capoeira, jiu jitsu e aulas de dança, mas segundo D. Alana: “[...] *infelizmente, por falta de perseverança e em outros casos, como vandalismo e bandalheiras os grupos foram se desfazendo.*”

O espaço urbano do Conjunto Doron, que acabou se transformando em bairro, logo após a chegada das linhas de transporte, da escola, do posto de saúde e do comércio, foi transformando a percepção ambiental dos moradores. Antes Doron era considerada uma vila do interior rodeadas de árvores, hoje, segundo D. Alana, moradores colocam venenos para matar mangueiras que ainda restam. “No fundo do prédio onde moro, mataram todas as árvores. O povo aqui não gosta muito de árvores não.” Relata D. Alana. Ainda trazendo sua fala, ela conta que:

Aqui era uma fazenda de mangueiras, de frutas. Eu tenho uma vizinha que conta que quando estavam abrindo a avenida Paralela, os trabalhadores viam aqui catar mangas, frutas. E daí esse espaço foi desapropriado para construir este conjunto. Ainda está em conflito. A CONDER ainda não legalizou o processo. Até a associação não está regular, porque estamos atrelados a CONDER. Não temos CNPJ e nem o documento de comodato. Já solicitamos a regularização, mas nada acontece. Mas eles também não podem tirar a gente daqui. Eu não saio. A Associação de Pais e Mestres que tinha sede aqui no conjunto

perdeu o espaço. A CONDER deu o comodato para a construção de um Centro Espírita. Mas eles sabiam o espaço sempre foi destinado para o Centro Espírita, e quando foi agora a CONDER notificou e solicitou a saída. Eles sabiam que estavam em local que não era deles. (Alana Sérgio, Membro da Associação de Moradores do Conjunto Doron, 2017)

Para D. Alana, o maior desafio é manter a Associação. *“Não temos recursos para fazer reformas e nem realizar projetos. Meu maior sonho é arrumar tudo. Consertar o telhado. Aqui é muito quente. (O telhado é de Eternit)”*. A maior dificuldade é conseguir ajuda, melhorar a estrutura. *“Tem senhoras que sabe bordar aqui. Penso em ter cursos de bordados. Eu gosto de artes. Tem uma moça aqui que é do Instituto Mauá. Se tivesse uma estrutura boa, quem sabe não tínhamos esses cursos aqui.”* Conclui D. Alana. Nota-se que a preocupação é mais de fundo estrutural. Na fala percebemos que a Associação quer melhorar os laços solidários com os moradores, transformar o espaço urbano, preservar o que ainda resta do ambiente, mas ainda a luta é por bens de consumo, bem como para se ter um espaço digno onde atividades recreativas e educacionais possam realizar. Não estamos afirmando se isso é bom ou ruim. Apenas inferindo sobre o resultado do diálogo.

Diante das reflexões trazidas pelas falas dos entrevistados, podemos notar as diferentes práticas de atuação desses grupos. Primeiro momento tem-se a preocupação com a falta de políticas públicas para o Horto Florestal e as áreas verdes do entorno do Cabula, seguida de reivindicações por espaços públicos que gerem cultura e educação, preservação da identidade e da religiosidade de matriz africana. Suas falas demonstraram preocupação em como mobilizar e organizar a população para angariar esses direitos, mas por outro lado demonstraram que há conquistas e construção de novas formas de relações entre eles e a comunidade.

## CONCLUSÕES

Neste trabalho apresentamos a configuração dos processos de participação popular nos grupos e movimentos sociais no Antigo Quilombo Cabula na atuação em conselhos comunitários, tendo em vista a dimensão educadora desses espaços, bem como a mobilização desses grupos e movimentos para o agir socioambiental.

Para tanto foram mapeamos iniciativas de grupos e movimentos sociais que atuam na área socioambiental, identificamos a dimensão educativa desses espaços. Analisamos como os grupos e movimentos lidam com os conflitos socioambientais existentes nas localidades do Antigo Quilombo Cabula. Tivemos que sair o *locus* Antigo Quilombo Cabula e verificar como as políticas públicas ambientais estão sendo aplicadas nesta localidade.

Conclui-se que, poucos são os grupos e movimentos sociais que trazem em suas bandeiras de lutas a dimensão ambiental, embora quando se trabalha cultura, educação, esporte, lazer, saúde e outras temáticas estamos falando inconscientemente em questões ambientais, quando pensamos na transversalização do tema. Isso não demonstrou um problema para a pesquisa, uma vez que os grupos e os movimentos se preocupam com a gestão das localidades, com a problemática do lixo, das invasões em áreas verdes, das demolições de antigos casarões, do aumento da violência e do tráfico de drogas.

Com a análise dos dados e com as vivências e diálogos, a pesquisa também revelou que é diverso o número de grupos e movimentos sociais que atuam nesta localidade, com o mesmo propósito, porém desarticulados entre si e com dificuldade de atuarem em rede, além disso verificou-se que as políticas públicas ambientais não se materializam de forma efetiva, tendo como exemplo principal o descaso com o Horto Florestal do Cabula. No entanto, é legítimo o esforço feito pelos grupos sociais em está discutindo em suas pautas de lutas os conflitos socioambientais de forma conjunta, com a contribuição do projeto de Turismo de Base Comunitária, cujo principal objetivo é aproximar as comunidades do Antigo Quilombo Cabula, dando-lhes condições alternativas

para gerir o local e melhorar sua qualidade de vida. Diante disso, a pesquisa não deu conta de contribuir no fortalecimento de um espaço educador que contemple reflexões sobre a temática socioambiental, ficando o ensejo para os futuros pesquisadores e/ou as comunidades iniciar este processo.

De forma didática, as práticas sociais no Antigo Quilombo Cabula evidenciam as seguintes características e comportamentos tanto no âmbito individual quanto no coletivo:

- a) imaturidade no exercício da participação social, devido a histórica relação clientelista com agentes públicos partidários, eleitores e oportunistas;
- b) parcimônia e prudência temendo possíveis revelias dos atores do tráfico que não aceitam perder jovens e crianças para o exercício da arte e da educação;
- c) uma luta e resistência contra os modelos dominantes de sociedade elitizada, branca e higiênica;
- d) desestímulo por não conseguir enxergar mudanças estruturais no espaço urbano local, principalmente do ponto de vista socioambiental, a exemplo da luta contra a devastação inescrupulosa do Horto Florestal do Cabula/Mata Escura, o acúmulo de todo resíduo sólido/lixo nos muros das instituições públicas de ensino, bem como o descaso das praças públicas locais;
- e) a luta para se manter firme na tradição da cultura afro-brasileira, repudiando as propostas e o assédio da especulação imobiliária e a intolerância religiosa, por parte de grandes grupos evangélicos;
- f) o ato da participação comunitária não depende apenas da vontade consciente de cada um, mas sim de uma estrutura dominadora, hierárquica que determina a forma de agir do cidadão. O poder que as igrejas exercem em cada indivíduo praticante, pode determinar o seu grau de participação nos assuntos relacionados a comunidade, ao coletivo, por exemplo, crianças evangélicas são proibidas de participar de grupos de capoeiras, mulheres e homens são proibidos de participar de grupos sociais, que tenham como linha de ação, questões relacionadas a cultura afro-brasileira ou questões de gênero;

- g) revelam em alguns casos, um ativismo ideológico que não dialogam com as forças políticas locais populares, por não aceitar o contraditório e não se apoia em propostas concretas, ficando apenas no discurso denunciata;
- h) revelam uma atuação fragmentada e desunida;
- i) pouco diálogo com o público das comunidades para realização de determinadas ações positivas, uma vez que não existe um planejamento e um trabalho de mobilização e sensibilização social.

Ainda sobre essas observações, conclui-se que existem grupos com caráter reivindicatório, porém as tentativas de unir forças e as bandeiras de lutas são frustradas pelas seguintes razões: cooptação de lideranças por partidos políticos, diferenças religiosas, diferenças de gênero, exclusão de membros por excesso de ideologia, romantismo e radicalismo. Muitos são taxados de loucos. Corporativismo quando há envolvimento com sindicatos, ordem estabelecidas pelo comando do tráfico, falta de percepção da importância da interdependência das ações temáticas. A maioria das ações são feitas de forma voluntária, colaborativa o que incomodam alguns membros, porque esperam retorno financeiro e/ou político.

O processo de mobilização para criação de espaço comunitário no Antigo Quilombo Cabula tem sido um aprendizado para todos os envolvidos e para a equipe do Grupo de Pesquisa Sociedade, Espaço, Educação e Turismo. Tem se observado nos diálogos falas constantes sobre união, fortalecimento, compartilhando, agir no coletivo, trabalho em rede, cooperação. No entanto, outros elementos, não tantos colaborativos tem chamado atenção dos envolvidos, com por exemplo os diferentes interesses, sejam eles políticos, econômicos, a diversidade linguística quando da dominação dos discursos, as questões partidárias, a imposição de bandeiras de luta. Entretanto, mesmo diante dessas dificuldades, acreditamos que o processo educativo da participação popular e comunitária focada sob o engajamento político dos movimentos sociais do Antigo Quilombo Cabula, tem sinalizado alguns resultados, principalmente no que diz respeito a produção de conhecimento, as trocas de saberes, o falar no coletivo por meio do diálogo, a aproximação de grupos historicamente conflitantes, bem como a motivação que os grupos estão tendo para se reunirem na realização de ações práticas que amenizem os



impactos ambientais neste espaço urbano, isso demonstra que é possível pensar num processo democrático alternativo, tendo como brecha a participação popular no plano local.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
- ATARDE. **Longe de Ficção Saramandaia Luta Contra Desapropriações**. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1520930-longe-da-ficcao-saramandaia-luta-contradesapropriacoes>>. Acesso em 01 nov. 2016.
- AVANTE, Educação e Mobilização Social. **Prefeitura Bairro do Cabula/Tancredo Neves Declara Apoio ao Vozes da Cidade**. Disponível em: <<http://www.avante.org.br/prefeitura-bairro-do-cabulatancredo-neves-declara-apoio-ao-vozes-da-cidade/>>. Acesso em 06 jul. 2016.
- BAHIA, Secretaria da Indústria e Comércio. **Distrito Industrial Urbano do Município do Salvador – Plano Diretor**. Salvador, SIC/DIC, 1983. Local: Biblioteca dos Barris.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. 11. ed. Papius, Capinas, SP, 2011.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para pensar e praticar o município educador sustentável**. 2. ed. Brasília: MMA, Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Educação como cultura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. (1986). **Educação Popular**. 3ª ed. SP, Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. Pesquisa Participante. 2.ed. Brasiliense, 1981.
- BRASIL. Presidência da República. **Estatuto da Cidade**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: 25 out. 2016.
- BRASIL. Presidência da República. **Política Nacional de Participação Social – Lei nº 8.243/2014**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm)>. Acesso em: 07 jul. 2016.
- CARVALHO, I. C. de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- ASSOCIAÇÃO de Moradores do Conjunto Doron. Disponível em: <<http://conjuntodoron.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 01 abr. 2017

CORREIA, S. S. **A maquete “as relações estabelecidas entre as religiões de matriz africana e o meio ambiente” e a sua contribuição para o ensino de geografia que contemplem a lei 10.639/2003 e 11.645/2008.** Disponível em: < <http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/3g.pdf>>. Acesso em 22ago2016.

CORREIO, 24 Horas. **Chacina com 12 mortos no Cabula foi Planejada pela PMs como vingança.** Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/chacina-com-12-mortos-no-cabula-foi-planejada-por-pms-como-vinganca/?cHash=71739b04005cc61ce93a1e66796ff8f0>>. Acesso em: 15dez2016.

DALLARI, D. A. **O que é Participação Política.** São Paulo: Brasiliense 2004.

DEMO, Pedro. **A Educação Pelo Averso: Assistência como Direito e como Problema.** 2ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DÓREA, Luiz Eduardo. **Os nomes das ruas contam histórias.** Cidadania pra Valer: Câmara Municipal de Salvador, Salvador, 1999.

ESCOLA Municipal Deputado Gersino Coelho. **História da Escola.** Disponível em: <<https://sites.google.com/site/aeegersinocoelho/>>. Acesso em: 01 abr. 2017

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PRESTRE, Philippe Le. **Ecopolítica Internacional.** São Paulo: Senac, 2000.

FERNANDES, Rosali Braga. **Las políticas de lavivien da enlaciudad de Salvador y los Processos de urbanización popular en caso del Cabula.** Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da Liberdade.** 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GOERGEN, Pedro (org). Educação e Diálogo In. **Educação e Diálogo,** Maringá: Eduem, 2010. 274p. GOMES. L. R. Agir comunicativo, diálogo e educação.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-Formal, Participação da Sociedade Civil e Estruturas Colegiadas nas Escolas.** Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ. Rio de Janeiro, v.14, n.50, p.27-38, jan./mar.2006.

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais e Educação.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

\_\_\_\_\_. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** 4 e.d. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

GRUPO de Pesquisa Lugar Comum Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – FAUFBA. **Plano de Bairro Saramandaia**. Disponível: <<https://sites.google.com/site/plbsaramandaia/linha-viva>>. Acesso em: 25 out. 2016.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JACOBI, Pedro. **Participação**. FERRARO, Jr. (Org.) In: Encontros e Caminhos: formações de Educadores Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

LEIS, Héctor Ricardo. **A Modernidade Insustentável: as Críticas do Ambientalismo à Sociedade Contemporânea**. Petrópolis: Vozes e Florianópolis: UFSC, 1999.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MATAREZI, José. **Estruturas e Espaços Educadores**. In: FERRARO JÚNIOR, L. A (Org). Encontro e Caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, 2005.

MATTA, Alfredo. **História da Bahia: licenciatura em história**. Salvador: Eduneb, 2013.

MÉSAZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. 2e.d. São Paulo: Boitempo, 2008.

NICOLIN, Janice Sena. **Kipovi Cabuleiro: um Tom da Memória Do Cabula**. Disponível e: <<http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/09/Janice-de-Sena-Nicolin.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

MINISTÉRIO Público da Bahia. **Bancos são recomendados a não financiar obras que prejudicam o meio ambiente**. Disponível em: <http://www.ceama.mpba.mp.br/home-uma/1489-bancos-sao-recomendados-a-nao-financiar-obras-que-prejudicam-o-meio-ambiente.html>. Acesso em: 25out2015.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Lisboa, Piaget, 2003.

NUNES, Davi. **Bairro São Gonçalo e o Axé Plantado pelos Negros no Cabula**. <<https://ungareia.wordpress.com/2016/06/17/bairro-sao-goncalo-e-o-axe-plantado-pelos-negros-no-cabula/>>. Acesso em: 04 abri. 2017.

NUNES, Débora. **Pedagogia da Participação**. Salvador: UNESCO/Quarteto, 2002.

NUNES, E; SOUZA D.M; SANT'ANNA, I. **Agenda 21: Estratégias de Desenvolvimento Local na Periferia de Salvador**. Revista da FAEEBA

Educação e Contemporaneidade, Salvador, UNEB, v.16, n.28, p. 56-66, jul./dez. 2007.

OUVINDO Nosso Bairro. **Sobre o Projeto**. Disponível em: <<http://ouvindonossobairro.salvador.ba.gov.br/>>. Acesso em 14 jun. 2016.

PAÚDA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002

PEDRÃO, Fernando. **A Economia Urbana**. Ilhéus: Editus, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido. **Educação Popular e Docência: Educação de jovens e adultos**. São Paulo: Cortez, 2014.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. História da Cidadania. (Org). In: WALDMAN, Maurício. **Cidadania Ambiental: Natureza e Sociedade como Espaço de Cidadania**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. In: GUARINELLO, Norberto Luiz. **Cidades-estado na Antiguidade Clássica**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PLANO 500 Salvador. **Mural de Propostas Encaminhadas**. Disponível em: <<http://www.plano500.salvador.ba.gov.br/oficinas/2-ciclo/25-prefeitura-bairro-cabula/-tancredo-neves---25/07/2015>>. Acesso em 24 ago. 2016.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Conselhos Municipais e Controle Social**. Controladoria Geral da União. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/controlesocial/ConselhosMunicipaiseControleSocial.asp>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas., 1999.

ROUNIK, Raquel. **Entrevista concedida ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3258&catid=30&Itemid=41](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3258&catid=30&Itemid=41)>. Acesso em: 25 jul. 2016.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SALVADOR. Lei Municipal (1986). **Administrações Regionais**. Lei n ° 6.897/2005 que altera a Lei n ° 3.688/1986. Diário Oficial do Município. Disponível em: <[http://www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br/leis\\_estruturas\\_organizacionais/documentos/Lei%206.897-05.pdf](http://www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br/leis_estruturas_organizacionais/documentos/Lei%206.897-05.pdf)>. Acesso em 06 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei Municipal (2008). **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador de 2007**: instituído pela Lei nº 7.400/2008. Disponível em: <[http://www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br/leis\\_estruturas\\_organizacionais/documentos/Lei%207.400-08.pdf](http://www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br/leis_estruturas_organizacionais/documentos/Lei%207.400-08.pdf)>. Acesso em 06 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei Municipal (2016). **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador de 2016**: instituído pela Lei nº 9.069/2016. Disponível em: <<http://www.plano500.salvador.ba.gov.br/download.php?cod=645>>. Acesso em 06 jul. 2016.

SANTOS, A. D. Estratégias Metodológicas para o Fortalecimento de Espaços Públicos. In: \_\_\_\_\_. **Metodologias Participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Boaventura Souza. **Um mapa de alternativas de produção. In: Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Elisabete; et.al (Org). **O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes**. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.

SANTOS, E. P. C. **Projeto Pedagógico da Escola Municipal Eugênia Anna dos Santos**. Disponível em: <<http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-EDILEUZA-PAMPONET-CERQUEIRA-DOS-SANTOS.pdf>> Acesso em: 04 de fev. 2017.

SANTOS, Francisca de Paula. (Org). O que é mesmo Turismo de Base Comunitária (TBC)? **Cartilha (in)formativa sobre Turismo de Base Comunitária “O ABC do TBC”**. Salvador: EDUNEB, 2012. 11 p.

SANTOS, Maria Stella de Azevedo. **Presença, sim! Presente, não!** Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/opiniao/noticias/1734286-presenca-sim-presente-nao>>. Acesso em: 04 de fev. 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 23.ed. São Paulo, Record, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SILVA, Francisca de Paula Santos (Org.). Turismo de Base Comunitária: articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabula e entorno. Salvador: Eduneb, 2013.

SANTOS, Tomázia. **O Poder dos Homens na Cidade das Mulheres**. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/8667/1/dissertacao\\_tomazia\\_santos.pdf](http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/8667/1/dissertacao_tomazia_santos.pdf)>. Acesso em 28 de jan. 2017.

SILVA, Francisca de Paula Santos (Org.). **Turismo de Base Comunitária e Cooperativismo: articulando pesquisa e ensino no Cabula e entorno**. Salvador: EDUNEB, 2013. p. 82-84.

SISTEMA de Informação Municipal de Salvador. **Demografia**. Disponível em: <http://www.sim.salvador.ba.gov.br/indicadores/index.php>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

SOUZA, H.; SILVA, F. **Mulheres e Desenvolvimento Local: uma experiência do Grupo Cultarte**. Anais I Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local: diálogo Brasil – Cuba ISSN: 2448-0436 Feira de Santana, Bahia, campus central da UEFS, 16 a 18 de março de 2016

SOUZA, Ricardo Timm. **Ética com fundamento: uma introdução à ética contemporânea**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.

TASSARA, Eda; ARDAMS, Omar. **Intervenção Psicossocial**. FERRARO, Jr. (Org.) In: Encontros e Caminhos: formações de Educadores Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 18.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIBUNAL Regional Eleitoral. **Eleições Anteriores**. Disponível em: <<http://www.tre-ba.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2017.

VATICANO, A Santa Sé. **Carta Encíclica Laudato Si do Santo Padre Francisco**: Sobre o Cuidado da Casa Comum. Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-si.pdf](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.pdf)>. Acesso em: 28 jan 2016.

## **FONTES ORAIS**

ASSIS, Maísa Gomes. Entrevista I [out.2015]. Concedida a lala Serra Queiroz. Salvador, 2015.

BRITO, Maria Lucia Goés. Entrevista II [fev. 2016]. Concedida a lala Serra Queiroz. Salvador, 2016.

CARDOSO, Joseval de Jesus. Entrevista [ago. 2016]. Concedida a lala Serra Queiroz, Salvador, 2016.

CONCEIÇÃO, Edvanilton. Entrevista III [ dez. 2015]. Concedida a lala Serra Queiroz. Salvador, 2015.

JESUS, Luiz Nepomuceno. Entrevista IV [dez. 2015]. Concedida a lala Serra Queiroz. Salvador, 2015.

LOPES, Joelma Moura. Entrevista V [dez. 2015]. Concedida a lala Serra Queiroz. Salvador, 2015.

Mãe Clemilda Santana. Entrevista VI [ out. 2015]. Concedida a lala Serra Queiroz. Salvador, 2015.

MASCARENHAS, Mariana Stefanelle. Entrevista VII [mai. 2016]. Concedida a lala Serra Queiroz. Salvador, 2016.

Pai Cícero. Entrevista VIII [ set. 2015]. Concedida a lala Serra Queiroz. Salvador, 2015.

PEIXOTO, Grazielle. Entrevista XVIII [jan. 2017]. Concedida a lala Serra Queiroz. Salvador, 2017.

PIMENTEL, Beto. Entrevista XXI [mar. 2017]. Concedida a lala Serra Queiroz. Salvador, 2017.

SANTOS, Raimundo. Entrevista XI. [nov. 2015]. Concedida a lala Serra Queiroz. Salvador, 2015.

SANTOS, Antônio Jorge. X [mai. 2016]. Concedida a lala Serra Queiroz. Salvador, 2016.

SANTANA, Ione de Oliveira. Entrevista XI [abr. 2016]. Concedida a lala Serra Queiroz. Salvador, 2016.

SANTOS, Eli Moutra. Entrevista XII [mai. 2016]. Concedida a lala Serra Queiroz. Salvador, 2016.

SANTOS, Francisco Chavier. Entrevista XIII [out. 2015]. Concedida a lala Serra Queiroz. Salvador, 2015.

SENA, Andréia. Entrevista XIV. [dez. 2015]. Concedida a lala Serra Queiroz. Salvador, 2015.

SILVA, Alana Celeste Sérgio. Entrevista XIX. [mar. 2017]. Concedida a lala Serra Queiroz, 2017.

SILVA, Dilson Santos. Entrevista XV [out.2015]. Concedida a lala Serra Queiroz. Salvador, 2015.

SOUZA, Danúbia. Entrevista XVI [out. 2015]. Concedida a lala Serra Queiroz. Salvador, 2015.

REIS, Egídio Antônio Plácido. Entrevista XX [mar. 2017]. Concedida a lala Serra Queiroz. Salvador, 2017.

TORRES, Ronaldo Avelino. Entrevista XVII [abri. 2016]. Concedida a lala Serra Queiroz. Salvador, 2016.



## APÊNDICE A

### ROTEIRO ENTREVISTA

**TEMA:** PARTICIPAÇÃO SOCIAL

**OBJETIVO DA PESQUISA:** Desenvolver processo educativo com sujeitos de movimentos sociais e de organizações da sociedade civil que desenvolvem ações relacionadas ao meio ambiente na localidade do Antigo Quilombo Cabula, visando a criação de conselho comunitário em rede interativa.

**ENTREVISTADA:** MARIANA MASCARENHAS - COORDENADORA EXECUTIVA DOS COLEGIADOS AMBIENTAIS DA SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DA BAHIA - SEMA

**ENTREVISTADORA:** IALA SERRA QUEIROZ

1. Na sua avaliação qual o balanço da participação social voltada para as questões de meio ambiente e recursos hídricos?
2. Como se configura a elaboração das políticas públicas no âmbito dos colegiados ambientais?
3. Qual a sua avaliação sobre a participação dos segmentos que compõem os colegiados ambientais (setor público, setor econômico e sociedade civil).
4. Quais são os avanços da participação social no estado?
5. Quais são os desafios?
6. Quais são os limites que você enxerga na dinâmica da participação social?
7. Você poderia identificar quais foram as transformações no campo da participação social, nos últimos 10 anos?

**ENTREVISTA – RONALDO AVELINO TORRES DA ONG PNPC – PRESERVANDO A NATUREZA E PRATICANDO A CIDADANIA**

**ENTREVISTADO:** Ronaldo Avelino Torres

**GRUPO SOCIAL:** PNPC – Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania

**DATA DA ENTREVISTA:** 28 de abril de 2016

LOCAL DA ENTREVISTA: Sede da ONG PNPC no Condomínio Recanto Verde.

BAIRRO: Mata Escura

HORÁRIO: 16h

1. Quem é você e o que você representa no grupo PNPC?
2. Quando foi criada ONG?
3. Quais são os projetos desenvolvidos pela ONG?
4. Quais são os parceiros/colaboradores?
5. Existe um processo de formação educativa do Grupo?
6. A ONG faz parte de algum conselho?
7. Esse movimento ampliou a formação do grupo?
8. Quem faz parte da equipe da ONG?

## ENTREVISTA – IONE SANTANA

### GRUPO DIVERSIDADE E RESISTÊNCIA DO BEIRU

ENTREVISTADO: Ione Santana

GRUPO SOCIAL: Grupo Diversidade e Resistência do Beiru

DATA DA ENTREVISTA: 28 de abril de 2016

LOCAL DA ENTREVISTA: Em sua residência.

BAIRRO: Beiru

HORÁRIO: 8h

1. Quem é você e o que você representa no grupo GDRBeiru?
2. Como você conheceu o sindicato?
3. Dentro desse cenário de militância, como o Grupo Diversidade e Resistência do Beiru surgiu?
4. Quais foram às principais atividades que vocês iniciaram aqui na comunidade?
5. Quais foram às principais reivindicações do grupo?
6. Projetos em curso?
7. O Grupo é regularizado?
8. O Grupo possui parcerias e colaboração?

9. Existe um programa de formação do grupo?
10. O Grupo possui função política no âmbito local?
11. As políticas públicas chegam na comunidade?
12. O bairro tem associação comunitária?
13. Quais são os mecanismos burocráticos, que o grupo utiliza, para dialogar com os parceiros?
14. Em que momento o grupo percebeu a importância de ter um eixo meio ambiente em suas atividades?
15. Você que participou do início da construção da Comissão Socioambiental após do V Encontro de Turismo de Base Comunidade, o que ficou desse processo para vocês?

## ENTREVISTA – ANTÔNIO JORGE

### PROJETO CIDADÃO

ENTREVISTADO: Antônio Jorge

GRUPO SOCIAL: Projeto Cidadão

DATA DA ENTREVISTA: 11 de maio de 2016

LOCAL DA ENTREVISTA: UNEB no prédio da UATI

BAIRRO: Cabula/Estrada das Barreiras

HORÁRIO: 18h30

1. Quem é Antônio Jorge, e quem é Antônio Jorge dentro do Projeto Cidadão?
2. Como é o nome do grupo que você faz parte?
3. Quais foram as principais reivindicações motivações para a criação do Projeto Cidadão?
4. O Projeto Cidadão possui sede?
5. Quais são os projetos desenvolvidos dentro do Projeto Cidadão?
6. Quais são os parceiros/colaboradores do Projeto Cidadão?
7. Existe algum tipo de formação para o grupo?
8. O grupo considera que possui função política local?
9. Como as políticas públicas chegam na comunidade?
10. Vocês participaram das audiências públicas conhecidas como Ouvindo o Bairro feitas pelo prefeito ACM Neto?
11. Qual é a relação do Projeto Cidadão com a questão ambiental?

12. Na sua opinião, por que os órgãos estão se esquivando com relação ao horto?

## ENTREVISTA – THITO LAMA GRUPO ARTE CONSCIENTE

ENTREVISTADO: Thito Lama

GRUPO SOCIAL: Grupo Arte Consciente

DATA DA ENTREVISTA: 03 de novembro de 2016

LOCAL DA ENTREVISTA: Estação do Metro Rótula do Abacaxi/Salvador

BAIRRO: Saramandaia

HORÁRIO: 15h45

1. Você considera que esse grupo tem um caráter político dentro da comunidade?
2. Existe um acompanhamento dessas condicionantes?
3. No que consiste este Plano de Bairro?
4. Quais são os projetos desenvolvidos pelo Grupo?
5. O Grupo tem parcerias?
6. Quando houve o desmatamento aqui no Horto Bela Vista, a comunidade já tinha essa percepção ambiental?
7. Qual é a história do Bairro?
8. Como que as políticas públicas chegam na Comunidade de Saramandaia?
9. Você considera esses espaços, principalmente o Arte Consciente como espaço educador?
10. Você percebe que sua educação ampliou depois que você participou desses projetos?
11. Sobre ações socioambientais?
12. Quais são suas considerações finais?

SOCIEDADE CRUZ SANTA DO AXÉ OPÔ AFONJÁ –  
TERREIRO ILÉ ÀSE OPO AFONJÁ (MÃE STELLA DE OXOSSI) -  
GRAZIELA PEIXOTO (IYÁ IBERÊ)

DATA DA ENTREVISTA: 28 de janeiro de 2017

LOCAL DA ENTREVISTA: Terreiro Ilé Àse Opo Afonjá (Mãe Stella de Oxossi)

BAIRRO: São Gonçalo do Retiro

HORÁRIO: 16h

1. Qual o ano de fundação do Terreiro?
2. Quais são os projetos sociais?
3. Quem são os parceiros?
4. Qual é a visão das questões ambientais?
5. Você considera o espaço do Terreiro um espaço educador?

## ENTREVISTA – D. ALANA CELESTRE

### ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO DORON

DATA DA ENTREVISTA: 30 de março de 2017

LOCAL DA ENTREVISTA: Na sede da Associação de Moradores do Conjunto Doron.

BAIRRO: Doron

HORÁRIO: 10h30

1. Quem é Alana Celeste na Associação de Moradores do Conjunto Doron.
2. Como surgiu a Associação?
3. Em que contexto ela surgiu?
4. Quais são as atividades desenvolvidas pela Associação?
5. Quais são as parcerias da Associação?
6. Você considera o espaço da Associação um espaço educador?
7. Você participa de algum movimento social, reuniões com os poderes públicos?
8. Qual a sua percepção ambiental com relação a Associação e o bairro?
9. A Associação tem documentação?
10. Qual o maior desafio da Associação?
11. Quais são as dificuldades?

## ENTREVISTA TERREIROS DE CANDOMBLÉ

LOCAL:

NOME:

DATA:

LUGAR DE ORIGEM:

### Questões

- A) COMO É O NOME DO TERREIRO?
- B) QUANDO ELE FOI FUNDADO?
- C) O TERREIRO SEMPRE ESTEVE NESSA LOCALIZAÇÃO? POR QUE ESTE BAIRRO?
- D) QUAIS OS TIPOS DE ELEMENTOS NATURAIS A PARTIR DE SUA PERCEPÇÃO
- E) OS ELEMENTOS NATURAIS SÃO SAGRADOS?
- F) QUAIS SÃO AS ÁRVORES SAGRADAS?
- G) VOCÊ CONSIDERA ESTE ESPAÇO DE PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE LOCAL?
- H) O TERREIRO ESTÁ LIGADO ALGUM CONSELHO DE BAIRRO? OU PARTICIPA DE OUTRO ESPAÇO PÚBLICO?
- I) CONTE COMO É A HISTÓRIA DESTE LOCAL.

## ENTREVISTA ABERTA

### GRUPOS SOCIAIS/INSTITUIÇÕES/COLETIVOS

**Mestranda:** Iala Serra Queiroz

**Orientadora:** Francisca de Paula Santos da Silva

**Objetivo:** Conhecer e compreender os grupos sociais/instituições/coletivos com o intuito de fazer um mapeamento por categorias de atuação observando a sua inserção e/ou percepção socioambiental em suas iniciativas.

BAIRRO

ENDEREÇO

NOME

DATA

PROFISSÃO

GÊNERO

### **QUESTÕES**

1. Qual é o nome do grupo social/instituição/coletivo?
2. Nome do representante legal?
3. Qual temática abordada?
4. Como ele surgiu e com qual intenção? O que motivou a sua criação?
5. Parcerias?

(    ) Órgãos Públicos

(    ) Partido Político

(    ) Grupos Religiosos

(    ) Movimentos Sociais

(    ) NÃO

Outras:

5.1 Como se estabeleceu essa parceria? Como o grupo chegou até ela?

6. Quais são as iniciativas apoiadas?

7. Quais são as conquistas?

8. Qual é a linha de ação do social/instituição/coletivo?

9. Com que frequência o grupo se reúne, onde, horários, número de participantes?

10. Você percebe que as iniciativas do grupo demonstram um caráter socioambiental? Sim? Por quê?

( ) SIM

( ) NÃO

Se sim. Quais?

11. Qual é a sua percepção ambiental?

Histórica:

Atual:

Futura:

12. Quem você indica da comunidade para um diálogo sobre as questões socioambientais do bairro? Pode passar o contato?

13. Tem interesse em falar mais alguma coisa?



## APENDICE B



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa para o projeto intitulado “EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR: PROCESSO EDUCATIVO SOCIOAMBIENTAL NO ANTIGO QUILOMBO CABULA” vinculada à Universidade do Estado da Bahia – UNEB, com a orientação da Professora Dra. Francisca de Paula Santos da Silva cujo objetivo geral é: desenvolver um processo educativo emancipatório visando a mobilização e/ou fortalecimento da participação socioambiental nos bairros populares do Antigo Quilombo Cabula. Trata-se de um projeto de pesquisa de dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEDUC/UNEB.

Salienta-se que sua identidade será sigilosamente preservada, bem como o da Instituição em que atua, pois cada participante do estudo será identificado(a) por um codinome e, para fins de divulgação e publicação técnica e/ou científica da pesquisa, solicito a sua autorização para o uso de seus dados. Os procedimentos não envolvem riscos, pois não se tratam de medições invasivas e o(a) senhor(a) terá a liberdade de recusar ou retirar o consentimento, a qualquer momento, sem penalização alguma.

O(a) senhor(a) estará contribuindo de forma única para o desenvolvimento da ciência, dando possibilidade a novas descobertas e ao avanço das pesquisas, em particular, contribuirá sobremaneira para a investigação ora proposta.

Desde já agradecemos à atenção dispensada e o interesse em participar dessa pesquisa, e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos, por meio do endereço eletrônico: [iala.queiroz@gmail.com](mailto:iala.queiroz@gmail.com); e telefones: (71) 99225-7514.

Iala Serra Queiroz

Mestrado em Educação e Contemporaneidade - UNEB

## TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado(a) sobre todos os procedimentos da pesquisa intitulada “EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR: PROCESSO EDUCATIVO SOCIOAMBIENTAL NO ANTIGO QUILOMBO CABULA”, e que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao estudo, e que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu fui informado(a) que posso me retirar do estudo a qualquer momento e concordo em participar voluntariamente do mesmo.

Nome da Instituição:

Nome por extenso do(a) respondente:

Local(cidade e bairro):

Data:

Assinatura: